



R&C25

RELATÓRIO & CONTAS

SILOTAGUS, S.A.

TERMINAIS PORTUÁRIOS DE GRANÉIS ALIMENTARES · PORTO DE LISBOA

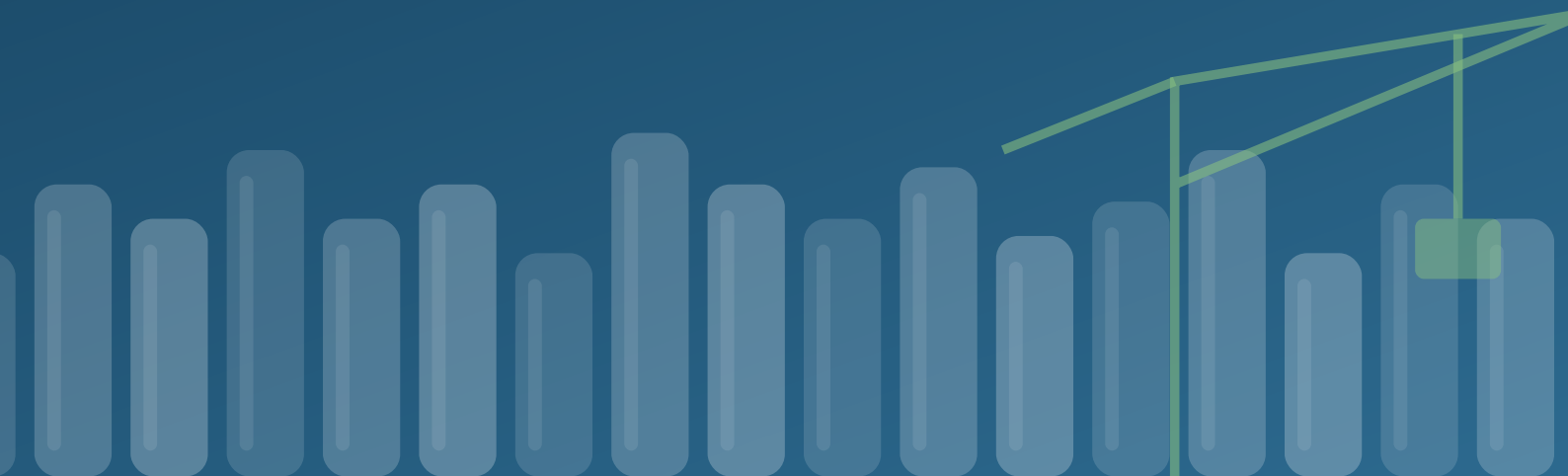
ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO	4
A. Nota Introdutória / Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4
B. A Proposta de Valor da Silotagus	5
C. Enquadramento Macroeconómico em 2025	6
D. Enquadramento Mercado Nacional	9
E. A Empresa	13
2. Origem e Enquadramento	13
3. Modelo de Negócio	13
4. Operação e Infraestruturas	14
5. Estrutura da Empresa — Organização Interna	17
6. Recursos Humanos	19
7. Negócios entre a Sociedade e os seus Administradores	21
8. Objetivos e Políticas em Matéria de Gestão de Riscos	21
9. Performance Financeira	23
10. Desempenho Operacional	25
11. Gestão de Riscos	27
12. Sustentabilidade e ESG	30
13. Investimentos	32
14. Disponibilidades	38
15. Fornecedores	38
16. Perspetivas Futuras	39
17. Proposta de Aplicação de Resultados	40
18. Diversidade, Igualdade e Inclusão	40
19. Outras Informações	40
20. Eventos Subsequentes	41
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
A. Balanço em 31 de Dezembro de 2025	43
B. Demonstração do Resultado por Natureza Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025	45
C. Demonstração das Alterações no Capital Próprio nos Períodos de 2025	47
D. Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025	48
E. Anexo às Demonstrações Financeiras	50
III. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	67
IV. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	89



RELATÓRIO DE GESTÃO

Mensagem do Presidente · Proposta de Valor · Enquadramento de Mercado · A Empresa ·
Performance Financeira · Investimentos · Perspetivas Futuras



A. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Nota introdutória do Presidente do Conselho de Administração

O ano de 2025 marca o início de uma nova etapa na gestão da atividade de receção, armazenagem e expedição de cereais no Porto de Lisboa, através da entrada em operação da Silotagus, S.A.

A empresa foi constituída na sequência da reorganização do modelo de exploração dos terminais de granéis alimentares anteriormente operados pela Silopor – Empresa de Silos Portuários, S.A., assumindo a gestão dos Terminais Portuários da Trafaria e do Beato, bem como do Silo Interior de Vale de Figueira.

A criação da Silotagus insere-se num modelo institucional inovador no contexto nacional. Ao contrário do modelo tradicional, em que o momento concorrencial ocorre no lançamento da concessão, foi adotada uma solução distinta: a concessão foi atribuída a uma sociedade de capitais públicos, por um período de 30 anos, sendo o momento concorrencial diferido para uma fase posterior, através da alienação do capital social da empresa a investidores privados, mediante concurso público.

Esta opção permitiu criar as condições necessárias para estabilizar a operação, preservar competências críticas, recuperar ativos que durante vários anos tiveram níveis reduzidos de investimento e desenvolver um programa de modernização capaz de aumentar o valor económico da empresa antes da sua abertura ao mercado.

No âmbito do contrato de transmissão celebrado em maio de 2025, a Silotagus beneficiou de uma dotação financeira destinada a suportar um programa de investimento estruturante orientado para a recuperação, modernização e valorização dos ativos concessionados. Mais do que um programa de reposição de ativos, este investimento constitui um instrumento de valorização empresarial. O seu objetivo é aumentar a eficiência operacional, reduzir estrangulamentos históricos, melhorar a qualidade do serviço prestado aos clientes e criar as condições necessárias para o crescimento sustentável da atividade.

A concretização desta estratégia assenta igualmente num ativo fundamental: as pessoas.

A atividade desenvolvida pela Silotagus exige elevados níveis de especialização técnica e operacional. O conhecimento acumulado pelas equipas ao longo de décadas de operação constitui um património de enorme valor para a empresa e para o País. A preservação dessas competências, a valorização dos trabalhadores e a promoção de uma cultura organizacional orientada para a excelência operacional constituem prioridades permanentes do Conselho de Administração.

O exercício de 2025 correspondeu a um período de arranque e consolidação. Apesar de a atividade da empresa abranger apenas parte do exercício, a Silotagus assegurou a continuidade integral da operação, manteve elevados níveis de serviço aos clientes, iniciou a execução do seu programa de investimentos e alcançou resultados líquidos positivos superiores a um milhão de euros.

A empresa opera atualmente infraestruturas responsáveis por cerca de 74,5% da movimentação de granéis alimentares da região de Lisboa e aproximadamente metade do mercado nacional, assumindo um papel central na segurança alimentar do País e no abastecimento de diversas indústrias estratégicas.

Os próximos anos serão dedicados à execução do programa de investimentos, à modernização tecnológica das operações, ao reforço da eficiência logística e à consolidação de uma organização preparada para responder aos desafios de um mercado cada vez mais exigente.

O Conselho de Administração está convicto de que a combinação entre uma concessão de longo prazo, uma posição de mercado consolidada, um programa de investimento estruturante e equipas altamente qualificadas permitirá reforçar significativamente o valor da empresa.

“É com esta ambição que a Silotagus encara o futuro: consolidar-se como operador de referência no setor dos granéis agroalimentares e preparar, com sucesso, a sua futura abertura ao investimento privado, criando valor para o acionista, para os clientes, para os trabalhadores e para a economia nacional.”

José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco

Presidente do Conselho de Administração

B. A PROPOSTA DE VALOR DA SILOTAGUS

A Silotagus constitui uma infraestrutura logística estratégica para a economia portuguesa, assegurando a receção, armazenagem e distribuição de cereais e outras matérias-primas agroalimentares essenciais ao abastecimento nacional.

A empresa resulta de um modelo institucional inovador, concebido para criar valor antes da abertura do capital ao setor privado. Ao contrário do modelo tradicional de concessão, em que a concorrência ocorre no momento da atribuição do direito de exploração, a Silotagus integra uma concessão de longo prazo já atribuída, permitindo que o futuro processo concorrencial ocorra através da alienação do capital social da empresa.

Neste contexto, a Silotagus apresenta um conjunto de características que a posicionam como um ativo particularmente atrativo:

30 ANOS

CONCESSÃO DE LONGO PRAZO

A empresa é titular de um contrato de concessão celebrado com a Administração do Porto de Lisboa, com um prazo de 30 anos, proporcionando estabilidade jurídica, previsibilidade operacional e enquadramento adequado para a realização de investimentos estruturantes.

74,5%

LIDERANÇA DE MERCADO

A Silotagus assegura aproximadamente 74,5% da movimentação de grãos alimentares da região de Lisboa e cerca de metade da movimentação nacional deste segmento, ocupando uma posição de liderança sustentada num mercado essencial para a economia portuguesa.

3 POLOS

INFRAESTRUTURAS ESTRATÉGICAS

A empresa opera os Terminais Portuários da Trafaria e do Beato, bem como o Silo Interior de Vale de Figueira, dispondo de uma das maiores capacidades instaladas de armazenagem de grãos agroalimentares em Portugal. A localização dos ativos, a proximidade aos principais centros de consumo e transformação e a sua integração na cadeia logística nacional constituem fatores diferenciadores dificilmente replicáveis.

10,5 M€

PROGRAMA DE INVESTIMENTO ESTRUTURANTE

No âmbito do contrato de transmissão da atividade, foi atribuída à empresa uma dotação de 10,542 milhões de euros destinada à recuperação da capacidade operacional, reforço da segurança, modernização tecnológica e digitalização dos processos. Este programa visa aumentar a eficiência operacional, reduzir constrangimentos históricos e potenciar a valorização futura dos ativos concessionados.

96

CAPITAL HUMANO ESPECIALIZADO

A Silotagus beneficia de equipas altamente qualificadas e detentoras de conhecimento técnico acumulado ao longo de várias décadas de operação portuária especializada. A experiência e especialização dos seus trabalhadores constituem uma vantagem competitiva relevante e um fator determinante para a qualidade do serviço prestado.

+100 M€

POTENCIAL DE CRESCIMENTO E VALORIZAÇÃO

A execução do programa de investimentos, a modernização tecnológica em curso, o desenvolvimento de soluções digitais de gestão logística e os investimentos adicionais previstos no âmbito da concessão criam condições para o reforço da competitividade, da capacidade operacional e da geração futura de resultados.

A conjugação destes fatores posiciona a Silotagus como uma infraestrutura crítica, com elevada relevância estratégica para a segurança alimentar nacional, forte presença de mercado, horizonte concessório de longo prazo e significativo potencial de valorização.

C. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO EM 2025

PIB PORTUGAL 2025

+1,6%

acima da média da Zona Euro

INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL

2,2%

desaceleração face a 2024

PREVISÃO PIB 2026

+2,0%

Banco de Portugal

COMÉRCIO MUNDIAL DE
CEREAIS

>500Mt

campanha 2025/26

A economia portuguesa registou em 2025 um crescimento de 1,6% do PIB, com um desempenho a superar a média de crescimento prevista para a Zona Euro. O crescimento foi impulsionado principalmente pelo consumo privado e pelas exportações. O consumo privado teve aumentos significativos nos gastos com bens não duradouros e serviços e as exportações refletiram a recuperação da procura por alguns serviços após a pandemia. Para 2026 o Banco de Portugal prevê um crescimento de 2%, com o consumo privado e o investimento a serem os principais motores. A inflação em Portugal desacelerou em 2025, tendo a variação média anual se fixado em 2,2%, uma taxa inferior à registada no ano anterior. As projeções são para estabilizar nos 2% nos próximos anos.

A atividade na Zona Euro deverá acelerar gradualmente, beneficiando da redução das taxas de juro, da recuperação do poder de compra das famílias devido à subida da remuneração do trabalho e da robustez do mercado de trabalho e da descida da inflação. As projeções apontam para um crescimento moderado da atividade económica mundial em 2025–27, mas as tensões económicas e geopolíticas implicam uma incerteza elevada.

As tensões geopolíticas continuam a ser um risco muito significativo, principalmente se os conflitos armados em curso se agravarem ou perturbarem os mercados globais de matérias-primas. Um maior protecionismo envolvendo as maiores economias mundiais, motivado pela imposição de tarifas aduaneiras pelos EUA e pelas medidas retaliatórias dos países visados poderão pôr em causa as projeções para a atividade mundial, reduzindo o crescimento do comércio internacional. A incerteza acrescida também prejudica a aceleração do investimento empresarial.

Em Portugal, a maior parte dos fluxos comerciais externos ocorre com parceiros que pertencem à UE, onde o mercado único assegura a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas entre os países membros. Logo, a participação na UE constitui uma forte proteção para Portugal face à fragmentação da economia mundial.

No que respeita a riscos internos, salientam-se as dificuldades na execução dos fundos europeus, que poderão também implicar um menor dinamismo do investimento. O baixo crescimento da produtividade, o envelhecimento da população e o baixo investimento

continuam a ser restrições ao maior crescimento e a melhores níveis de vida a médio prazo. O mercado internacional de cereais e oleaginosas manteve, em 2025, uma relevância estratégica para o comércio marítimo mundial e para a atividade dos terminais portuários especializados em grãos sólidos agroalimentares. Trata-se de um mercado fortemente internacionalizado, marcado por fluxos de longa distância entre grandes regiões produtoras — como a América do Norte, América do Sul, Mar Negro, União Europeia e Austrália — e regiões estruturalmente importadoras, designadamente Norte de África, Médio Oriente, Ásia e parte da Europa. Neste contexto, o transporte marítimo continua a ser o principal modo de movimentação internacional destes produtos, sobretudo em navios graneleiros de médio e grande porte, cuja utilização permite transportar grandes volumes a custos unitários competitivos.

Em 2025, o mercado mundial de cereais foi caracterizado por uma combinação de produção elevada, recomposição gradual de stocks e alguma normalização dos fluxos comerciais, embora num enquadramento ainda marcado por volatilidade geopolítica, alterações de rotas marítimas e custos logísticos sensíveis a fatores externos. A produção mundial de grãos atingiu níveis historicamente elevados na campanha 2025/26, refletindo boas colheitas em várias regiões produtoras. Paralelamente, o comércio internacional de cereais recuperou face à campanha anterior, com o comércio global estimado em mais de 500 milhões de toneladas, impulsionado sobretudo pelo trigo, milho e outros cereais secundários. Esta evolução confirma a importância estrutural dos terminais portuários enquanto pontos críticos de entrada, descarga, armazenagem e distribuição para os mercados de consumo.

Os principais cereais movimentados no comércio internacional continuam a ser o trigo, o milho, a cevada, o arroz e outros cereais secundários. O trigo mantém um papel central na segurança alimentar, sendo amplamente transacionado entre regiões excedentárias e deficitárias. O milho, por sua vez, tem uma dupla importância: é utilizado tanto na alimentação animal como em aplicações industriais, incluindo a produção de etanol em alguns mercados. A cevada conserva relevância em segmentos específicos, nomeadamente alimentação animal e indústria cervejeira. Estes produtos, pela sua escala e regularidade de consumo, sustentam fluxos marítimos recorrentes e exigem infraestruturas portuárias com

capacidade de descarga eficiente, armazenagem segregada e expedição terrestre organizada.

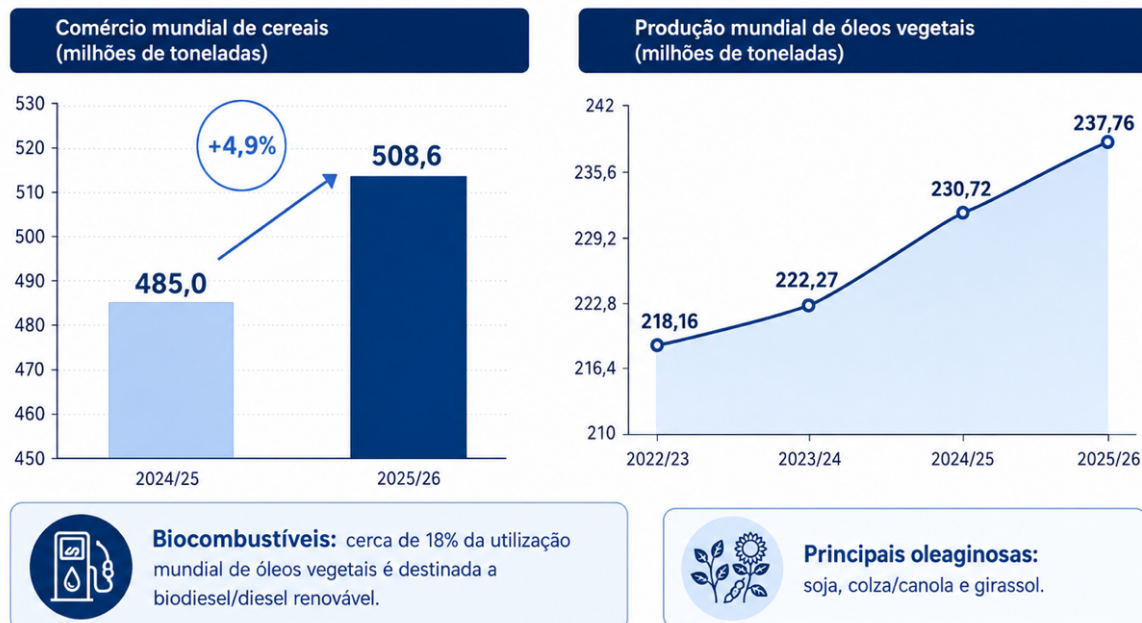
A par dos cereais, as oleaginosas assumiram em 2025 uma importância crescente no mercado internacional de grãos agrícolas. Destacam-se, neste grupo, a soja, a colza/canola e o girassol, bem como os respetivos subprodutos, incluindo farinhas proteicas e óleos vegetais. A soja é a principal oleaginosa transacionada mundialmente, com forte concentração da produção e exportação no Brasil, Estados Unidos e Argentina, e com a China a manter-se como maior importador global. A colza/canola tem particular relevância no Canadá, União Europeia e Austrália, enquanto o girassol está fortemente associado à região do Mar Negro e à União Europeia. Estes produtos são essenciais para a indústria de rações, para a

alimentação humana e, de forma cada vez mais relevante, para a produção de biocombustíveis.

A procura de biocombustíveis constitui um dos fatores estruturais de evolução do mercado das oleaginosas. A produção de biodiesel, diesel renovável e combustíveis sustentáveis para aviação tem vindo a aumentar a procura por óleos vegetais e matérias-primas lipídicas. Estima-se que uma parcela significativa da oferta mundial de óleos vegetais seja já canalizada para a produção de combustíveis de base biológica, com destaque para os mercados dos Estados Unidos, União Europeia, Brasil e Indonésia. Esta tendência reforça a ligação entre os mercados agrícola, energético e ambiental, introduzindo novos fatores de pressão sobre preços, disponibilidade de matéria-prima e padrões de comércio internacional.

Mercado internacional de cereais e oleaginosas

2025: recuperação do comércio mundial de cereais e reforço da procura de óleos vegetais



Fontes: FAO; USDA FAS; OECD-FAO.

No caso europeu, a evolução regulatória ligada à sustentabilidade, à descarbonização dos transportes e à rastreabilidade das cadeias de abastecimento tem impacto direto sobre o mercado das oleaginosas. A utilização de óleos vegetais em biocombustíveis encontra-se condicionada por critérios ambientais mais exigentes, pela concorrência com matérias-primas residuais e pela necessidade de garantir origem sustentável. Ainda assim, a procura por óleos de colza, soja, girassol e outras matérias-primas continua relevante, em particular quando articulada com políticas de incorporação de combustíveis renováveis. Esta realidade tende a manter elevada a

importância logística dos fluxos internacionais de oleaginosas e subprodutos.

As perspetivas de evolução apontam para a continuação de um mercado global dinâmico, embora sujeito a riscos relevantes. Do lado da oferta, as colheitas continuarão dependentes de fatores climáticos, disponibilidade de água, custos de fertilizantes, condições de financiamento agrícola e estabilidade política nas principais regiões exportadoras. Do lado da procura, o crescimento populacional, a urbanização, o aumento do consumo de proteína animal em economias emergentes e a procura de biocombustíveis deverão continuar a sustentar os fluxos internacionais de cereais, oleaginosas e farinhas proteicas.

Ao mesmo tempo, a volatilidade das rotas marítimas, nomeadamente em zonas de tensão geopolítica, poderá continuar a afetar custos de frete, tempos de viagem e planeamento logístico.

Para operadores portuários como a Silotagus, este enquadramento internacional é particularmente relevante. A atividade da empresa insere-se numa cadeia de abastecimento essencial, em que a eficiência da descarga marítima, a capacidade de armazenagem, a segregação por produto, cliente e origem, e a rapidez de expedição terrestre são fatores decisivos para garantir continuidade, fiabilidade e competitividade. Num mercado em que os fluxos internacionais permanecem volumosos e em que a procura por cereais e oleaginosas tende a manter-se estruturalmente elevada, os terminais especializados

assumem um papel crítico na ligação entre o comércio marítimo global e o abastecimento do mercado nacional.

Assim, o mercado internacional de cereais e oleaginosas em 2025 pode ser descrito como um mercado de elevada escala, globalizado e essencial para a segurança alimentar e energética, no qual a logística portuária desempenha uma função central. As perspetivas para os próximos anos apontam para crescimento moderado dos volumes, maior exigência operacional, maior sensibilidade a critérios ambientais e crescente interligação entre alimentação, energia e comércio marítimo. Este contexto reforça a importância estratégica de infraestruturas portuárias especializadas, tecnologicamente preparadas e capazes de responder com eficiência a fluxos internacionais cada vez mais complexos.

D. ENQUADRAMENTO MERCADO NACIONAL

DEPENDÊNCIA EXTERNA DE CEREAIS

83,2%

grau de autoaprovisionamento < 1/5

QUOTA NACIONAL SILOTAGUS

≈50%

granéis sólidos alimentares

QUOTA REGIÃO DE LISBOA

74,5%

posição de liderança sustentada

MOVIMENTAÇÃO 2025

2,22Mt

terminais Silotagus

O mercado nacional de cereais e oleaginosas caracteriza-se por uma dependência estrutural significativa do abastecimento externo. Portugal apresenta uma produção interna insuficiente para satisfazer as necessidades da indústria alimentar, da indústria de rações, da panificação, da cervejaria e de outras atividades agroindustriais, o que torna as importações um elemento central para a segurança alimentar e para o funcionamento regular das cadeias produtivas nacionais.

Esta dependência é particularmente evidente no setor dos cereais. O grau de autoaprovisionamento nacional permanece reduzido, situando-se abaixo de um quinto das necessidades de consumo no caso dos cereais, excluindo o arroz. Esta realidade coloca Portugal entre os países europeus mais dependentes do exterior neste domínio e torna essencial a existência de infraestruturas logísticas capazes de assegurar, de forma regular, eficiente e segura, a receção, descarga, armazenagem e distribuição de cereais importados.

Em 2025, o mercado nacional continuou a refletir esta realidade estrutural. Apesar da existência de produção nacional de milho, trigo, cevada, aveia e outros cereais, os volumes produzidos internamente mantiveram-se insuficientes face às necessidades da indústria transformadora e da alimentação animal. As importações continuaram, por isso, a desempenhar um papel determinante no abastecimento do mercado português, com destaque para produtos como milho, trigo, cevada, soja, bagaços proteicos e outros granéis agroalimentares.

O mercado português é também influenciado pela evolução das oleaginosas e dos seus derivados. Embora a soja, a colza/canola e o girassol não sejam cereais, estes produtos integram o mesmo universo logístico dos granéis agrícolas e são essenciais para a indústria de rações, para a alimentação humana e, indiretamente, para fileiras ligadas à produção de óleos vegetais e biocombustíveis. A procura internacional por óleos vegetais e matérias-primas para biodiesel e diesel renovável tende a influenciar os preços, a disponibilidade e os fluxos comerciais destes produtos, com impacto também no mercado nacional.

Neste contexto, os portos portugueses assumem um papel estratégico no abastecimento de cereais e produtos

agroalimentares. A entrada destes produtos ocorre, em grande medida, por via marítima, através de navios graneleiros que transportam grandes volumes provenientes de mercados internacionais. A eficiência das operações portuárias — nomeadamente descarga, armazenagem, conservação, segregação por produto e cliente, transferência interna e expedição terrestre — é determinante para garantir a continuidade do abastecimento nacional.

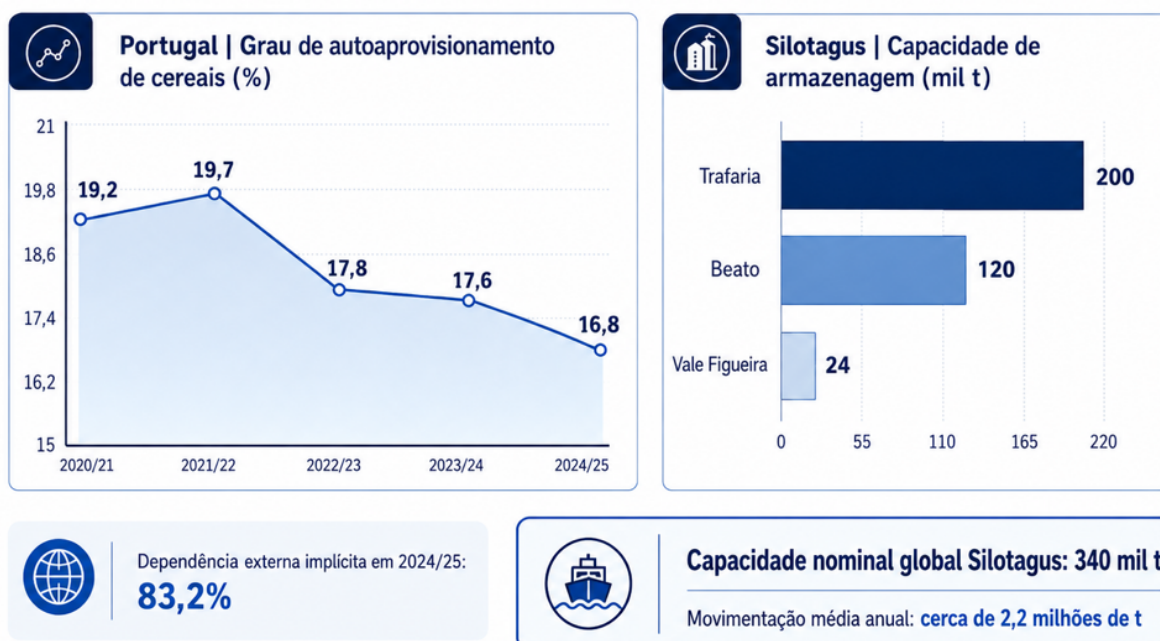
É neste enquadramento que se insere a atividade da Silotagus. A empresa assegura a exploração de infraestruturas especializadas de receção, armazenagem e expedição de granéis agroalimentares, com particular relevância nos terminais da Trafaria e do Beato. Estas infraestruturas desempenham uma função crítica na ligação entre o comércio marítimo internacional e o mercado nacional, servindo indústrias essenciais como a moagem, a panificação, a alimentação animal, a cervejaria e outras atividades agroindustriais.

O Terminal da Trafaria assume especial importância pela sua capacidade de receção de navios e pela dimensão da sua armazenagem, sendo uma infraestrutura relevante para a entrada de grandes volumes de cereais e oleaginosas no país. O Terminal do Beato, pela sua localização e ligação ao hinterland da região de Lisboa, desempenha igualmente um papel relevante no abastecimento de proximidade a unidades industriais e operadores económicos. A articulação entre estes terminais permite reforçar a flexibilidade operacional, melhorar a utilização da capacidade instalada e responder de forma mais eficiente às necessidades do mercado.

A atividade desenvolvida pela empresa assume uma relevância estratégica particular no contexto da economia portuguesa. Portugal continua a apresentar uma dependência estrutural da importação de cereais e oleaginosas destinados à produção de alimentos para consumo humano, alimentação animal e biocombustíveis, circunstância que atribui às infraestruturas de receção e armazenagem portuária uma importância crítica para a segurança alimentar nacional.

Mercado nacional de cereais e enquadramento da Silotagus

Portugal mantém forte dependência externa; a logística portuária continua crítica para o abastecimento



Fontes: INE e Silotagus.

As perspetivas de evolução do mercado nacional apontam para a manutenção de uma elevada dependência externa, ainda que enquadrada por políticas públicas orientadas para o aumento da produção sustentável de cereais em Portugal. A Estratégia +Cereais, aprovada para o período 2025-2030, procura reforçar a produção nacional e melhorar a autonomia alimentar, mas os seus efeitos serão necessariamente graduais. Mesmo num cenário de aumento da produção interna, Portugal continuará a necessitar de importações significativas para satisfazer as necessidades da indústria e do consumo.

Para a Silotagus, este contexto representa simultaneamente uma responsabilidade estratégica e uma oportunidade de modernização. A previsibilidade dos fluxos, a eficiência na descarga dos navios, a capacidade de armazenagem segregada, a digitalização dos processos, a gestão da expedição rodoviária e a fiabilidade operacional serão fatores cada vez mais relevantes para responder às exigências do mercado. A crescente complexidade das cadeias internacionais, a volatilidade dos preços agrícolas, os requisitos de rastreabilidade e sustentabilidade e a necessidade de garantir tempos de resposta competitivos reforçam a importância de uma gestão portuária moderna e orientada para a eficiência.

Assim, o mercado nacional de cereais e oleaginosas em 2025 pode ser caracterizado como um mercado

estruturalmente importador, fortemente dependente da logística marítima e portuária, e essencial para a segurança alimentar e para o funcionamento da indústria agroalimentar portuguesa. Neste quadro, a Silotagus ocupa uma posição central, enquanto operador de infraestruturas críticas para a receção, armazenagem e distribuição de grãos agroalimentares, desempenhando um papel indispensável na articulação entre os mercados internacionais e as necessidades do mercado nacional.

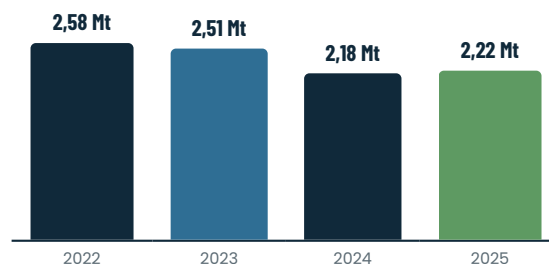
Neste contexto, os terminais operados pela Silotagus constituem uma das principais portas de entrada de matérias-primas agroalimentares no País, assegurando o abastecimento regular de diversos setores industriais estratégicos e contribuindo para a estabilidade das cadeias de fornecimento.

A relevância da Silotagus reflete-se igualmente na sua posição de mercado. A empresa mantém uma quota nacional próxima de 50% na movimentação de grãos sólidos alimentares e assegura 74,5% da movimentação deste tipo de cargas na região de Lisboa, consolidando uma posição de liderança sustentada ao longo dos últimos anos.

Ao nível de mercado nacional e da região de Lisboa a Silotagus apresenta, em concreto, os seguintes valores:

ANO	MOVIMENTAÇÃO TOTAL (T)	QUOTA MERCADO NACIONAL	QUOTA REGIÃO DE LISBOA
2022	2 581 132	53,4%	72,9%
2023	2 508 338	49,3%	75,1%
2024	2 183 900	45,8%	72,5%
2025	2 218 963	45,2%	74,5%

MOVIMENTAÇÃO TOTAL — GRANÉIS ALIMENTARES (TONELADAS)



Fonte: Silotagus

A quota de mercado de 74,5% na região de Lisboa evidencia uma posição estruturalmente dominante numa infraestrutura crítica para o abastecimento agroalimentar nacional. Esta posição não resulta de circunstâncias conjunturais, refletindo antes a localização estratégica dos ativos operados, a capacidade instalada disponível, a experiência acumulada das equipas e a confiança conquistada junto dos principais operadores nacionais e internacionais do setor.

Ao nível nacional, a manutenção de uma quota de mercado próxima de metade do mercado total confirma o papel central desempenhado pela empresa na logística de cereais e outras matérias-primas alimentares, posicionando a Silotagus como uma infraestrutura essencial para o funcionamento da cadeia agroalimentar portuguesa.

INFRAESTRUTURAS OPERACIONAIS

A empresa opera em dois terminais portuários no Porto de Lisboa, onde mais de 99% das movimentações ocorrem. Os terminais da região de Lisboa, situam-se no Beato e na Trafaria. Opera ainda em Vale de Figueira (Santarém) onde gere um silo interior.

O Terminal Portuário do Beato constitui uma infraestrutura estratégica localizada na margem norte do estuário do Tejo, beneficiando de uma localização privilegiada junto dos principais centros de consumo e transformação agroalimentar do País. O terminal dispõe de capacidade para receção, armazenagem e expedição de grãos alimentares, encontrando-se equipado com dois descarregadores independentes, um pneumático e outro mecânico, com capacidade nominal de 600 toneladas por hora cada, permitindo a movimentação simultânea de diferentes produtos. Possui uma capacidade de armazenagem potencial de 120 mil toneladas e efetiva de 90 mil.

O terminal do Beato, mais limitado do que o da Trafaria no que respeita ao calado e ao comprimento dos navios que opera, regista uma ocupação média do seu espaço efetivo de armazenamento passível de ser incrementada, sendo de realçar a movimentação de trigo panificável que

A atividade desenvolvida beneficia ainda de barreiras naturais à entrada particularmente elevadas, associadas à localização portuária dos ativos, à complexidade técnica da operação, à dimensão dos investimentos necessários e às exigências regulatórias e de segurança alimentar aplicáveis ao setor.

A procura pelos serviços prestados pela Silotagus apresenta características de elevada estabilidade estrutural, encontrando-se associada a necessidades permanentes de abastecimento da indústria alimentar, da indústria de alimentação animal e dos setores ligados à produção de biocombustíveis.

Esta realidade confere à atividade uma significativa resiliência face a ciclos económicos adversos, reforçando a previsibilidade da procura a médio e longo prazo.

beneficia da ligação direta por transportador próprio à Cerealis.

O terminal portuário da Trafaria situa-se na margem Sul do estuário do rio Tejo, no Porto de Lisboa, e constitui o principal polo operacional da empresa e uma das mais relevantes infraestruturas especializadas em grãos agroalimentares da Península Ibérica. Esteve, originalmente, vocacionado para receber grãos agroalimentares em operações de transshipment, mercado passível de ser recuperado, operando atualmente, quase exclusivamente em descarga de cereais importados e ocasionalmente carregando navios destinados às Regiões Autónomas

A sua localização, capacidade instalada e condições de navegabilidade permitem receber Panamax e provenientes dos principais mercados internacionais, funcionando como plataforma de abastecimento do mercado nacional, sendo os produtos armazenados e expedidos, por via rodoviária com destino ao mercado nacional e por via fluvial para outros cais do porto de Lisboa.

O Silo Interior de Vale de Figueira situa-se no Ribatejo, perto de Santarém, a cerca de 100 km a Norte Lisboa e desempenha uma função complementar de relevância económica e social. Está inserido numa zona tradicionalmente produtora não só de cereais, nomeadamente milho, trigo e cevada, mas também de oleaginosas, como girassol e colza.

Assim, para além do apoio à gestão logística dos terminais portuários, esta infraestrutura presta serviços de receção, secagem, limpeza e armazenagem de cereais produzidos na região do Ribatejo, contribuindo para a redução de perdas agrícolas, para a valorização da produção nacional e para a sustentabilidade das explorações agrícolas locais.

E. A EMPRESA

2. ORIGEM E ENQUADRAMENTO

A Silotagus, S.A. é a sociedade responsável pela exploração, em regime de concessão de serviço público, dos Terminais Portuários de Granéis Alimentares da Trafaria e do Beato, no Porto de Lisboa, bem como do Silo Interior de Vale de Figueira.

A sociedade iniciou a sua atividade operacional a 16 de maio de 2025, na sequência da transmissão da atividade anteriormente desenvolvida pela Silopor – Empresa de Silos Portuários, S.A., assegurando a continuidade de um serviço essencial à cadeia logística agroalimentar nacional.

A criação da Silotagus insere-se no processo de reorganização do modelo de exploração das infraestruturas anteriormente afetas à Silopor, permitindo assegurar a continuidade da operação, preservar o conhecimento técnico acumulado ao longo de várias décadas e criar as condições necessárias para a valorização futura dos ativos concessionados.

A transmissão da atividade da Silopor para a Silotagus incluiu uma dotação financeira de 10,5 milhões de euros destinada à recuperação da capacidade operacional, modernização tecnológica e reforço das condições de segurança das infraestruturas concessionadas.

No âmbito da reorganização do setor, a Silotagus celebrou um contrato de concessão com a Administração do Porto de Lisboa (APL), com início a 1 de julho de 2025 e duração de 30 anos, no qual lhe é atribuída a exploração dos referidos terminais portuários. A concessão atribuída à Silotagus constitui um ativo estratégico de elevado valor

económico e operacional, proporcionando um horizonte temporal adequado à realização de investimentos estruturantes, à modernização das infraestruturas e à implementação de uma estratégia de crescimento sustentado.

A localização privilegiada dos ativos, a sua integração na principal área portuária do país, a capacidade de armazenamento instalada e a relevância para a segurança alimentar nacional conferem à Silotagus características típicas de infraestrutura crítica, suportadas por elevados encargos à entrada e por uma posição consolidada no mercado nacional de grãos sólidos alimentares.

A constituição da empresa representa, assim, não apenas uma continuidade operacional relativamente à atividade anteriormente desenvolvida, mas também o início de um novo ciclo de investimento, modernização e valorização de um dos mais relevantes ativos logísticos da cadeia agroalimentar portuguesa.

Os resultados alcançados em 2025 assumem particular relevância. O desempenho operacional e financeiro registado durante os primeiros sete meses e meio de atividade demonstra não apenas a robustez dos ativos explorados, mas também a capacidade das equipas e dos órgãos de gestão para conduzir com sucesso um processo de transição complexo, assegurando simultaneamente estabilidade operacional, disciplina financeira e preparação do futuro desenvolvimento da empresa.

3. MODELO DE NEGÓCIO

A atividade da Silotagus assenta na prestação de serviços integrados de receção, armazenagem, gestão logística e expedição de grãos sólidos alimentares, assegurando a ligação entre os mercados internacionais de matérias-primas agrícolas e os principais setores consumidores da economia nacional. O modelo de negócio desenvolve-se através de uma cadeia logística integrada, que compreende três componentes principais:

1 - DESCARGA DE NAVIOS

Descarga de navios, assegurando a receção de cereais provenientes do mercado internacional;

2 - ARMAZENAGEM

Armazenagem, realizada em células dedicadas, com gestão rigorosa por produto, cliente e origem;

3 - EXPEDIÇÃO MULTIMODAL

Expedição multimodal, predominantemente por via rodoviária, com destino à indústria transformadora nacional.

A operação caracteriza-se por uma elevada complexidade logística, exigindo coordenação contínua entre a programação de navios, a disponibilidade de capacidade de armazenagem e o fluxo de expedição diária.

A Silotagus presta serviços a diversos clientes, essencialmente traders internacionais e operadores industriais, relacionando-se diretamente com um vasto conjunto de produtores nacionais de derivados dos agroalimentares,

nomeadamente rações animais e biocombustíveis, farinhas alimentares e outras, desempenhando um papel crítico na segurança do abastecimento de matérias-primas essenciais à economia.

Através desta atividade, a empresa desempenha uma função crítica na cadeia de abastecimento nacional, assegurando a disponibilidade de matérias-primas indispensáveis ao funcionamento de diversos setores estratégicos da economia portuguesa.

4. OPERAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

A atividade da Silotagus assenta num sistema integrado de infraestruturas composto pelos Terminais Portuários da Trafaria e do Beato e pelo Silo de Vale de Figueira.

A complementaridade funcional destas infraestruturas permite à empresa otimizar a utilização da capacidade disponível, reforçar a flexibilidade operacional e aumentar a resiliência do sistema logístico global.

Conforme referido, a empresa opera dois terminais portuários:

- Terminal Portuário da Trafaria (TPT) – principal polo operacional;
- Terminal Portuário do Beato (TPB) – complementar em capacidade e função.

Operando ainda o Silo de Vale de Figueira (Santarém), onde armazena sobretudo produtos alimentares locais e tem uma capacidade de cerca de 24.000 toneladas.

■ TERMINAL PORTUÁRIO DA TRAFARIA — PRINCIPAL POLO OPERACIONAL

CAPACIDADE NOMINAL

200mil t

114 células de armazenagem

CAPACIDADE EFETIVA

≈160mil t

segregação por produto/
cliente/origem

NAVIOS ATÉ

75mil t

Panamax · 280 m · calado 16
m ZH

POSTOS DE CARREGAMENTO

12

5 c/ silos rodoviários · 6
diretos · 1 topo

O Terminal Portuário da Trafaria constitui o principal polo operacional da Silotagus e uma das mais relevantes infraestruturas especializadas em grãos agroalimentares da Península Ibérica.

Beneficiando de excelentes condições de navegabilidade, o terminal possui capacidade para receber navios de grande dimensão, incluindo navios Panamax com cargas até cerca de 75.000 toneladas, cerca de 280 metros de comprimento e dispõe de um cais com mais de 16 metros de profundidade ao zero hidrográfico.

A infraestrutura da Trafaria integra 114 células de armazenagem, com uma capacidade nominal de 200.000 toneladas. Considerando as restrições operacionais inerentes à segregação dos produtos por cliente, origem e tipologia, a capacidade efetivamente utilizável situa-se em cerca de 160.000 toneladas. Cada célula é dedicada a um único produto, cliente e origem, o que impõe uma gestão altamente exigente do espaço disponível.

Os principais produtos movimentados incluem:

- Milho
- Cevada
- Trigo Forrageiro
- Soja
- Colza

A Trafaria desempenha, assim, um papel central na receção dos principais produtos agroalimentares importados pelo país, constituindo um ponto de entrada fundamental para a cadeia agroindustrial portuguesa.

O terminal dispõe ainda de uma elevada capacidade de expedição rodoviária, suportada por múltiplos postos de carregamento e sistemas de movimentação que permitem assegurar elevados níveis de eficiência operacional e resposta às necessidades dos clientes.

Ao nível da expedição rodoviária, a operação assenta em:

- 5 postos de carregamento associados a silos rodoviários, alimentados por 10 células intermédias;
- 6 postos de carregamento diretos, sem pré-pesagem;
- 1 posto adicional (“topo”), com elevada flexibilidade operacional, diretamente ligado às células de armazenagem.

Sendo a capacidade de descarga superior à de expedição, a gestão da armazenagem constitui o principal fator crítico da operação, podendo condicionar diretamente a capacidade de receção de navios.

■ TERMINAL PORTUÁRIO DO BEATO — COMPLEMENTAR EM CAPACIDADE E FUNÇÃO

CAPACIDADE NOMINAL

120mil t

margem norte do estuário do Tejo

CAPACIDADE EFETIVA

≈90mil t

plataforma autónoma de receção

DESCARREGADORES

2×600t/h

um pneumático e um mecânico

LIGAÇÃO DIRETA

Cerealis

integração logística cerealífera

O Terminal Portuário do Beato constitui uma infraestrutura estratégica da Silotagus, localizada na margem norte do estuário do Tejo, numa posição privilegiada junto dos principais centros de consumo, transformação agroalimentar e distribuição da Área Metropolitana de Lisboa.

Com uma capacidade nominal de armazenagem de 120.000 toneladas e uma capacidade operacional efetiva de cerca de 90.000 toneladas, o terminal assume um papel relevante no sistema logístico nacional de abastecimento de cereais, funcionando como complemento operacional da Trafaria e como plataforma autónoma de receção, armazenagem e expedição de produtos destinados à indústria alimentar.

A infraestrutura encontra-se equipada com dois descarregadores independentes, um pneumático e outro mecânico, ambos com capacidade nominal de 600 toneladas por hora, permitindo assegurar elevados níveis de flexibilidade operacional e a movimentação eficiente de diferentes produtos.

O terminal beneficia ainda de uma ligação direta às instalações industriais da Cerealis, constituindo uma das mais relevantes integrações logísticas existentes no setor cerealífero nacional. Esta proximidade reduz tempos de transporte, aumenta a eficiência da cadeia de abastecimento e reforça a importância estratégica da infraestrutura para o fornecimento regular de matérias-primas destinadas ao consumo humano.

Comparativamente ao Terminal da Trafaria, o Beato apresenta menores restrições operacionais ao nível da expedição terrestre, permitindo responder com elevada eficiência às necessidades dos clientes e absorver variações de procura ou redistribuições de carga entre terminais. Esta complementaridade constitui um fator importante de resiliência e flexibilidade para o conjunto da operação da Silotagus.

A localização central da infraestrutura, a proximidade aos principais centros industriais e de consumo, a existência de capacidade disponível para crescimento da ocupação e a sua integração numa cadeia logística consolidada conferem ao Terminal do Beato um relevante potencial de valorização futura.

Neste enquadramento, o Terminal Portuário do Beato deve ser entendido não apenas como uma infraestrutura complementar da Trafaria, mas como um ativo estratégico autónomo, com características únicas no contexto portuário nacional, contribuindo de forma decisiva para a segurança do abastecimento agroalimentar da região de Lisboa e para a robustez do sistema logístico operado pela Silotagus.

O terminal é utilizado para operações de receção, armazenagem e expedição de cereais, integrando-se na mesma lógica de gestão por produto, cliente e origem, assegurando a segregação e rastreabilidade dos produtos armazenados, com a particularidade de movimentar cereais destinados ao consumo humano, beneficiando, nomeadamente da sua ligação direta às instalações da Cerealis.

Do ponto de vista operacional, o Beato assume particular importância:

na importação de cereais;

na gestão de picos de procura;

na redistribuição de cargas entre terminais;

na capacidade de resposta da empresa em contextos de maior pressão logística.

A sua menor restritividade operacional face à Trafaria permite uma maior previsibilidade nos fluxos de saída, contribuindo para a eficiência global do sistema.

Neste enquadramento, o Terminal do Beato deve ser entendido como um ativo estratégico que reforça a capacidade instalada da Silotagus e contribui para a resiliência e continuidade da operação.

■ SILO INTERIOR DE VALE DE FIGUEIRA — APOIO AO SETOR AGRÍCOLA

CAPACIDADE

≈24mil t

Ribatejo, ≈100 km a norte de Lisboa

SERVIÇOS

4

receção · secagem · limpeza · armazenagem

O Silo Interior de Vale de Figueira, localizado no Ribatejo, complementa a atividade dos terminais portuários através da prestação de serviços de armazenagem, secagem, limpeza e conservação de cereais.

Com uma capacidade próxima de 24.000 toneladas, esta infraestrutura desempenha simultaneamente uma função logística e uma função de apoio ao setor agrícola nacional. Para além de receber cereais provenientes da produção agrícola regional, o silo assegura prestação de serviços de secagem e assume particular relevância para os produtores agrícolas da região, contribuindo para a preservação das colheitas, para a redução de perdas e para a valorização da produção.

5. ESTRUTURA DA EMPRESA — ORGANIZAÇÃO INTERNA

A estrutura organizacional da Silotagus assenta numa separação funcional clara entre:

- Coordenação das Operações, responsável pela gestão diária da atividade, incluindo descarga, armazenagem e expedição;
- Manutenção, responsável pela fiabilidade e operacionalidade dos equipamentos críticos.

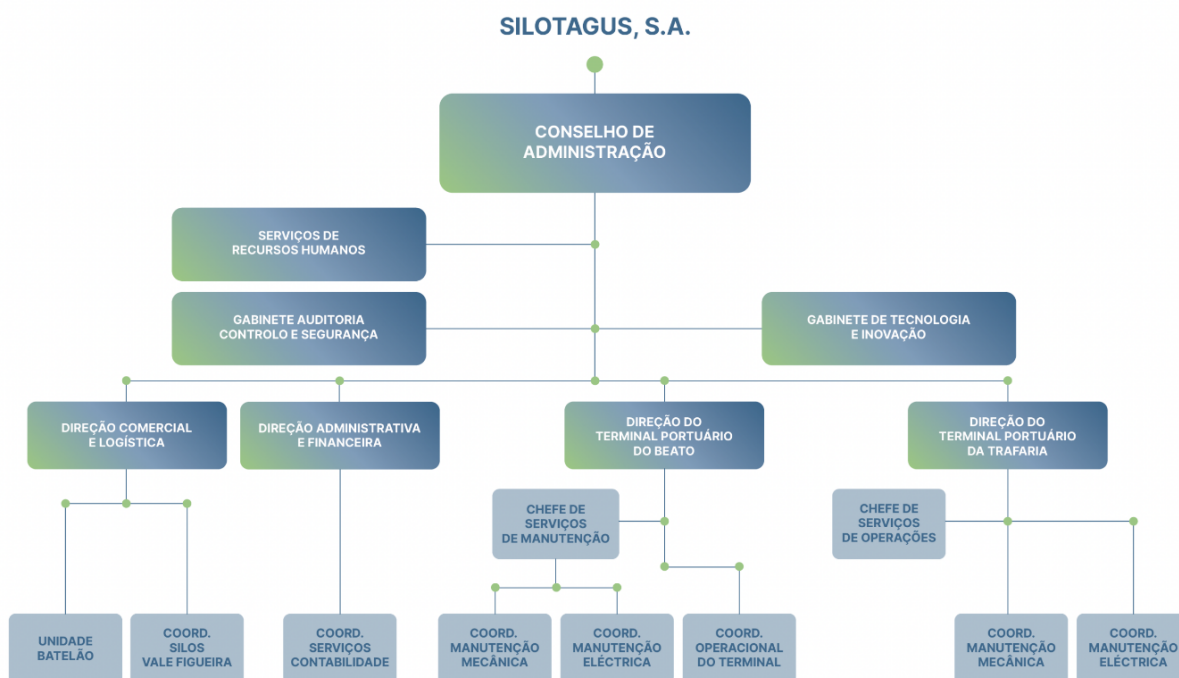
A operação exige uma gestão em tempo real, com decisões diárias baseadas na articulação entre:

- volumes em descarga;
- capacidade disponível de armazenagem;
- previsões de expedição.

O Diretor de Terminal assume um papel central neste processo, garantindo a otimização do fluxo logístico e a continuidade da operação.

A estrutura da empresa é completada a nível central, com uma Direção Administrativa e Financeira que inclui a área de contratação pública, a Direção Comercial, o Gabinete de Recursos Humanos, o Gabinete de Tecnologia e inovação e o Gabinete de Qualidade, Segurança e Ambiente.

ORGANOGRAMA — SILOTAGUS, S.A.



ÓRGÃOS SOCIAIS – MANDATOS EM 2025-2027

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco

Vogal: Maria de Fátima Simões Évora

Vogal: Samuel Pedro da Silva Cruz

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Teresa Isabel Carvalho Costa

Secretário de Mesa: Emília da Conceição Guedes Mata

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL ÚNICO)

Efetivo: Vítor Almeida & Associados, SROC, LDA, representada por Vítor Manuel Batista de Almeida

Suplente: João Santos Silva Baptista de Almeida

6. RECURSOS HUMANOS

TRABALHADORES
(31.12.2025)

96

categorias profissionais

IDADE MÉDIA

48anos

estrutura etária equilibrada

ANTIGUIDADE < 10 ANOS

78%

renovação de quadros

MASSA SALARIAL

3,30M€

gastos com pessoal 2025

Os recursos humanos constituem um dos principais ativos estratégicos da Silotagus e um fator determinante para a qualidade, segurança e eficiência da sua operação.

A exploração de infraestruturas portuárias especializadas em granéis sólidos alimentares exige conhecimentos técnicos altamente específicos, experiência operacional acumulada e capacidade de coordenação permanente entre operações marítimas, armazenagem, manutenção industrial e expedição logística. Estas competências representam um fator diferenciador relevante e dificilmente replicável no mercado nacional.

A constituição da Silotagus permitiu assegurar a continuidade das equipas anteriormente afetadas à operação da Silopor, preservando um património de conhecimento técnico e operacional acumulado ao longo de várias décadas de atividade. Esta continuidade constitui um elemento particularmente relevante para a estabilidade da operação, para a transferência de conhecimento entre gerações e para a mitigação dos riscos associados à transição para o novo modelo de exploração da concessão.

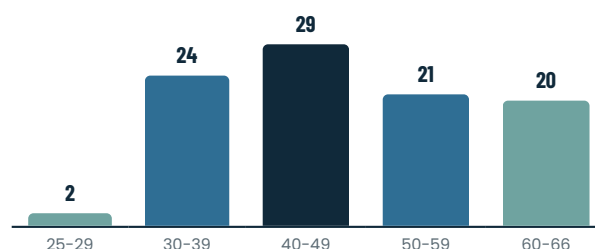
A empresa beneficia de profissionais com elevados níveis de especialização nas áreas da operação portuária,

As categorias profissionais distribuídas por género (M/F) em 31.12.2025 eram as seguintes:

Sobre a estrutura do pessoal a média das idades em 31-12-2025 situava-se nos 48 anos. As idades dos trabalhadores estão detalhadas no mapa seguinte, nos intervalos seguintes:

CATEGORIA PROFISSIONAL	M	F	TOTAL
Operador de Produção	35	—	35
Técnico Administrativo	4	6	10
Técnico de Produção	22	—	22
Técnico Superior	26	3	29
Total	87	9	96

■ ESTRUTURA ETÁRIA DOS TRABALHADORES
(31.12.2025)



Já as antiguidades dos funcionários na empresa estão analisadas na seguinte tabela:

FAIXA DE ANTIGUIDADE	%
> 1 ano	18%
2 a 7 anos	26%

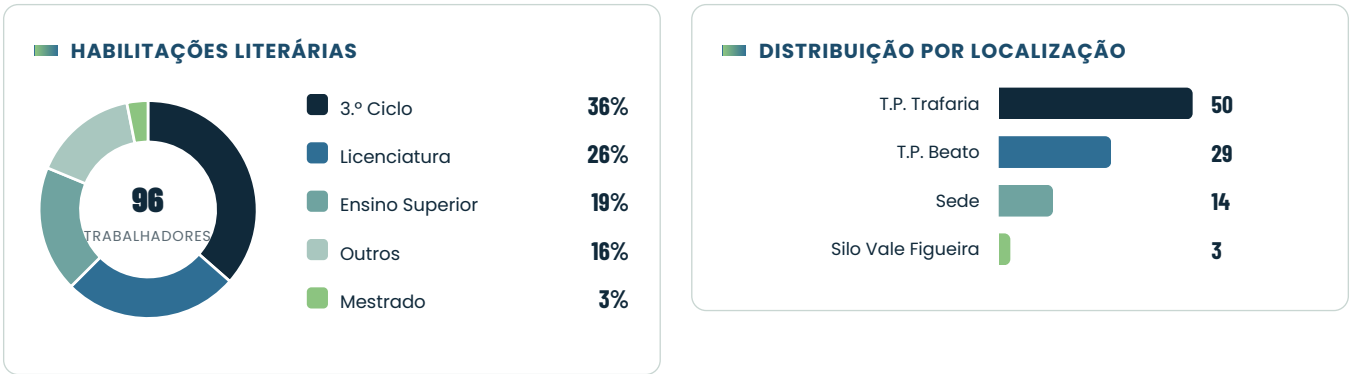
FAIXA DE ANTIGUIDADE	%
8 anos	11%
9 anos	1%
10 anos	22%
>10 anos <28 anos	0%
≥ 28 anos	22%
Total	100%

Verificamos que 78% das antiguidades dos trabalhadores estão na empresa à menos de 10 anos. Concluimos também que não existem nos quadros trabalhadores com antiguidade entre os 10 anos e os 28 anos.

Podemos concluir que 78%, isto é mais de ¾ do pessoal está na empresa à menos de 10 anos e que apenas 22% está na empresa há mais de 28 anos.

Ainda sobre o pessoal, temos a 31-12-2025 nos quadros funcionários com o seguinte nível de habilitações literárias:

Os recursos humanos da empresa estão distribuídos por 3 localizações operacionais e pela Sede da empresa que também se situa no terminal do Beato. Assim a distribuição é a seguinte:



Por fim temos o quadro resumo dos movimentos de entradas e saídas dos recursos humanos durante o ano de 2025:

GRUPO PROFISSIONAL	(1) SITUAÇÃO 16/05/2025	(2) SAÍDAS (REFORMAS/ OUTROS)	(3) AUSENTES (MOBILIDADE/ CEDÊNCIA/ LICENÇA)	(4) CONTRATAÇÕES P/ SUBSTITUIÇÃO DE SAÍDAS	(5) ENTRADAS AO ABRIGO DE NORMATIVO LEGAL (DESPACHO, ETC.)	(6)=(1)- (2)+(3)+(4)+(5) SITUAÇÃO 31/12/2025
Órgãos Sociais (OS)	2					2
Cargos de direção (s/ OS)	4					4
Operador de produção	34	-1			2	35
Técnico Administrativo	11	-1				10
Técnico Produção	22					22
Técnico Superior	22				3	25
Total (OS+CD+Trabalhadores)	95	-2	0	0	5	98

Movimentos de pessoal em 2025

O quadro seguinte representa o peso dos gastos por trabalhador (média)

RECURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL	2025 EXEC.	2025 ORÇ.	Δ ABSOL.	VAR. %
N.º de membros dos órgãos sociais (OS)	2	0	2	100,00%
N.º de membros de cargos de direção (CD)	4	0	4	100,00%
N.º dos restantes trabalhadores (sem OS e sem CD)	89	0	89	100,00%
Total	95	0	95	100,00%
N.º Trabalhadores / N.º CD	24	0	23,75 €	100,00%
Gastos com Pessoal / Total (OS+CD+T)	34 689,35 €	0,00 €	3 295 487,96 €	9500,00%
Massa Salarial Global	3 295 487,96 €	0,00 €	3 295 487,96 €	100,00%
Massa Salarial sem os efeitos de volume	0,00 €	0,00 €	0,00 €	—

Δ Absol. e Var. %: 2025 (Exec.) / 2025 (Orç.). Valores conforme reporte DLEO do quadro-fonte.

Os gastos com os gestores públicos foram os seguintes:

– Quadro das despesas com comunicações dos membros da administração:

MEMBRO DO CA	PLAFOND MENSAL	VALOR ANUAL
José Emilio Coutinho Garrido Castel-Branco	80,00 €	0,00 €
Maria de Fátima Simões Évora	80,00 €	183,92 €
Total		183,92 €

Gastos com comunicações dos membros da administração

– Quadro de despesas com combustíveis e portagens pelos gestores:

MEMBRO DO CA	PLAFOND MENSAL COMB. E PORTAGENS	COMBUSTÍVEL	PORTAGENS	TOTAL
José Emilio Coutinho Garrido Castel-Branco	502,21 €	0,00 €	583,90 €	583,90 €
Maria de Fátima Simões Évora	401,77 €	835,49 €	546,24 €	1 381,73 €
Total				1 965,63 €

Despesas com combustíveis e portagens dos gestores

7. NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

Não existiram negócios entre a sociedade e os seus administradores.

8. OBJETIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos constitui uma componente fundamental do modelo de governação da Silotagus e visa assegurar a continuidade operacional da atividade, a proteção dos ativos concessionados, a preservação da solidez financeira da empresa e a criação sustentada de valor.

A sociedade adota uma abordagem sistemática de identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos suscetíveis de afetar o desempenho operacional, económico e financeiro da sua atividade.

RISCOS OPERACIONAIS

Atendendo à natureza da atividade desenvolvida, a Silotagus encontra-se exposta a riscos operacionais associados, designadamente, à disponibilidade e fiabilidade dos equipamentos críticos, à gestão da capacidade de armazenagem, à segurança das operações, à disponibilidade de recursos humanos especializados e à evolução dos fluxos logísticos internacionais.

A mitigação destes riscos assenta na experiência das equipas operacionais, na implementação de procedimentos de controlo e monitorização contínua, na execução de planos de manutenção preventiva e corretiva e no programa de investimento em curso destinado à modernização das infraestruturas e equipamentos.

A empresa acompanha igualmente a evolução dos mercados internacionais de cereais, das cadeias de abastecimento e dos fatores geopolíticos suscetíveis de influenciar o comércio internacional e a atividade portuária.

Apesar das recentes ameaças ao comércio internacional e seus possíveis impactos macroeconómicos; não foi identificada ainda a necessidade de adoção de medidas especiais ou excecionais e, também por esse facto, não foram desenvolvidas quaisquer operações de cobertura de riscos associados.

RISCOS FINANCEIROS

A atividade da sociedade caracteriza-se por uma reduzida exposição a riscos financeiros complexos, não recorrendo a instrumentos financeiros derivados nem a operações de cobertura de risco de natureza especulativa, tendo toda a sua movimentação de fundos centralizada no IGCP.

As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Os principais riscos financeiros identificados relacionam-se com a gestão da liquidez, do crédito e dos fluxos de caixa necessários à execução da atividade corrente e do programa de investimentos em curso.

À data de encerramento do exercício, a sociedade apresenta uma situação financeira equilibrada, níveis adequados de liquidez e ausência de endividamento financeiro relevante, não tendo sido identificados fatores suscetíveis de comprometer a capacidade de cumprimento das suas obrigações financeiras.

FRAUDE E CONTROLO INTERNO

A prevenção da fraude constitui um elemento integrante da política de controlo interno da sociedade.

A empresa adota procedimentos de segregação de funções, circuitos de aprovação, mecanismos de validação e acompanhamento das operações e controlos administrativos e financeiros adequados à sua dimensão e atividade.

Durante o exercício de 2025 não foram identificadas situações de fraude, irregularidades materiais ou indícios suscetíveis de afetar de forma relevante a fiabilidade da informação financeira ou a regularidade da atividade da empresa.

A identificação dos principais riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de mercado associados à atividade da Silotagus encontra-se desenvolvida no capítulo “Gestão de Riscos” do presente Relatório.

9. PERFORMANCE FINANCEIRA

RESULTADO LÍQUIDO · 7,5 MESES DE ATIVIDADE

1 237 555 €

RL positivo no 1.º exercício

VOLUME DE NEGÓCIOS

10,11M€

16-05-2025 a 31-12-2025

EBITDA

1,56M€

margem 15,4%

RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS

1,60M€

DISPONIBILIDADES

14,89M€

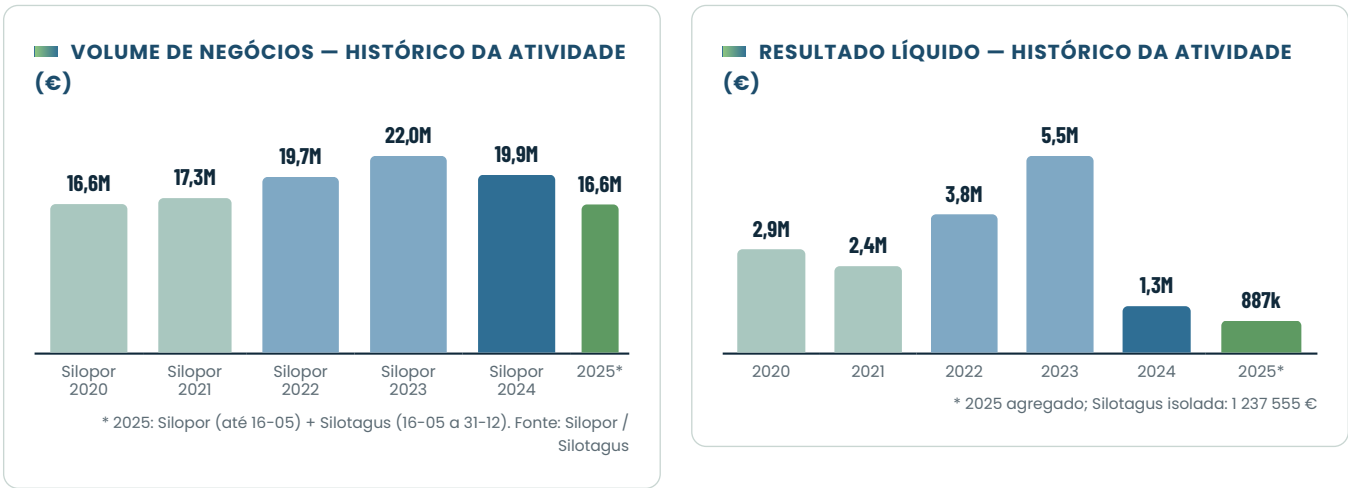
sem endividamento bancário

A atividade da descarga, armazenagem e expedição do ano 2025 foi dividida em dois períodos. O período de 01-01-2025 até 16-05-2025 desenvolvido pela empresa entretanto liquidada Silopor e o período de 16-05-2025 a 31-12-2025 já desenvolvido pela nova empresa constituída Silotagus. A análise financeira da empresa teve por base

os seguintes indicadores do ano completo 2025, evidenciando no quadro ambos os períodos.

A título de referência informativa e de forma a poder dar algumas referências aos leitores, utilizaram-se dados de anos anteriores da Silopor para ajudar na leitura financeira desta atividade.

PRINCIPAIS INDICADORES DA EMPRESA



DESCRIÇÃO (€)	SILOPOR 2020	SILOPOR 2021	SILOPOR 2022	SILOPOR 2023	SILOPOR 2024	SILOPOR 2025 (16-05-25)	SILOTAGUS 2025 (31-12-25)	SILOPOR + SILOTAGUS 2025
Volume de Negócios	16 625 146,00	17 298 972,00	19 665 016,00	22 023 563,00	19 915 680,00	6 469 793,00	10 114 659,97	16 584 452,97
EBITDA	5 567 697,00	5 016 182,00	6 886 080,00	9 132 329,00	4 527 796,00	904 881,00	1 561 219,05	2 466 100,05
EBIT	3 877 441,00	3 236 225,00	5 177 494,00	7 231 671,00	1 801 242,00	-397 292,00	1 560 188,17	1 162 896,17
RL	2 862 921,00	2 393 494,00	3 832 054,00	5 451 184,00	1 284 413,00	-350 571,00	1 237 555,26	886 984,26

Principais indicadores da empresa (€)

Destaca-se que neste primeiro ano de atividade, que contemplou apenas 7,5 meses o resultado líquido foi superior a 1 milhão de euros. Isto é, mesmo considerando que a Silotagus desenvolveu atividade durante apenas cerca de sete meses e meio em 2025, a empresa registou um resultado líquido superior a 1,2 milhões de euros. Este desempenho evidencia a capacidade de geração de resultados desde a fase inicial de operação.

A nível económico e financeiro a empresa Silotagus apresentou os seguintes indicadores no período em que desenvolveu a sua atividade (16-05-2025 a 31-12-2025):

INDICADORES (16-05-2025 A 31-12-2025)	VALOR
EBITDA	1 561 219 €
EBIT — Resultado Operacional	1 560 188 €
RAI — Resultado Antes de Impostos	1 604 378 €
RL — Resultado Líquido	1 237 555 €
Rentabilidade das Vendas e Serviços Prestados (RL / Vendas)	12,24%
Rentabilidade Operacional das Vendas (RO / Vendas)	15,43%
Rentabilidade Económica (RL / Ativo Total)	6,45%
Rentabilidade Financeira (RL / Capital Próprio)	36,89%
Grau de Autonomia (Capital Próprio / Passivo)	21,17%

A Silotagus tendo iniciado a sua atividade em Maio de 2025 e assinado um novo contrato de concessão em Outubro não teve um plano de atividades e orçamento aprovado, sendo que o aprovado para a Silopor respeitava ao 1º semestre de 2025 que não se cumpriu na íntegra pelo que os valores não são diretamente comparáveis em nenhum período de 2025.

INDICADORES	PAO 2025	EXECUTADO 2025	DESVIO (+/-)
Resultado Líquido	0,00 €	1 237 555,26 €	1 237 555,26 €
EBITDA	0,00 €	1 561 219,05 €	1 561 219,05 €
Resultado Operacional (EBIT)	0,00 €	1 560 188,17 €	1 560 188,17 €
Volume de Negócios	0,00 €	10 114 659,97 €	10 114 659,97 €
Gastos Operacionais	0,00 €	7 907 842,44 €	7 907 842,44 €
Gastos Operacionais / Volume de Negócios	Não aplicável	78,18%	78,18%
Endividamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Disponibilidades	0,00 €	14 891 907,15 €	14 891 907,15 €

10. DESEMPENHO OPERACIONAL

Durante o exercício de 2025, a atividade da Silotagus foi marcada pela fase de arranque da operação, com especial foco na estabilização dos processos operacionais e na adaptação ao novo modelo de gestão.

Os principais indicadores operacionais incluem:

- volumes movimentados;
- níveis de ocupação da capacidade de armazenagem;
- eficiência dos fluxos de descarga e expedição.

A gestão da capacidade disponível e a otimização dos fluxos logísticos constituíram prioridades centrais ao longo do período.

Para efeitos de comparabilidade anual, apresentamos o resultado de um exercício académico exercício de a partir do cálculo agregado para 2025.:

EFICIÊNCIA OPERACIONAL — ART. 140.º DO DLEO 2025	2025 EXEC.	2025 ORÇ.	Δ ABSOL.	VAR. %
GASTOS OPERACIONAIS (GO)				
(1) CMVMC	193 686,69 €	0,00 €	193 686,69 €	100,00%
(2) FSE	4 418 667,79 €	0,00 €	4 418 667,79 €	100,00%
(3) Gastos com o pessoal	3 295 487,96 €	0,00 €	3 295 487,96 €	100,00%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de disposições legais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	—
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)–(4)	7 907 842,44 €	0,00 €	7 907 842,44 €	100,00%
VOLUME DE NEGÓCIOS				
(6) Volume de negócios	10 114 659,97 €	0,00 €	10 114 659,97 €	100,00%
Vendas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	—
Prestações de Serviços	10 114 659,97 €	0,00 €	10 114 659,97 €	100,00%
Outros rendimentos que concorrem para o VN	0,00 €	0,00 €	0,00 €	—
Indemnizações compensatórias (se aplicável)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	—
(7) Impactos no VN decorrentes de disposições legais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	—
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	10 114 659,97 €	0,00 €	10 114 659,97 €	100,00%
(9) Peso dos Gastos / VN = (5)/(8)	0,78	—	0,78	100,00%

Δ Absol. e Var. %: 2025 (Exec.) / 2025 (Orç.).

Relativamente aos gastos incorridos, segue quadro com informação adicional:

INFORMAÇÃO ADICIONAL	2025 EXEC.	2025 ORÇ.	Δ ABSOL.	VAR. %
(1) Gastos com o pessoal	3 295 487,96 €	0,00 €	3 295 487,96 €	100,00%
i. (–) Gastos relativos aos órgãos sociais	N/A	0	0,00 €	—
ii. (–) Efeito do cumprimento de disposições legais	N/A			
iii. (–) Acordo tripartido 2025–2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico	N/A			
	N/A			

INFORMAÇÃO ADICIONAL	2025 EXEC.	2025 ORÇ.	Δ ABSOL.	VAR. %
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT				
v. (+) Efeito do absentismo	N/A			
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)	N/A	0	0,00 €	—
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi.	3 295 487,96 €	0,00 €	3 295 487,96 €	100,00%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	3 632,40 €	N/A		
(4) Gastos com ajudas de custo	0,00 €	N/A		
(5) Gastos associados à frota automóvel	27 932,02 €	N/A		
(6) Encargos com estudos, pareceres, projetos e consultoria	55 412,34 €	N/A		
(7) Total dos gastos (3) a (6)	86 976,76 €	0,00 €	11,00 €	0,01%
(8) N.º de viaturas (operacional)	4	0	4,00 €	100,00%
(9) N.º de viaturas (não operacional)	7	0	7,00 €	100,00%

Δ Absol. e Var. %: 2025 (Exec.) / 2025 (Orç.). Valores conforme reporte DLEO do quadro-fonte.

11. GESTÃO DE RISCOS

A atividade da Silotagus desenvolve-se num contexto operacional complexo, envolvendo a gestão de infraestruturas portuárias críticas, cadeias logísticas internacionais, requisitos rigorosos de segurança alimentar e elevados níveis de exigência operacional.

Neste enquadramento, a sociedade mantém uma abordagem estruturada de identificação, avaliação e mitigação dos riscos suscetíveis de afetar a continuidade da atividade, a qualidade do serviço prestado, a segurança das operações e a criação sustentada de valor.

Os principais riscos identificados são os seguintes:

CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM E UTILIZAÇÃO DOS ATIVOS

A elevada procura pelos serviços prestados pela empresa, particularmente no Terminal da Trafaria, pode originar períodos de pressão sobre a capacidade disponível. Este risco encontra-se parcialmente mitigado através da gestão integrada dos terminais da Trafaria e do Beato e do programa de investimentos previsto na concessão, que contempla o aumento da capacidade de armazenagem e a melhoria da flexibilidade operacional das infraestruturas.

EQUIPAMENTOS CRÍTICOS E CONTINUIDADE OPERACIONAL

A atividade depende do adequado funcionamento de equipamentos especializados, designadamente descarregadores, sistemas de transporte, pesagem, expedição e armazenagem. No âmbito do contrato de concessão, a empresa tem um programa de investimento destinado à recuperação, modernização e reforço da fiabilidade dos equipamentos críticos, complementado por procedimentos de manutenção preventiva e pela progressiva digitalização da gestão operacional e da manutenção.

FLUXOS LOGÍSTICOS E COMÉRCIO INTERNACIONAL

A atividade da Silotagus encontra-se ligada ao comércio internacional de cereais e oleaginosas, podendo ser influenciada por fatores geopolíticos, alterações nos fluxos comerciais, fenómenos climáticos extremos, perturbações logísticas ou alterações nos mercados internacionais de matérias-primas. A diversificação geográfica das origens de abastecimento, a posição estratégica do Porto de Lisboa na fachada atlântica europeia e a natureza essencial dos produtos movimentados contribuem para mitigar este risco.

DEPENDÊNCIA DA PROCURA AGROALIMENTAR

Os serviços prestados pela empresa estão diretamente associados à atividade dos setores da alimentação humana, alimentação animal e biocombustíveis. Apesar de esta dependência constituir um fator de exposição ao desempenho destas indústrias, a procura apresenta características estruturalmente estáveis, associadas a necessidades permanentes de abastecimento da economia nacional, conferindo à atividade elevados níveis de previsibilidade.

RISCO REGULATÓRIO E CONCESSÓRIO

A atividade desenvolve-se num quadro regulatório exigente, envolvendo normas portuárias, ambientais, de segurança alimentar e de exploração da concessão. A existência de um contrato de concessão celebrado por um período de 30 anos com a Administração do Porto de Lisboa proporciona um elevado grau de estabilidade jurídica e previsibilidade operacional, reduzindo significativamente a exposição a alterações regulatórias suscetíveis de afetar materialmente a atividade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO

No período pré-privatização, a empresa encontra-se a executar um ambicioso programa de investimento superior a 10 milhões de euros destinado à recuperação, modernização e reforço da fiabilidade dos equipamentos críticos, complementado por procedimentos de manutenção preventiva e pela progressiva digitalização da gestão operacional e da manutenção. A mitigação deste risco encontra-se suportada pela execução do programa de investimentos em curso, orientado para a recuperação dos equipamentos críticos, reforço da fiabilidade operacional e modernização das infraestruturas. O Conselho de Administração acompanha de forma permanente a execução física e financeira dos investimentos, adotando mecanismos de planeamento, controlo e monitorização destinados a minimizar riscos de atraso, desvios de custo ou impacto operacional.

CAPITAL HUMANO E CONHECIMENTO OPERACIONAL

A operação de infraestruturas especializadas de graneis sólidos alimentares exige competências técnicas e operacionais altamente específicas. A preservação do conhecimento acumulado pelas equipas provenientes da anterior exploração, associada ao investimento contínuo em formação e qualificação profissional, constitui um elemento central da estratégia de mitigação deste risco.

De forma global, o Conselho de Administração considera que os principais riscos associados à atividade se encontram adequadamente identificados e acompanhados, existindo mecanismos de mitigação proporcionais à sua relevância e impacto potencial.

12. SUSTENTABILIDADE E ESG

A Silotagus encara a sustentabilidade como uma componente transversal da sua estratégia empresarial, integrando considerações ambientais, sociais e de governação na gestão das suas operações e no processo de criação de valor a longo prazo.

A natureza da atividade desenvolvida pela empresa confere-lhe uma responsabilidade particular enquanto infraestrutura crítica de apoio ao abastecimento agroalimentar nacional, assumindo um papel relevante na segurança alimentar, na eficiência logística e na resiliência das cadeias de abastecimento.

Deste modo, a Silotagus assegura a implementação de políticas e práticas nas áreas de:

QUALIDADE

Qualidade, garantindo a integridade dos produtos armazenados;

SEGURANÇA E SAÚDE

Segurança e saúde no trabalho, fundamentais num ambiente industrial;

AMBIENTE

Ambiente, com foco na minimização de impactos operacionais;

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Responsabilidade social e diversidade, promovendo práticas inclusivas.

DIMENSÃO AMBIENTAL

A empresa encontra-se a implementar um conjunto de investimentos e iniciativas destinadas à redução do impacto ambiental das suas operações, com especial enfoque na melhoria da eficiência energética, na redução de emissões, na minimização da dispersão de poeiras e na modernização dos equipamentos operacionais.

O programa de investimentos em execução contempla intervenções relevantes ao nível das condições ambientais dos terminais, dos sistemas de movimentação e armazenagem, da digitalização dos processos e da melhoria da eficiência operacional.

Destaca-se igualmente a aposta na reintrodução do transporte fluvial através da aquisição de um batelão, solução que permitirá reforçar a intermodalidade logística, reduzir a dependência do transporte rodoviário e contribuir para a diminuição das emissões associadas ao transporte terrestre de mercadorias.

A operação do Silo de Vale de Figueira contribui ainda para a redução de perdas agrícolas através da prestação de serviços de secagem, limpeza e armazenagem de cereais, promovendo uma utilização mais eficiente dos recursos agrícolas e reforçando a sustentabilidade da produção nacional.

DIMENSÃO SOCIAL

A Silotagus reconhece os seus trabalhadores como um dos principais fatores de sucesso da organização.

A empresa beneficia de uma equipa altamente especializada, detentora de conhecimento operacional acumulado ao longo de décadas de atividade, cuja preservação e valorização constituem uma prioridade estratégica.

Durante o exercício foram promovidas iniciativas destinadas ao reforço da cultura organizacional, da cooperação entre equipas e da integração dos diferentes estabelecimentos operacionais, assentes na valorização do trabalho individual e coletivo e na consciencialização para a importância de cada colaborador no sucesso global da organização.

Através do lema interno “Silotagus Somos Todos”, a empresa procura reforçar o sentimento de pertença, a partilha de conhecimento e a colaboração entre os trabalhadores dos diferentes terminais e áreas funcionais.

A sociedade mantém igualmente um compromisso permanente com a segurança e saúde no trabalho, a formação contínua, a igualdade de oportunidades, a inclusão e o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores.

DIMENSÃO DE GOVERNAÇÃO

A Silotagus pauta a sua atuação pelos princípios da legalidade, transparência, responsabilidade e prestação de contas.

A empresa dispõe de órgãos sociais regularmente constituídos, de fiscalização independente assegurada por Revisor Oficial de Contas e de mecanismos de controlo interno adequados à sua dimensão e atividade.

A sociedade mantém a sua situação tributária e contributiva integralmente regularizada e desenvolve a sua atividade em conformidade com as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao setor portuário e à concessão de serviço público de que é titular.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO

A transformação digital constitui igualmente um vetor estratégico de sustentabilidade e criação de valor.

A empresa encontra-se a desenvolver projetos de digitalização e modernização tecnológica destinados a melhorar a eficiência operacional, reforçar a rastreabilidade dos produtos movimentados, otimizar a utilização da capacidade instalada e aumentar a qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Entre os principais projetos em desenvolvimento destacam-se o Portal do Cliente, a digitalização dos sistemas de gestão operacional e manutenção, a modernização dos sistemas de monitorização e controlo e a implementação progressiva de ferramentas avançadas de análise de dados e apoio à decisão.

Através desta estratégia, a Silotagus pretende consolidar a sua posição como infraestrutura logística de referência nacional, combinando eficiência operacional, responsabilidade ambiental, valorização das pessoas e excelência na governação.

13. INVESTIMENTOS



ENQUADRAMENTO GERAL

A constituição da Silotagus e a transferência da atividade anteriormente desenvolvida pela Silopor permitiram iniciar um novo ciclo de investimento destinado à recuperação, modernização e reforço da capacidade operacional das infraestruturas afetas à concessão. Este ciclo sucede a um período prolongado de restrições ao investimento, associado ao processo de liquidação da anterior concessionária, durante o qual diversas intervenções estruturantes foram sucessivamente adiadas.

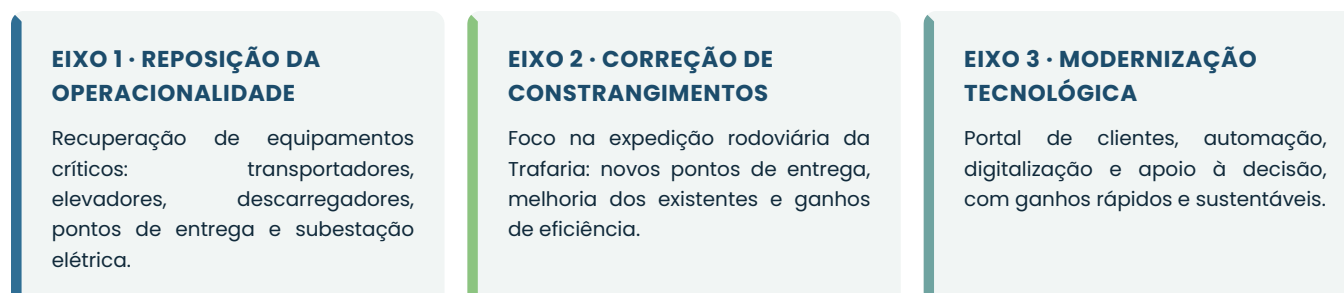
O programa de investimentos da Silotagus constitui um dos principais pilares da estratégia de valorização da empresa e assume um papel central na preparação da próxima fase de desenvolvimento dos ativos concessionados.

Este programa insere-se no novo enquadramento estratégico da empresa, marcado pela vigência do contrato de concessão, por um horizonte de exploração de longo prazo e pela preparação para um novo ciclo de operação em regime de mercado. Neste contexto, a

empresa procura assegurar o cumprimento da concessão, reforçar a sua capacidade operacional e criar as condições necessárias para enfrentar, de forma competitiva e sustentável, a fase que antecede o processo de privatização.

O plano de investimentos dispõe de um enquadramento financeiro de 10,5 milhões de euros, correspondente à dotação do Estado destinada a repor condições de operação, segurança e eficiência. O horizonte de execução previsto é de aproximadamente 18 meses, assumindo estes investimentos um carácter prioritário na fase pré-privatização. Em termos gerais, o programa visa repor as condições de operação, reforçar a segurança das infraestruturas e melhorar a eficiência global dos processos operacionais.

A estrutura do programa assenta em três eixos fundamentais:



Estes três eixos procuram reposicionar a Silotagus para operar com maior fiabilidade, fluidez logística e controlo tecnológico, preparando a empresa para um novo ciclo de exigência operacional e de criação de valor.

O primeiro eixo corresponde à reposição da operacionalidade, centrando-se na recuperação de equipamentos críticos. Estão em causa intervenções em transportadores, elevadores, descarregadores, pontos de entrega e subestação elétrica. Estas ações destinam-se a garantir um funcionamento mais fiável das instalações, repor capacidade operacional e reduzir o risco de falhas

que possam comprometer a continuidade do serviço prestado aos clientes e operadores.

O segundo eixo incide na correção de constrangimentos operacionais, com especial foco no Terminal da Trafaria. Apesar da elevada capacidade de descarga marítima existente naquele terminal, subsistem limitações ao nível da expedição rodoviária, o que condiciona a fluidez da operação e a capacidade de resposta às necessidades do mercado. Neste âmbito, o plano prevê a criação de novos pontos de entrega, a melhoria dos pontos existentes e a

introdução de medidas destinadas a aumentar a eficiência operacional.

O terceiro eixo corresponde à modernização tecnológica, integrando soluções de portal de clientes, automação, digitalização e apoio à decisão. A abordagem prevista é pragmática e orientada para ganhos rápidos e sustentáveis no curto prazo, permitindo maior controlo sobre os processos, melhor acesso a dados operacionais em tempo útil e maior capacidade de planeamento, em suma, saltar etapas e ganhar competitividade.

No domínio da automação operacional, o plano prevê a implementação de postos de carregamento autónomos, assentes num sistema de identificação por matrícula. Esta solução permitirá a entrada automática das viaturas, a circulação interna automatizada e o carregamento sem intervenção manual, contribuindo para a redução de tempos, a diminuição de erros operacionais e a melhoria da eficiência global da operação.

Complementarmente, está prevista a implementação de um sistema de slots, com janelas de carregamento por camião. Esta medida visa eliminar filas, aumentar a fluidez logística e reduzir significativamente os tempos de espera. De acordo com o enquadramento apresentado, pretende-se passar de uma situação anterior com esperas na ordem de 1 a 2 horas por camião para uma nova janela operacional de cerca de 15 minutos por camião.

A modernização prevista deverá traduzir-se em impactos positivos no desempenho global da empresa, nomeadamente através da redução de emissões de poeiras, da diminuição dos custos de manutenção, da redução do consumo energético e da melhoria das condições operacionais. Em simultâneo, são esperados ganhos em capacidade operacional, eficiência logística, redução dos tempos de espera, diminuição de custos operacionais e melhoria do serviço prestado ao cliente.

O programa contempla ainda a incorporação de soluções de inteligência artificial e análise de imagem, aplicadas a áreas onde a análise visual e a decisão operacional podem criar eficiência mensurável. Destacam-se, neste domínio, a monitorização de cereais, a manutenção de equipamentos, o apoio ao controlo de qualidade, a identificação de danos, a gestão baseada na rotatividade e o apoio à decisão operacional.

A utilização de drones constitui igualmente uma componente relevante do suporte tecnológico previsto. A realização de inspeções regulares, a recolha sistemática de imagem e a monitorização contínua permitirão transformar observações operacionais em dados reutilizáveis para diagnóstico, manutenção e planeamento, reforçando a capacidade preventiva e a qualidade da informação disponível para a gestão.

O batelão assume também relevância no âmbito do reforço da capacidade logística da Silotagus. Este ativo

está orientado para aumentar a flexibilidade operacional, permitindo apoiar a expedição marítima da Trafaria para o Beato e outros cais do rio Tejo, e contribuindo para uma maior resiliência da cadeia logística.

Numa fase seguinte, o programa prevê investimentos estruturais adicionais. Entre estes destaca-se a criação de nova capacidade de armazenagem na Trafaria, com capacidade estimada adicional entre 30.000 e 60.000 toneladas.

Estão em curso estudos técnicos, económico-financeiros e operacionais, tendo como objetivo responder às necessidades evidenciadas, diversificar produtos e tirar partido da melhoria prevista na expedição rodoviária.

Está igualmente prevista a construção de um parque de espera para camiões, enquanto infraestrutura dedicada ao ordenamento da operação rodoviária. Esta intervenção visa eliminar o estacionamento na via pública, reduzir o impacto sobre a vila da Trafaria e melhorar as condições ambientais e operacionais associadas à circulação e espera de viaturas pesadas.

Em síntese, o programa de investimentos da Silotagus combina recuperação operacional, modernização tecnológica e preparação estratégica para o futuro. Ao reforçar a fiabilidade das infraestruturas, reduzir constrangimentos, melhorar a eficiência logística e introduzir soluções de automação e apoio à decisão, o plano contribui para consolidar a empresa como infraestrutura essencial da cadeia agroalimentar nacional e para preparar a Silotagus para uma nova fase de operação em regime de mercado.

Durante o exercício de 2025, foi lançada a execução do programa, tendo sido assumidos compromissos de investimento correspondentes a cerca de 869 mil euros e dos quais, aproximadamente 267 mil euros, se encontravam já executados e faturados à data de encerramento do exercício.

Importa salientar que o valor adjudicado reflete decisões de investimento já formalmente aprovadas e contratualizadas, constituindo compromissos firmes assumidos pela empresa, enquanto o valor faturado traduz a parcela efetivamente paga do total dos compromissos já adjudicados.

No período global da concessão, a execução do programa de investimentos continuará a constituir uma prioridade estratégica, assumindo-se como um fator determinante para o reforço da competitividade da Silotagus, para a valorização dos ativos concessionados, integrada no programa Portos 5+ aprovado pelo Governo.

No período da concessão está previsto um investimento global superior a 100 milhões de euros.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

A estrutura do investimento encontra-se organizada por terminal e por agrupadores funcionais, permitindo uma leitura clara das prioridades e da afetação de recursos.

A estrutura do investimento foi definida em função do seu impacto operacional, da mitigação de riscos identificados e do potencial de valorização dos ativos, encontrando-se organizada por terminal e por agrupadores funcionais.

Quadro – Plano de Investimentos (Contrato de Transmissão)

PLANO DE INVESTIMENTOS (CONTRATO DE TRANSMISSÃO)	VALOR (€)	ADJUDICADO 2025 (€)	FATURADO 2025 (€)
BEATO	2 995 000	115 276	5 384
A – Pórticos Descarregadores, Peças ou Reparação	1 340 000	29 554	0
B – Transportadores, Despoeiramento, Expedição	310 000	25 843	0
C – Sistemas de Pesagem, Automação e Termometria	130 000	25 956	0
D – Condições Ambientais	665 000	5 929	336
E – Infraestrutura de Base e Segurança	100 000	23 991	3 160
F – Estruturas Metálicas e Betão	450 000	4 002	1 888
TRAFARIA	4 280 000	683 665	240 123
A – Pórticos Descarregadores, Peças ou Reparação	1 080 000	372 353	78 379
B – Transportadores, Despoeiramento, Expedição	700 000	79 285	36 495
C – Sistemas de Pesagem, Automação e Termometria	380 000	9 201	9 201
D – Condições Ambientais	400 000	50 704	45 734
E – Infraestrutura de Base e Segurança	500 000	66 938	33 538
F – Estruturas Metálicas e Betão	1 200 000	105 185	36 776
G – Digitalização, Sistemas e Aplicações Informáticas	20 000	0	0
SEDE	767 787	139 235	21 839
D – Condições Ambientais	10 000	0	0
G – Digitalização, Sistemas e Aplicações Informáticas	757 787	139 235	21 839
BATELÃO	2 500 000	0	0
H – Batelão	2 500 000	0	0
TOTAL	10 542 787	938 175	267 346

DOTAÇÃO DO PLANO POR POLO (€)



PRINCIPAIS AGRUPADORES ADJUDICADOS EM 2025 (€)



ESTRUTURA E PRIORIDADES

O programa de investimento encontra-se estruturado por agrupadores funcionais, cobrindo as principais dimensões da operação:

- Equipamentos operacionais
- Sistemas técnicos e automação
- Infraestruturas e segurança
- Condições ambientais
- Intervenções estruturais
- Digitalização e sistemas de informação
- Expansão logística

Neste contexto, destacam-se como prioridades:

- Recuperação de equipamentos críticos, nomeadamente pórticos descarregadores e sistemas de transporte, essenciais à continuidade e eficiência da operação;
- Reforço dos sistemas de automação e controlo, incluindo pesagem, gestão de acessos e digitalização da sala de comando;
- Reabilitação de infraestruturas e estruturas, com particular incidência nos silos e edifícios operacionais;
- Melhoria das condições ambientais, com enfoque no controlo de poeiras e eficiência energética;
- Transformação digital da operação, incluindo sistemas de apoio à decisão e integração com clientes.

PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO (2026–2028)

Em continuidade com o programa iniciado em 2025, a Silotagus definiu um conjunto de investimentos estruturantes para o período 2026–2028, orientados para a expansão e transformação da operação.

Destacam-se, entre outros:

- Aquisição de um batelão (2,5 M€), atualmente em fase de contratação, permitindo restabelecer a componente fluvial e reforçar a competitividade logística;
- Melhoria da expedição rodoviária, com intervenção nos postos de carregamento e sistemas de controlo e despoeiramento;
- Reforço da capacidade de armazenagem, reduzindo a saturação estrutural da Trafaria;
- Reforço dos silos rodoviários, eliminando constrangimentos operacionais;
- Aposta na digitalização e inteligência artificial, com implementação de sistemas de monitorização, gestão e otimização em tempo real.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

No conjunto do programa, destacam-se vários projetos com impacto particularmente relevante na operação e no posicionamento futuro da empresa.

Ao nível dos equipamentos operacionais, as intervenções nos pórticos descarregadores assumem um papel central, tratando-se de ativos críticos para a operação de descarga de navios. A sua reabilitação e manutenção visam garantir elevados níveis de disponibilidade e reduzir o risco de interrupções operacionais.

Complementarmente, os projetos de melhoria dos sistemas de transporte interno e pontos de entrega contribuem para aumentar a eficiência da movimentação de produto e a capacidade de expedição.

No domínio dos sistemas técnicos e automação, a modernização dos sistemas de pesagem e controlo

operacional, bem como a automatização de acessos e circuitos rodoviários, permite melhorar significativamente a fluidez da operação, reduzir tempos de espera e reforçar o controlo dos fluxos logísticos. A digitalização da sala de comando e as iniciativas de reforço da fiabilidade dos sistemas críticos contribuem ainda para uma operação mais robusta, integrada e orientada por dados.

Em matéria de infraestruturas e segurança, destaca-se o reforço da infraestrutura elétrica, incluindo subestação e rede, essencial para garantir a continuidade da operação e suportar os novos sistemas tecnológicos. Em paralelo, os investimentos em sistemas de proteção, controlo de acessos, vedação e requisitos de segurança asseguram o cumprimento das exigências operacionais e regulamentares, reforçando a segurança física dos terminais.

No âmbito das intervenções estruturais, os projetos de requalificação de silos e espaços operacionais são fundamentais para assegurar a capacidade de armazenagem e a integridade das instalações, enquanto as intervenções em edifícios e infraestruturas de apoio contribuem para melhorar as condições de operação e de trabalho.

Ao nível da energia e ambiente, os projetos em curso visam melhorar a eficiência energética e assegurar a conformidade com as exigências ambientais, contribuindo para uma operação mais sustentável.

A componente de digitalização e sistemas de informação assume particular relevância no programa. Projetos como o Portal do Cliente, o modelo analítico digital, a plataforma de gestão operacional, o plano de

EXECUÇÃO 2025

No exercício de 2025, a Silotagus iniciou a execução do plano de investimentos associado à recuperação da capacidade operativa dos terminais, à melhoria das condições de segurança, à reabilitação de equipamentos e infraestruturas e ao reforço dos sistemas de suporte à gestão e digitalização.

O montante total adjudicado em 2025 ascendeu a 938.175 euros, correspondendo a investimento já contratado ou em execução no exercício. Deste valor, encontrava-se faturado, à data de referência, o montante de 267.346 euros, o que representa uma taxa de faturação de cerca de 31,2% face ao total adjudicado.

A execução concentrou-se maioritariamente no Terminal da Trafaria, que representou 683.665 euros de investimento adjudicado e 240.123 euros de investimento faturado. Este peso reflete a prioridade atribuída à recuperação e reabilitação dos principais ativos operacionais da Trafaria, nomeadamente descarregadores, transportadores, cais, subestação e rede elétrica, expedição rodoviária, básculas, postos de carregamento e edifícios de apoio.

No Terminal do Beato, o investimento adjudicado totalizou 115.276 euros, com faturação de 5.384 euros, incidindo sobretudo em intervenções de segurança, proteção, recuperação da rede elétrica, túneis e requalificação do espaço exterior.

Na Sede, o investimento adjudicado ascendeu a 139.235 euros, com faturação de 21.839 euros, refletindo essencialmente projetos de suporte transversal à atividade

manutenção preventiva digital e o reforço da infraestrutura tecnológica (rede e comunicações) permitem transformar a forma como a operação é gerida, introduzindo maior eficiência, transparência e capacidade de decisão. Esta abordagem traduz-se numa estratégia clara de modernização acelerada, assente na adoção direta de soluções tecnológicas avançadas.

Por fim, destaca-se o investimento no batelão, no montante de 2,5 milhões de euros, cujo procedimento de contratação já se encontra lançado e em fase de receção de propostas. Este projeto constitui um vetor estratégico de expansão, permitindo reforçar a flexibilidade logística da empresa e desenvolver soluções intermodais no estuário do Tejo.

da empresa, designadamente o Portal do Cliente, novas funcionalidades dos sistemas de informação, equipamentos, assiduidade e remunerações, apresentação e reporte.

Por natureza de intervenção, destacam-se os investimentos adjudicados no agrupador A — Pórticos descarregadores, peças ou reparação, com 401.906 euros, refletindo a relevância das intervenções nos equipamentos críticos de descarga e nos cais da Trafaria. Seguem-se os investimentos do agrupador G — Sistemas de informação, digitalização e suporte transversal, com 139.234,49 euros, e do agrupador F — Infraestruturas, edifícios e espaços exteriores, com 109.186,23 euros.

Em termos de faturação, os valores mais expressivos registaram-se nos agrupadores A, com 78.379 euros, D com 46.071 euros, B com 36.495 euros, e F com 38.664 euros. Estes valores evidenciam que, embora uma parte significativa do investimento tenha sido adjudicada em 2025, a respetiva execução financeira se prolongará para exercícios seguintes, em linha com a natureza técnica das intervenções, os prazos de fornecimento, a calendarização das empreitadas e a necessidade de articulação com a continuidade da operação dos terminais.

Assim, o exercício de 2025 correspondeu sobretudo a uma fase de arranque, contratação e início da execução material do plano de investimentos, criando as condições para uma execução mais expressiva em 2026, sem prejuízo dos valores já faturados e registados no exercício.

HORIZONTE TEMPORAL

O horizonte de execução do programa encontra-se diretamente alinhado com o processo de alienação do capital social da empresa, prevendo-se que a generalidade dos investimentos esteja adjudicada até ao final de 2026.

Este objetivo implica um esforço particularmente exigente, tendo em conta a dimensão do programa e a necessidade de cumprir os procedimentos de contratação, que introduzem exigências formais e temporais relevantes. A gestão eficiente deste processo, assegurando simultaneamente rigor, transparência e celeridade, constitui um dos principais desafios da empresa no período em análise.

INVESTIMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO CONTRATO DE CONCESSÃO

O programa de investimento não visa apenas a reposição de capacidade operacional, mas a valorização acelerada do ativo tendo em vista a sua preparação para abertura ao setor privado.

No âmbito do contrato de concessão celebrado com a Administração do Porto de Lisboa, com entrada em vigor em julho de 2025, ficaram igualmente previstos investimentos adicionais no Terminal Portuário da Trafaria, para além do plano de investimentos associado ao contrato de transmissão, no montante de 10,542 milhões de euros. Estes investimentos, decididos em 2025, respeitam designadamente à criação de um parque de espera para camiões e ao desenvolvimento de capacidade adicional de armazenagem. Em 2025 foi iniciado o respetivo enquadramento técnico e operacional, prevendo-se que os primeiros encargos com estudos, análises de viabilidade e projetos venham a ocorrer em 2026. No período total da concessão estão previstos investimentos globais superiores a 100 milhões de euros.

O parque de espera pretende ordenar a permanência dos veículos pesados que chegam à Trafaria ao final do dia ou durante a noite, para iniciarem os carregamentos na manhã seguinte, reduzindo a sua presença nas vias de acesso ao terminal. Esta intervenção responde também a preocupações manifestadas pelas autarquias e pelos habitantes da zona da Trafaria relativamente ao estacionamento de camiões na via pública.

A capacidade adicional de armazenagem visa reforçar a flexibilidade operacional do terminal, aumentar a capacidade efetiva de receção e segregação de produtos e criar condições para a eventual movimentação de novos produtos, nomeadamente farinhas ou outros produtos agroalimentares.

Tratando-se de projetos ainda em fase preparatória, não tiveram impacto financeiro material em 2025, mas integram o quadro de desenvolvimento da concessão e deverão começar a refletir-se no plano de investimentos a partir de 2026.

Adicionalmente ao programa de investimentos financiado pela dotação prevista no Contrato de Transmissão, procedeu-se, ainda em 2025, à aquisição de diverso equipamento informático no valor total de 4 906, 20 € que foi financiada por fundos próprios.

14. DISPONIBILIDADES

DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES NO IGCP (31-12-2025)

14 891 907 €

sem recurso à banca comercial

A Silotagus no final do exercício tinha as suas disponibilidades e aplicações no IGCP. O detalhe é o seguinte:

IGCP	1.º TRIMESTRE	2.º TRIMESTRE	3.º TRIMESTRE	4.º TRIMESTRE
Disponibilidades	N/A	5 532 942,62 €	4 674 754,74 €	391 907,15 €
Aplicações financeiras	N/A	5 000 000,00 €	5 000 000,00 €	14 500 000,00 €
Total	0,00 €	10 532 942,62 €	9 674 754,74 €	14 891 907,15 €
Juros auferidos				33 169,45 €

A empresa não trabalha com a banca comercial.

15. FORNECEDORES

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A TERCEIROS EM 2025

44 dias

sem pagamentos em atraso

PRINCIPAIS FORNECEDORES

6

por natureza de fornecimentos/serviços

A atividade da Silotagus depende de uma rede diversificada de fornecedores e prestadores de serviços, abrangendo áreas críticas para a operação, designadamente manutenção industrial, equipamentos especializados, infraestruturas, energia, tecnologias de informação, serviços técnicos especializados e apoio à atividade logística.

A empresa procura desenvolver relações estáveis e duradouras com os seus fornecedores, assentes em princípios de transparência, rigor, cumprimento contratual e responsabilidade financeira, reconhecendo a importância destes parceiros para a continuidade e eficiência da operação.

Particular relevância assume o conjunto de fornecedores envolvidos na execução do programa de investimentos em curso, cuja colaboração é determinante para a

recuperação, modernização e valorização das infraestruturas concessionadas.

A gestão dos pagamentos a fornecedores é efetuada de forma prudente e responsável, procurando assegurar o cumprimento atempado das obrigações assumidas e contribuir para a manutenção de relações de confiança com os diferentes parceiros da empresa.

O prazo médio de pagamentos a terceiros em 2025 foi de 44 dias.

À data de encerramento do exercício não existiam pagamentos em atraso nos termos definidos pelas orientações da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial e pelas instruções da Entidade do Tesouro e Finanças.

PRINCIPAIS FORNECEDORES — PESO NOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS



APL — Concessão e Taxas Portuárias	39%
Endesa — Energia (Eletricidade)	23%
Etermar — Reabilitação de Infraestruturas	14%
Terminal Multiusos do Beato — Manuseamento	13%
Maçarico & Oliveira — Manutenção	6%
The Bridge — Trabalho Temporário	5%

16. PERSPETIVAS FUTURAS

O exercício de 2025 constituiu um ano de transição e de arranque operacional para a Silotagus, marcado pela assunção da concessão dos Terminais Portuários da Trafaria e do Beato e do Silo Interior de Vale de Figueira, pela integração dos recursos humanos e operacionais provenientes da anterior exploração e pelo lançamento de um programa estruturado de investimento e modernização.

OBJETIVO 1

Consolidar a excelência operacional das infraestruturas concessionadas, assegurando elevados padrões de eficiência, segurança alimentar, qualidade de serviço e fiabilidade logística;

OBJETIVO 3

Reforçar a competitividade e a capacidade de resposta da empresa, potenciando ganhos de eficiência e preparando os ativos para responder ao crescimento esperado da procura por serviços logísticos associados ao setor agroalimentar;

A execução do programa de investimento financiado através da dotação transferida no âmbito da transmissão da atividade constitui um dos principais vetores estratégicos para os próximos exercícios. Os investimentos previstos permitirão aumentar a eficiência operacional, reduzir constrangimentos existentes, reforçar a fiabilidade dos equipamentos críticos e criar condições para um crescimento sustentável da atividade.

A empresa continuará igualmente a desenvolver iniciativas de inovação tecnológica e transformação digital, promovendo a automatização de processos, a melhoria dos sistemas de informação e o reforço dos mecanismos de monitorização e gestão operacional, contribuindo para uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

No plano ambiental e de sustentabilidade, a Silotagus pretende reforçar progressivamente a sua contribuição para uma logística mais eficiente e sustentável, promovendo soluções de transporte multimodal, a redução do desperdício de matérias-primas, a otimização dos consumos energéticos e a adoção de boas práticas ambientais alinhadas com os objetivos nacionais e europeus de transição climática.

A evolução esperada da procura por cereais e outras matérias-primas agroalimentares, associada à dependência estrutural das importações por parte da economia portuguesa e à relevância crescente das preocupações relacionadas com a segurança alimentar, constitui um fator de suporte à atividade da empresa e

Concluída esta primeira fase de estabilização, a empresa inicia um novo ciclo orientado para a consolidação da sua posição de liderança no setor da logística portuária de grãos sólidos alimentares e para a criação sustentada de valor económico, operacional e estratégico.

A estratégia da Silotagus assenta em quatro objetivos principais:

OBJETIVO 2

Executar o programa de investimentos em curso, promovendo a modernização dos equipamentos, a digitalização dos processos, o aumento da capacidade operacional e a melhoria das condições de segurança e sustentabilidade;

OBJETIVO 4

Prosseguir a valorização da empresa, criando as condições necessárias para a futura abertura do capital ao setor privado, em alinhamento com o modelo institucional que presidiu à sua constituição.

reforça a importância estratégica das infraestruturas por si geridas.

Neste enquadramento, a Silotagus encontra-se particularmente bem posicionada para reforçar a sua relevância no sistema logístico nacional, beneficiando da localização estratégica dos seus ativos, da dimensão da sua capacidade instalada, da experiência acumulada das suas equipas e da estabilidade proporcionada pelo contrato de concessão celebrado por um período de 30 anos.

O Conselho de Administração considera que a combinação entre a solidez operacional demonstrada no primeiro exercício de atividade, a execução do programa de investimento em curso, a posição de liderança no mercado e a previsibilidade associada ao modelo concessório constitui uma base sólida para o crescimento sustentado da empresa e para a concretização dos objetivos estratégicos definidos para os próximos anos.

Em linha com o enquadramento legal e institucional que presidiu à constituição da sociedade, a Silotagus continuará igualmente a preparar a futura abertura do seu capital ao setor privado, perspetivada para o início de 2027, procurando assegurar que esse processo ocorra sobre uma empresa financeiramente sólida, operacionalmente madura e plenamente capacitada para prosseguir uma trajetória de crescimento e criação de valor a longo prazo.

17. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que os resultados do exercício, no valor de 1.237.555,26€ sejam aplicados na totalidade em:

RESERVA LEGAL 10 000,00€ art. 295.º, n.º 1, do CSC	DIVIDENDOS AO AÇIONISTA ÚNICO 371 266,58€ 30% do resultado líquido	RESULTADOS TRANSITADOS 856 288,68€
---	---	---

- 10.000,00 € para constituição da reserva legal, nos termos do artigo 295.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais. Considerando que 5% do resultado líquido corresponderia a 61.877,76 €, mas que a reserva legal deve ser constituída até ao limite de 20% do capital social, e sendo o capital social atual de 50.000,00 €, o referido limite corresponde a 10.000,00 €. Assim, com a afetação proposta, fica cumprido o limite legalmente exigido.
- 371.266,58 € para distribuição de dividendos ao acionista único, correspondente a 30% do resultado líquido do exercício.
- 856.288,68 € para resultados transitados.

18. DIVERSIDADE, IGUALDADE E INCLUSÃO

A Silotagus reconhece a diversidade, a igualdade de oportunidades e a inclusão como princípios fundamentais de uma gestão responsável e sustentável dos seus recursos humanos.

A empresa pauta a sua atuação pelo respeito pela dignidade da pessoa humana, pela não discriminação e pela promoção de um ambiente de trabalho assente no mérito, na competência profissional e na igualdade de tratamento, independentemente do género, idade, origem, orientação sexual, religião, deficiência ou qualquer outra condição pessoal ou social legalmente protegida.

A natureza da atividade desenvolvida pela Silotagus, fortemente associada à operação portuária, manutenção industrial e logística de graneis alimentares, caracteriza-se por uma predominância de funções técnicas e operacionais tradicionalmente ocupadas por trabalhadores do sexo masculino.

Não obstante esta realidade setorial, a empresa promove processos de recrutamento, seleção, avaliação e progressão profissional assentes em critérios objetivos de qualificação, desempenho e adequação funcional.

A Silotagus procura assegurar que todos os trabalhadores dispõem de igualdade de oportunidades no acesso ao emprego, à formação profissional, à progressão na carreira e às condições de trabalho, não sendo do conhecimento do Conselho de Administração a existência de práticas discriminatórias ou de situações suscetíveis de

configurar desigualdade de tratamento em função do género ou de qualquer outro fator de discriminação legalmente proibido.

A empresa acompanha igualmente os princípios e objetivos definidos na legislação nacional em matéria de igualdade de género e não discriminação, bem como as orientações aplicáveis às entidades do Setor Empresarial do Estado, promovendo uma cultura organizacional baseada no respeito mútuo, na valorização das diferenças e na inclusão.

A experiência acumulada pelos seus trabalhadores constitui um dos principais ativos da empresa. Neste contexto, a Silotagus valoriza a coexistência de diferentes gerações, percursos profissionais, formações académicas e experiências pessoais, entendendo que a diversidade de competências e perspetivas contribui para uma melhor tomada de decisão, para o reforço da capacidade de inovação e para a melhoria contínua do desempenho organizacional.

A sociedade continuará a acompanhar a evolução dos indicadores de diversidade e igualdade de oportunidades, procurando adotar, de forma gradual e compatível com as características da sua atividade, medidas que contribuam para reforçar a inclusão, promover ambientes de trabalho cada vez mais equitativos e assegurar o cumprimento das melhores práticas de responsabilidade social e governação corporativa.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos e para os efeitos das disposições legais aplicáveis, o Conselho de Administração declara que, à data de 31 de dezembro de 2025, a Silotagus, S.A. tem a sua situação tributária e contributiva integralmente regularizada.

A sociedade não possui quaisquer dívidas vencidas ou em mora perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Segurança Social ou quaisquer outras entidades públicas, encontrando-se em cumprimento de todas as obrigações fiscais, parafiscais e contributivas legalmente exigíveis.

O Conselho de Administração declara igualmente que, durante o exercício de 2025, não foram realizadas quaisquer operações envolvendo ações próprias, não detendo a sociedade, em qualquer momento do exercício, ações representativas do seu próprio capital social.

A sociedade não dispõe de sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas locais de representação, desenvolvendo a sua atividade através da sua estrutura organizacional central e dos estabelecimentos operacionais afetos à exploração dos Terminais Portuários da Trafaria e do Beato e do Silo de Vale de Figueira.

O Conselho de Administração declara ainda que não tem conhecimento da existência de quaisquer factos ou circunstâncias suscetíveis de afetar de forma material a situação patrimonial, económica ou financeira da sociedade que não tenham sido adequadamente

refletidos no presente Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras do exercício.

Durante o exercício, a sociedade desenvolveu a sua atividade em conformidade com as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao setor portuário e à concessão de serviço público de que é titular, mantendo os mecanismos de controlo interno e de acompanhamento necessários ao cumprimento das respetivas obrigações operacionais, financeiras e de reporte.

A Silotagus prosseguiu igualmente uma política de gestão orientada pelos princípios da transparência, da responsabilidade, da eficiência operacional e da sustentabilidade, procurando assegurar elevados padrões de governação e de prestação de contas, em linha com as melhores práticas aplicáveis às entidades do Setor Empresarial do Estado.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício, merece referência o agravamento das tensões geopolíticas no Médio Oriente e no conflito Rússia - Ucrânia, com potencial impacto sobre os mercados internacionais das matérias-primas agrícolas, mas também da energia e do transporte marítimo.

Embora, à data de elaboração do presente Relatório e Contas, não se tenham verificado efeitos materiais diretos sobre a atividade da Silotagus, a evolução destes conflitos continua a ser acompanhada com especial atenção pelo Conselho de Administração, atendendo às potenciais repercussões económicas e logísticas que poderão resultar da sua eventual intensificação ou prolongamento.

Entre os principais riscos associados destacam-se a possibilidade de aumento dos custos energéticos e dos combustíveis, perturbações nas cadeias internacionais de abastecimento, aumento dos custos de transporte

marítimo e volatilidade acrescida nos mercados de cereais e oleaginosas. Adicionalmente, a persistência de pressões inflacionistas poderá condicionar a evolução das taxas de juro e afetar o contexto económico global.

Não obstante estes fatores de incerteza, a atividade da Silotagus encontra-se associada a cadeias de abastecimento de bens essenciais, designadamente matérias-primas destinadas à produção alimentar e de alimentação animal, o que historicamente tem conferido ao setor uma elevada resiliência mesmo em contextos económicos adversos.

A sociedade continuará a monitorizar a evolução da situação internacional e a avaliar os seus potenciais impactos operacionais, financeiros e comerciais, adotando, sempre que necessário, medidas de mitigação adequadas à proteção da continuidade e estabilidade da sua atividade.

Agradecemos a todos os que nos manifestaram a sua confiança.

Aos nossos colaboradores, também queremos deixar uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho.

Lisboa, 8 de julho de 2026

O Conselho de Administração

José Emílio Castel-Branco
Presidente

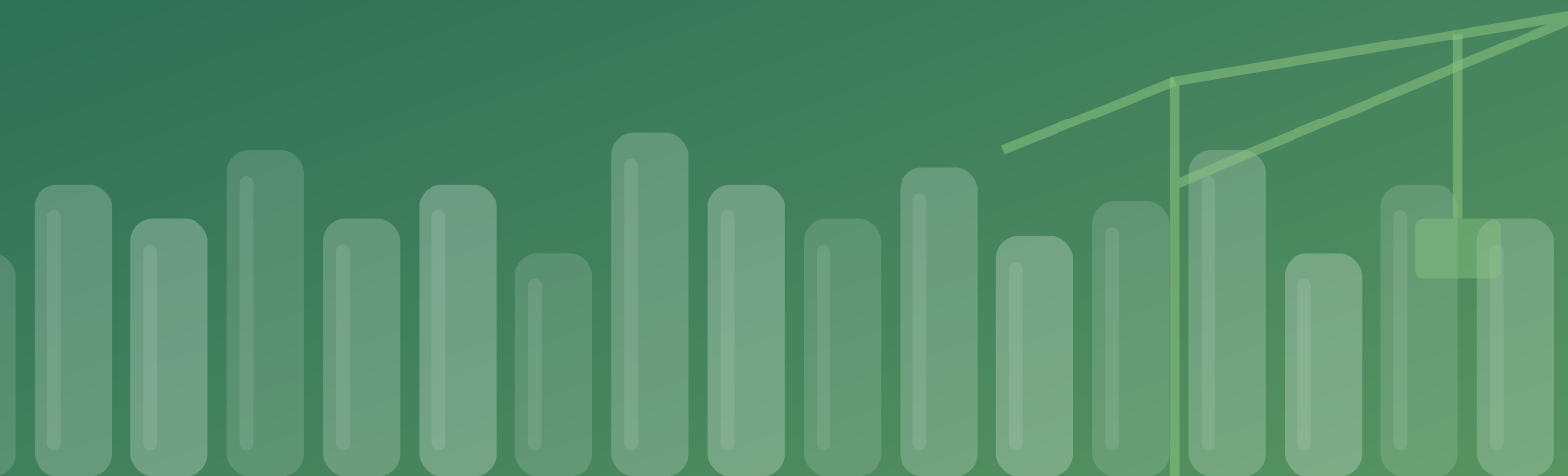
Fátima Évora
Vogal

Samuel Cruz
Vogal



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço · Demonstração dos Resultados · Alterações no Capital Próprio · Fluxos de Caixa · Anexo às
Demonstrações Financeiras



A. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

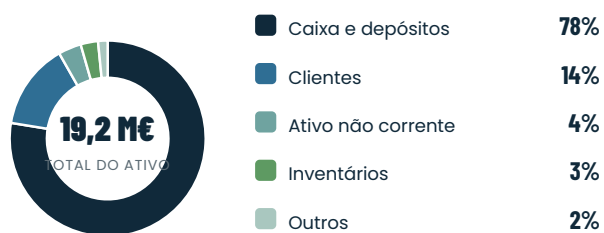
(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	31.12.2025
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
Ativos fixos tangíveis	4	9 331,41
Ativos intangíveis	5	261 889,54
Créditos a receber	6	400 044,47
Ativos por impostos diferidos	7	54 790,97
Total do ativo não corrente		726 056,39
ATIVO CORRENTE		
Inventários	8	550 842,22
Clientes	9	2 728 756,33
Adiantamento a fornecedores	10	68 030,21
Estado e outros entes públicos	11	45 134,16
Outros créditos a receber	6	50 136,49
Diferimentos	12	139 211,07
Caixa e depósitos bancários	13	14 891 907,15
Total do ativo corrente		18 474 017,63
TOTAL DO ATIVO		19 200 074,02
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital subscrito	14	50 000,00
Outras reservas	14	2 067 284,32
		2 117 284,32
Resultado líquido do período	14	1 237 555,26
Interesses que não controlam		—
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		3 354 839,58
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Provisões	15	233 496,51
Outras dívidas a pagar	16	1 668 000,00
Total do passivo não corrente		1 901 496,51
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores	10	1 714 592,04
Adiantamento de clientes	9	61 141,62

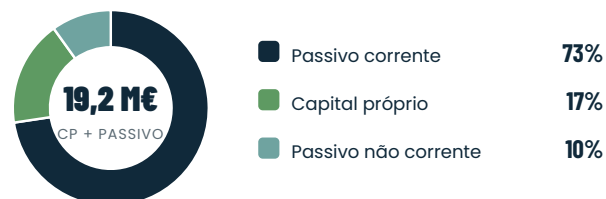
	NOTAS	31.12.2025
Estado e outros entes públicos	11	1 198 910,94
Outras dívidas a pagar	16	10 969 093,33
Total do passivo corrente		13 943 737,93
TOTAL DO PASSIVO		15 845 234,44
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		19 200 074,02

O anexo faz parte integrante deste balanço do período findo em 31 de dezembro de 2025.

COMPOSIÇÃO DO ATIVO



ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO



B. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em euros)

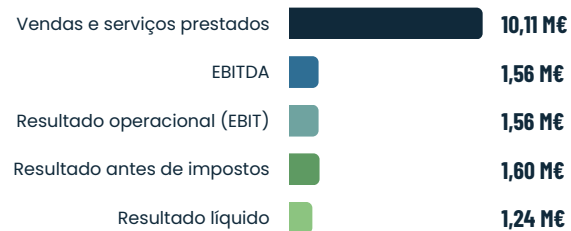
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2025
Vendas e serviços prestados	17	10 114 659,97
Subsídios à exploração		—
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empreendim. conjuntos		—
Variação nos inventários da produção		—
Trabalhos para a própria entidade		—
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(193 686,69)
Fornecimentos e serviços externos	19	(4 418 667,79)
Gastos com o pessoal	20	(3 295 487,96)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		—
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		—
Provisões (aumentos/reduções)	15	(233 496,51)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		—
Aumentos / reduções de justo valor		—
Outros rendimentos	21	1 902 021,89
Outros gastos	22	(2 314 123,86)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 561 219,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(1 030,88)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		—
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 560 188,17
Juros e rendimentos similares obtidos	23	44 190,29
Juros e gastos similares suportados		—
Resultado antes de impostos		1 604 378,46
Imposto sobre o rendimento do período	24	(366 823,20)
Resultado líquido do período		1 237 555,26

O anexo faz parte integrante desta demonstração de resultados por natureza do período findo em 31 de dezembro de 2025.

ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS



DA RECEITA AO RESULTADO (€)



C. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS DE 2025

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025 (16-05-2025)		0,00	0,00	0,00	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Resultado líquido do período	14	—	—	1 237 555,26	1 237 555,26
Resultado integral		—	—	1 237 555,26	1 237 555,26
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					
Realizações de capital	14	50 000,00	—	—	50 000,00
Diferença entre ativos e passivos na constituição da empresa	14	—	2 067 284,32	—	2 067 284,32
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	14	50 000,00	2 067 284,32	1 237 555,26	3 354 839,58

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio do período findo em 31 de dezembro de 2025.

CAPITAL SUBSCRITO

50 000€

realizado pela APL

OUTRAS RESERVAS

2,07M€

diferença ativos/passivos na constituição

RESULTADO LÍQUIDO

1,24M€

primeiro exercício

CAPITAL PRÓPRIO FINAL

3,35M€

31-12-2025

D. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes		8 169 068,86
Pagamentos a fornecedores		(5 246 563,09)
Pagamentos ao pessoal		(1 301 475,61)
Caixa gerada pelas operações		1 621 030,16
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(8 292,37)
Outros recebimentos / pagamentos		2 798 159,06
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		4 410 896,85
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		(4 154,72)
Ativos intangíveis		(140 791,43)
Investimentos financeiros		—
Dividendos		—
Outros ativos		—
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		—
Ativos intangíveis		—
Investimentos financeiros		—
Outros ativos		—
Subsídios ao investimento		—
Juros e rendimentos similares		33 169,45
Dividendos		—
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		(111 776,70)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		—
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		50 000,00
Cobertura de prejuízos		—
Doações		—
Outras operações de financiamento		10 542 787,00

	NOTAS	2025
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		—
Juros e gastos similares		—
Dividendos - Lucros		—
Redução de capital e de outros instrumentos de capital próprio		—
Outras operações de financiamento		—
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		10 592 787,00
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		14 891 907,15
Efeito das diferenças de câmbio		—
Caixa e seus equivalentes no início do período		—
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	14 891 907,15

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2025.

ORIGENS DE CAIXA EM 2025 (€)

Atividades operacionais		4,41 M€
Atividades de financiamento		10,59 M€

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Montantes expressos em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A EMPRESA

A Silotagus, S.A. é a sociedade responsável pela exploração, em regime de concessão de serviço público, dos Terminais Portuários de Granéis Alimentares da Trafaria e do Beato, no Porto de Lisboa, bem como do Silo de Vale de Figueira. A sociedade tem a sua sede no Terminal Portuário do Beato, na Rua de Cintura do Porto de Lisboa, 1950-318 Lisboa, freguesia de Beato, Concelho de Lisboa.

A sociedade iniciou a sua atividade operacional a 16 de maio de 2025, na sequência da transmissão da atividade anteriormente desenvolvida pela Silopor – Empresa de Silos Portuários, S.A., assegurando a continuidade de um serviço essencial à cadeia logística agroalimentar nacional. A sociedade tem por objeto principal a prestação de serviços de receção, movimentação, armazenagem, expedição e transporte de matérias-primas alimentares e produtos conexos, mediante a utilização das suas infraestruturas de armazenagem, aos operadores comerciais inseridos no seu ramo de atividade.

A empresa é detida a 100% pela APL – Administração do Porto de Lisboa, SA., com um capital social de € 50.000,00 (cinquenta mil euros) integralmente subscrito e realizado pela APL.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

A criação da Silotagus insere-se no processo de reorganização do modelo de exploração das infraestruturas anteriormente afetas à Silopor, permitindo assegurar a continuidade da operação, preservar o conhecimento técnico acumulado ao longo de várias décadas e criar as condições necessárias para a valorização futura dos ativos concessionados.

No âmbito da reorganização do setor, a Silotagus celebrou um contrato de concessão com a Administração do Porto de Lisboa (APL), com início a 1 de julho de 2025 e duração de 30 anos, no qual lhe é atribuída a exploração dos referidos terminais portuários. A concessão atribuída à Silotagus constitui um ativo estratégico de elevado valor económico e operacional, proporcionando um horizonte temporal adequado à realização de investimentos estruturantes, à modernização das infraestruturas e à implementação de uma estratégia de crescimento sustentado.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas para o período findo em 31 de dezembro de 2025, são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera. O exercício de 2025 teve início a 16 de maio de 2025, data da constituição da empresa e terminou a 31 de dezembro de 2025. Assim as Demonstrações Financeiras apresentadas correspondem ao período de 16 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

A Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações e atividades da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras da Silotagus, S.A., foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

- Pressupostos da Continuidade
- As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
- Regime do Acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores ou credores por acréscimos e diferimentos”.

- Classificação dos Ativos e Passivos não Correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

- Passivos Contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

- Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7 Eventos Subsequentes

Os eventos entre a data do balanço e a da aprovação das contas para publicação que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data ou que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes que resultam de acontecimentos após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

- Uso de Estimativas, Pressupostos e Julgamentos Críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.14.

- Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras não têm comparativos pois é o primeiro ano de atividade da empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as NCRF.

3.2 RÉDITO

O rédito apenas é reconhecido quando é provável que os benefícios económicos associados à transação irão fluir para a empresa.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços e venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido no exercício a que respeita, de acordo com a percentagem de acabamento da transação/serviço, à data de relato.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;

Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.3 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo da compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo pode ser fiavelmente mensurado. Os custos de assistência diária do bem, custos de conservação e reparação, são reconhecidos como gasto no período em que são suportados.

Após os bens se encontrarem disponíveis para uso, as depreciações são calculadas tendo por base as quantias depreciáveis dos bens pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do ativo.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

CLASSE DE BENS	ANOS
Equipamento Administrativo	3 – 8

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

A imparidade dos ativos fixos tangíveis é determinada com base no descrito abaixo.

3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis respeitam essencialmente a propriedade industrial, marcas, software e despesas de investigação e são registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas, segundo o método das quotas constantes, numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As imparidades são registadas tendo em conta o valor estimado para o ativo a que respeitam e são ajustadas à data do fecho das contas ou sempre que o resultado das estimativas o justifique.

3.5 LOCAÇÕES

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”, da demonstração dos resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.6 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.7 INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

3.8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: ao custo ou custo amortizado, ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados e ao valor nominal.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Clientes e outras dívidas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Contratos para conceder ou contrair empréstimos

Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria “Ao custo ou custo amortizado” são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica “Outros ativos financeiros” ou na rubrica “Outros passivos financeiros”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”. Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações, no respetivo justo valor, registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se os ativos financeiros classificados como “Outros investimentos financeiros”.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, encontram-se, quando aplicável, descritos nas notas correspondentes deste ano.

3.10 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão de ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.11 TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido diretamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida diretamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

3.12 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação i) presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando-se para o efeito uma taxa antes de impostos que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.13 MATÉRIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação. Os encargos de natureza ambiental incorridos no âmbito da atividade são registados como encargos do período à medida que são incorridos

3.14 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e análises de imparidade.

A Empresa utilizou estimativas de forma a calcular a vida útil dos bens.

3.15 RISCOS

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco preço
- Risco de taxa de juro
- Risco de crédito – Particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da empresa;
- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

Risco de preço

Atendendo à especificidade da sua atividade operacional a Empresa encontra-se exposta a risco de preço associado aos produtos comercializados, em função das flutuações de cotação ao nível dos mercados internacionais.

Risco de taxa de juro

A Empresa encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. Como regra geral a sociedade não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação negativa entre os níveis de taxa de juro e o “cash flow operacional antes de juros líquidos”, que cria um hedging natural ao nível do “cash flow operacional após juros líquidos”.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber, acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para os créditos a receber são calculadas considerando:

- - A análise da antiguidade dos créditos;
- - O perfil de risco do cliente;
- - As condições financeiras dos clientes.

Risco de liquidez

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS — 2025	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	TOTAL
ATIVOS		
Saldo inicial	—	—
Aquisições	10 362,29	10 362,29
Saldo final	10 362,29	10 362,29
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE		
Saldo inicial	—	—
Depreciações	1 030,88	1 030,88
Saldo final	1 030,88	1 030,88
Ativos líquidos	9 331,41	9 331,41

Os investimentos neste exercício foram pontuais.

Os ativos fixos tangíveis que foram transmitidos por via do contrato de transmissão assinado em 16 de maio de 2025, estão registados por valor líquido zero, este era o valor que constava na empresa transmitente.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

ATIVOS INTANGÍVEIS — 2025	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO — EQ. BÁSICO	TOTAL
ATIVOS		
Saldo inicial	—	—
Aquisições	261 889,54	261 889,54

ATIVOS INTANGÍVEIS — 2025	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO — EQ. BÁSICO	TOTAL
Saldo final	261 889,54	261 889,54
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE		
Depreciações	—	—
Ativos líquidos	261 889,54	261 889,54

6. CRÉDITOS A RECEBER (CORRENTE E NÃO CORRENTE)

As rubricas de “Créditos a receber” (não corrente) e “Outros créditos a receber” (corrente) em 31 de dezembro de 2025 é decomposta conforme segue:

CRÉDITOS A RECEBER — NÃO CORRENTE	2025
Outros devedores	400 044,47
Total	400 044,47

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER — CORRENTE	2025
DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	
Juros a receber	11 020,84
Taxas portuárias	31 117,40
Outros	6 679,04
Outros devedores	500,00
Fornecedores — saldos devedores	0,94
Pessoal	818,27
Total	50 136,49

O saldo não corrente de outros devedores inclui uma caução/depósito aduaneiro no valor de 400.000,00 euros.

7. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos no exercício findo em 31.12.2025 foi como segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	16/05/2025	REFORÇO	REVERSÃO	31/12/2025
Base — Provisões	—	233 496,51	—	233 496,51
Imposto — AID	—	54 790,97	—	54 790,97

8. INVENTÁRIOS

A 31 de dezembro de 2025 a rubrica de inventários, detalham-se como se segue:

INVENTÁRIOS — MATERIAIS DIVERSOS	2025
Materiais de manutenção e oficinas	550 842,22
Total	550 842,22

9. CLIENTES E ADIANTAMENTO DE CLIENTES

A rubrica “Clientes” em 31-12-2025 é decomposta conforme segue:

CLIENTES	MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MONTANTE LÍQUIDO
C/C – Mercado Nacional	1 982 757,40	—	1 982 757,40
C/C – Mercado Intra-Comunitário	745 998,93	—	745 998,93
Partes relacionadas	—	—	—
Total	2 728 756,33	—	2 728 756,33

A rubrica de Adiantamentos de clientes em 31 de dezembro de 2025 é decomposta conforme segue:

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES (SALDOS CREDITORES)	2025
Mercado Nacional	-37 178,06
Mercado Intra-Comunitário	-23 963,56
Total	-61 141,62

10. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE FORNECEDORES

A rubrica “Fornecedores” em 31-12-2025 é decomposta conforme segue:

FORNECEDORES	2025
C/C – Mercado Nacional	-620 259,58
C/C – Mercado Intra-Comunitário	-1 656,92
Partes relacionadas	-1 075 147,40
Fornecedores – faturas em conferência e receção	-17 528,14
Total	-1 714 592,04

O Saldo de parte relacionada diz respeito ao Acionista APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.

O prazo médio de pagamentos a 31.12.2025 é de 44 dias.

A rubrica de Adiantamentos de fornecedores em 31 de dezembro de 2025 é decomposta conforme segue:

ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	2025
Mercado Nacional	68 030,21
Mercado Intra-Comunitário	0,00
Total	68 030,21

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2025, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	ATIVO	PASSIVO
IRC – Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas		-1 024 063,09
IRS – Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares		-45 450,79
IVA – Imposto sobre o valor acrescentado	45 134,16	
Contribuições (SS; CGA; ADSE)		-129 397,06
Total	45 134,16	-1 198 910,94

12. DIFERIMENTOS

A rubrica “Diferimentos” em 31-12-2025 é decomposta conforme segue:

DIFERIMENTOS — ATIVOS	2025
Gastos a reconhecer — Seguros	138 248,57
Gastos a reconhecer — Manutenção	962,50
Total	139 211,07

13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O montante apresentado em caixa e depósitos bancários decompõe-se do seguinte modo:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	2025
Caixa	6 690,19
Depósitos bancários à ordem	385 216,96
Depósitos bancários a prazo	14 500 000,00
Total	14 891 907,15

A empresa utiliza o Instituto de Gestão Tesouraria a Crédito Público - IGCP como entidade bancária nas suas operações de tesouraria.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (normalmente de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário.

14. CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio no período de 16-05-2025 a 31-12-2025 é detalhado conforme segue:

CAPITAL PRÓPRIO	16/05/2025	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	31/12/2025
Capital subscrito (i)	50 000,00	—	—	50 000,00
Outras reservas (ii)	2 067 284,32	—	—	2 067 284,32
Resultado líquido do período	—	1 237 555,26	—	1 237 555,26
Total	2 117 284,32	1 237 555,26	0,00	3 354 839,58

- O capital social foi subscrito e realizado na constituição da empresa e 16 de maio de 2025;
- As outras reservas foram calculadas pela diferença entre os ativos e passivos transmitidos no processo da liquidação da SILOPOR, conforme definido no Contrato de Transmissão.

15. PROVISÕES

A rubrica de provisões em 31-12-2025 é decomposta conforme segue:

PROVISÕES	16/05/2025	AUMENTO	REDUÇÕES	31/12/2025
Outras provisões	—	233 496,51	—	233 496,51
Total	—	233 496,51	—	233 496,51

A provisão está relacionada com uma situação litigiosa existente com uma entidade terceira e reflete a melhor estimativa da responsabilidade potencial da Silotagus

16. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de Outras Dívidas a Pagar (não corrente e corrente) em 31 de dezembro de 2025 é decomposta conforme segue:

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	2025
NÃO CORRENTE	
Outros credores	-1 668 000,00
Total não corrente	-1 668 000,00
CORRENTE — CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	
Remunerações a pagar	-414 533,44
Incentivo	-228 209,21
Eletricidade — Endesa	-953 313,33
Cargas e descargas	-421 644,26
Outros	-68 613,86
Outros credores	-8 882 779,23
Total corrente	-10 969 093,33

Os outros credores incluem o montante de 10.542.787,00 euros (1.668.000,00 euros/Não Corrente e 8.874.787,00/Corrente) que corresponde ao valor previsto no contrato de transmissão para os investimentos a efetuar em 2026 e 2027.

17. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No exercício de 2025 a empresa movimentou um total de 2.229.128 toneladas de produtos. O Milho foi o produto mais movimentado com um total de 858.402 toneladas (39%), em segundo lugar foi o Trigo com 605.362 toneladas (27%) e em terceiro lugar o Grão de Soja com um total de 327.520 toneladas (15%).

As prestações de serviços reconhecidas pela Empresa no período de 16 de maio a 31 de dezembro de 2025 são detalhadas conforme segue:

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2025
Descargas	8 237 096,76
Receção via terrestre	179 606,49
Armazenagem	1 541 639,30
Movimentações secundárias	135 328,32
Serviços secundários	85 901,56
Descontos e abatimentos	-64 912,46
Total	10 114 659,97

18. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é detalhado conforme se segue:

CMVMC — MATERIAIS DIVERSOS	2025
Inventário inicial	—
Compras	744 528,91
Inventário a 31.12.2025	550 842,22
Consumos — CMVMC	193 686,69

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é detalhada como se segue:

	2025
Fornecimentos e Serviços Externos	
Subcontratos	809 398,37
Trabalhos especializados	84 802,94
Publicidade e propaganda	10 685,00
Vigilância e segurança	335 899,49
Honorários	28 375,34
Conservação e reparação	1 610 642,16
Serviços bancários e outros	15 237,15
Materiais	42 427,39
Eletricidade	953 313,33
Combustíveis	56 417,15
Água	19 273,24
Deslocações, estadas e transporte	18 178,44
Rendas e alugueres	39 153,10
Comunicação	10 631,54
Seguros	252 816,37
Contencioso e notariado	2 089,24
Despesas de representação	1 240,61
Limpeza, higiene e conforto	118 395,93
Outros serviços	9 691,00
	4 418 667,79

20. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é detalhada conforme se segue:

GASTOS COM O PESSOAL	2025
Remunerações dos órgãos sociais	119 041,92
Remunerações do pessoal	2 369 507,33

GASTOS COM O PESSOAL	2025
Encargos sobre remunerações	573 535,82
Seguros de acidentes no trabalho	49 232,17
Gastos com ação social	116 890,25
Outros gastos com o pessoal	67 280,47
Total	3 295 487,96

O número de Trabalhadores e Órgãos Sociais no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 era de 98.

A rubrica “Remunerações dos órgãos sociais” corresponde às remunerações do pessoal chave da gestão.

21. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é conforme se segue:

OUTROS RENDIMENTOS	2025
Rendimentos suplementares — Serviços Sociais	22 680,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	11 232,62
Outros	1 867 915,46
Outros não especificados	193,81
Total	1 902 021,89

22. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é conforme se segue:

OUTROS GASTOS	2025
Impostos	1,05
Taxas	1 973 239,21
Ganhos — Sinistros	600,00
Donativos	16 704,34
Quotizações	3 396,27
Contrato de transmissão	309 446,07
Outros não especificados	10 736,92
Total	2 314 123,86

23. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Rendimentos Similares Obtidos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é conforme se segue:

JUROS OBTIDOS	2025
Juros de depósitos — IGCP	44 190,29
Total	44 190,29

24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O imposto sobre o rendimento em 31.12.2025 é detalhado conforme segue:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	2025
IRC do ano	421 614,17
Imposto diferido (Nota 7)	-54 790,97
Total	366 823,20

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, a declaração fiscal da Empresa do período de 2025 poderá ainda vir a ser sujeita a revisão.

A administração da Empresa entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A taxa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") aplicável no ano de 2025 é de 20%. Adicionalmente acresce de Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o resultado tributável e não isento de IRC, resultando numa taxa agregada máxima de 21,5%. O lucro tributável apurado está ainda sujeito a Derrama Estadual de 3% para o lucro tributável compreendido entre 1.500.000 € e 7.500.000 €, de 5% para o lucro tributável compreendido entre 7.500.000 € e 35.000.000 € de 7% para o lucro tributável superior a 35.000.000 €.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas prevista neste artigo.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efetiva está evidenciada no quadro seguinte:

RECONCILIAÇÃO ENTRE A TAXA NOMINAL E A TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	2025
Resultado antes de imposto	1 604 378,46
Taxa nominal de imposto	20%
Imposto esperado	320 875,69
DIFERENÇAS PERMANENTES/TEMPORÁRIAS	
Provisões não tributadas	46 699,30
Multas, coimas e juros compensatórios	7,30
Outros	54 031,88
Subtotal	100 738,48
Imposto sobre o rendimento do período	421 614,17
Taxa efetiva do período	26,28%
Imposto corrente	421 614,17
Imposto diferido gerado no exercício	-54 790,97
Total	366 823,20

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram eventos após a data de balanço. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de junho de 2026. Não ocorreram eventos após a data de balanço suscetíveis de justificar qualquer ajustamento às demonstrações financeiras ou a necessidade de divulgação adicional no presente anexo

26. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Declara-se que não existem dívidas vencidas a trabalhadores.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo informa-se que não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

Os honorários totais faturados no período pelo ROC externo relacionados com a Revisão legal das contas ascendem a 18.984,00 euros.

Lisboa, 8 de julho de 2026

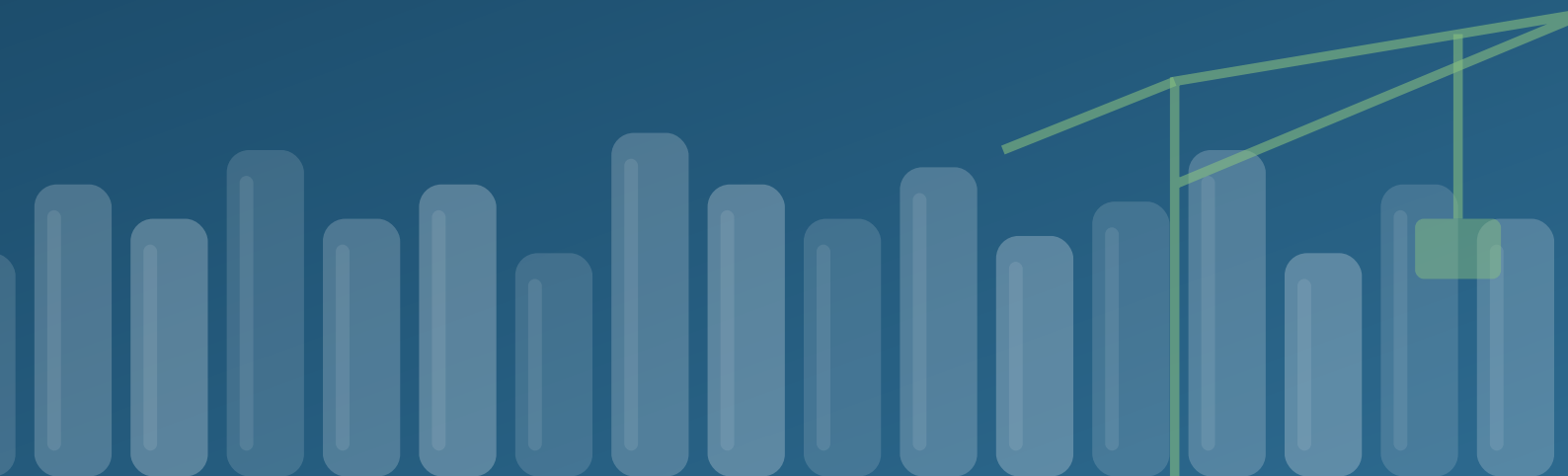
O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Síntese · Estrutura de Capital · Modelo de Governo e Órgãos Sociais · Organização Interna ·
Remunerações · Transações com Partes Relacionadas · Sustentabilidade



RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

SILOTAGUS, S.A. · Exercício de 2025 · Período compreendido entre 16 de maio a 31 de dezembro de 2025

Síntese (Sumário Executivo)

A SILOTAGUS, S.A. reveste a natureza de empresa pública sob a forma de sociedade anónima, tendo sido constituída em 1 maio de 2025, com o capital social integralmente subscrito e realizado pela APL — Administração do Porto de Lisboa, S.A. e iniciado a sua atividade a 16 de maio com a entrada em vigor do contrato de transmissão de estabelecimento da Silopor, S.A.

A sociedade rege-se pelo enquadramento legal aplicável à sua constituição e à transmissão da atividade anteriormente prosseguida pela SILOPOR — Empresa de Silos Portuários, S.A., em liquidação, pelos respetivos estatutos, pelo regime jurídico do setor público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pelas boas práticas de governo societário aplicáveis ao setor empresarial do Estado, pelas disposições do Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos e pelas demais normas jurídicas nacionais e europeias subjacentes à sua atividade.

A SILOTAGUS tem por objeto principal a prestação de serviços de receção, movimentação, armazenagem, expedição e transporte de matérias-primas alimentares e produtos conexos, mediante a utilização das suas infraestruturas de armazenagem, aos operadores comerciais inseridos no seu ramo de atividade. A missão da sociedade centra-se na prestação de serviços de receção, movimentação, armazenagem, expedição e transporte de graneis alimentares, através das suas infraestruturas de descarga e armazenagem, assegurando um canal aberto, permanente e disponível a todos os operadores, em condições operacionais e de preço adequadas.

O ano de 2025 assumiu particular relevância para a SILOTAGUS, por corresponder ao exercício da sua constituição e ao início da sua atividade operacional. Na sequência do Decreto-Lei n.º 13-B/2025, de 14 de março, foi permitida a transmissão da atividade da SILOPOR, S.A., em regime de serviço público, no Porto de Lisboa, a favor de sociedade a constituir pela APL, S.A., com sucessão nos contratos de concessão anteriormente celebrados com a APL.

Em 16 de maio de 2025, foi celebrado entre a APL, S.A., a SILOPOR, S.A., em liquidação, e a SILOTAGUS, S.A., o contrato de transmissão de estabelecimento, tendo por objeto a transmissão para a SILOTAGUS da exploração da atividade da SILOPOR, em regime de serviço público, no Porto de Lisboa, com gestão integrada dos terminais da Trafaria e do Beato e dos silos da Trafaria, do Beato e do Silo interior de Vale de Figueira. No âmbito desta transmissão, a SILOTAGUS sucedeu na posição da SILOPOR nos contratos de concessão anteriormente celebrados com a APL, S.A., bem como nos contratos vigentes, incluindo contratos de trabalho, mantendo-se os direitos contratuais e adquiridos dos trabalhadores transmitidos.

Apesar de ter dado continuidade à anterior empresa entretanto liquidada (Silopor) a Silotagus passou a gerir um novo contrato de concessão, em vigor desde julho de 2025, totalmente distinto dos anteriores contratos que deixaram de vigorar. Sempre que tal se revele necessário à adequada compreensão da evolução da atividade, do enquadramento operacional ou da comparabilidade de determinados indicadores, o presente relatório poderá conter referências a informação histórica relativa à atividade anteriormente desenvolvida pela Silopor, S.A., devidamente identificada como tal.

Durante o exercício de 2025, a atuação da SILOTAGUS foi orientada para assegurar a continuidade da atividade operacional, a estabilidade da prestação de serviços aos operadores comerciais, a manutenção da capacidade de receção e armazenagem de graneis alimentares e a salvaguarda do papel estratégico das infraestruturas sob sua gestão no abastecimento nacional de matérias-primas alimentares.

A estrutura acionista da SILOTAGUS é composta pela APL, S.A., enquanto acionista única, encontrando-se o capital social integralmente subscrito e realizado por esta entidade. O capital social da sociedade ascende a 50.000 euros, representado por 10.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada.

O modelo de governo da SILOTAGUS assenta nos órgãos sociais previstos nos seus estatutos, designadamente a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único, com as competências fixadas na lei e nos estatutos. Os órgãos sociais foram eleitos em 2025, encontrando-se a administração da sociedade cometida ao respetivo Conselho de Administração e a fiscalização atribuída ao Fiscal Único.

Em matéria de classificação de empresas públicas para efeitos do regime aplicável aos gestores públicos, a SILOTAGUS foi classificada no Grupo C, nos termos e para os efeitos previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, produzindo tal classificação efeitos a 4 de abril de 2025.

Para dar resposta à missão, visão e valores anteriormente indicados, a atividade desenvolvida em 2025 concentrou-se na consolidação da transição operacional da atividade anteriormente prosseguida pela SILOPOR, na integração dos ativos, direitos, passivos e obrigações relacionados com a exploração transmitida, bem como na continuidade dos processos essenciais à prestação do serviço de receção, descarga, movimentação, armazenagem, expedição e transporte de graneis alimentares.

Ao contrário de estruturas empresariais de maior dimensão ou integradas em grupos com várias participadas, a SILOTAGUS apresenta uma estrutura societária e organizativa ajustada à sua missão específica e à natureza da atividade desenvolvida, centrada na gestão e exploração das infraestruturas associadas aos terminais e silos sob a sua responsabilidade.

Em termos de resultados, a SILOTAGUS terminou o exercício de 2025 com um Resultado Operacional de 1.560.188,17 euros, tendo sido apurado um Resultado Líquido do exercício no valor de 1.237.555,26 euros. O volume de negócios ascendeu a 10.114.659,97 euros, refletindo essencialmente a atividade de prestação de serviços de receção, movimentação, armazenagem, expedição e transporte de graneis alimentares.

No exercício de 2025, o investimento realizado pela SILOTAGUS ascendeu a 938.175 euros, tendo sido incidido maioritariamente na modernização e reforço dos equipamentos operacionais e das infraestruturas, com destaque para os investimentos em pórticos descarregadores, peças e reparações (401.907 euros), digitalização, sistemas e aplicações informáticas (139.235 euros), transportadores, despoeiramento e expedição (105.128 euros), estruturas metálicas e betão (109.187 euros) e infraestrutura de base e segurança (86.117 euros). Estes investimentos visaram assegurar a continuidade e fiabilidade da operação, a segurança das instalações e a adequação dos meios disponíveis às exigências da atividade.

Consciente da relevância estratégica das infraestruturas que explora para o abastecimento nacional de cereais, matérias-primas alimentares e produtos conexos, a SILOTAGUS reconhece a sua responsabilidade na geração de valor para os operadores económicos, para o setor agroalimentar e para a comunidade, comprometendo-se a conduzir a sua atividade de forma segura, ética, eficiente e sustentável.

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade é elaborado nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e de harmonia com as orientações emanadas para o efeito pela Entidade do Tesouro e Finanças.

CAPÍTULO II DO RJSPE – PRÁTICAS DE BOM GOVERNO		SIM	NÃO
Artigo 43.º	Apresentou Plano de Atividades e Orçamento para 2025 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis.	X	
Artigo 43.º	Obteve aprovação pelas tutelas financeira e setorial do Plano de Atividades e Orçamento para 2025.	X	
Artigo 44.º	Divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	X	
Artigo 45.º	Submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	X	
Artigo 46.º	Elaborou os relatórios de avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas		X
Artigo 47.º	Adotou um Código de Ética e divulgou o documento	X	
Artigo 48.º	Tem contratualizada a prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral, caso lhe esteja confiada	X	
Artigo 49.º	Prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	X	
Artigo 50.º	Implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	X	
Artigo 51.º	Declarou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	X	

CAPÍTULO II DO RJSPE – PRÁTICAS DE BOM GOVERNO		SIM	NÃO
Artigo 52.º	Declarou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de comunicar as participações patrimoniais que detenham na empresa e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-Geral de Finanças	X	
Artigo 53.º	Providenciou no sentido de que a ETF tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do seu sítio na internet	X	
Artigo 54.º	Apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	X	

A informação aqui contida refere-se ao período compreendido entre a constituição da sociedade, em 4 de abril de 2025, e 31 de dezembro de 2025, sem prejuízo das referências necessárias aos atos preparatórios e ao enquadramento legal que antecederam o início da atividade da SILOTAGUS.

Identificação e Enquadramento

A Empresa Silotagus, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constituída a 1 de maio de 2025 no contexto do processo de liquidação da Silopor, S.A., tendo assumido a exploração das infraestruturas e a continuidade da atividade anteriormente desenvolvida por aquela entidade.

A sociedade integra o Setor Empresarial do Estado, sendo integralmente detida pela Administração do Porto de Lisboa, S.A., e exerce a sua atividade ao abrigo de contrato de concessão de serviço público celebrado com esta entidade.

Nos termos da concessão, a Silotagus é responsável pela exploração dos Terminais Portuários de Granéis Alimentares da Trafaria e do Beato, bem como do Silo Interior de Vale Figueira, assegurando a prestação de serviços de receção, descarga, movimentação, armazenagem, expedição e apoio logístico associados ao abastecimento da cadeia agroalimentar nacional.

A atividade desenvolvida pela sociedade assume natureza estratégica para o funcionamento das cadeias de abastecimento alimentar, constituindo uma infraestrutura essencial de suporte à importação, armazenagem e distribuição de cereais, oleaginosas e outras matérias-primas destinadas à alimentação humana e animal.

A exploração destas infraestruturas exige elevados padrões de segurança operacional, fiabilidade técnica, continuidade de serviço, cumprimento regulatório e eficiência logística, fatores que condicionam diretamente o modelo de governação adotado pela sociedade.

Neste contexto, o sistema de governo societário da Silotagus encontra-se orientado para a prossecução dos seguintes objetivos fundamentais:

Assegurar a continuidade e segurança das operações desenvolvidas nas infraestruturas concessionadas;

Garantir elevados níveis de cumprimento das obrigações legais, regulatórias e contratuais aplicáveis;

Promover uma gestão prudente dos recursos financeiros e patrimoniais confiados à sociedade;

Assegurar a adequada gestão dos riscos operacionais, financeiros, ambientais e reputacionais associados à atividade;

Reforçar a transparência, a prestação de contas e a integridade organizacional;

Criar as condições necessárias para a valorização sustentável da sociedade e para a prossecução dos objetivos definidos pelo acionista.

A governação societária considera como fatores críticos a:

Segurança operacional e prevenção de acidentes (HSE);

Continuidade de operações e resiliência a greves/perturbações;

Cumprimento regulatório (portuário, laboral, ambiental, segurança marítima);

Integridade e prevenção de riscos de corrupção em contratações e subcontratações.

Durante o exercício de 2025 foram movimentadas cerca de 2,23 milhões de toneladas de produtos agroalimentares através das infraestruturas exploradas pela sociedade, destacando-se o milho, o trigo, o grão de soja e a cevada como os principais produtos movimentados.

Os produtos movimentados em toneladas, nas diversas localizações Trafaria, Beato e Vale Figueira, no exercício de 2025 seguiram a seguinte ordem de grandeza.

PRODUTOS	TRAFARIA	BEATO	V. FIGUEIRA	TOTAL
Milho	818 406	30 639	9 357	858 402
Trigo	175 935	428 778	648	605 361
Grão de soja	327 520		0	327 520
Cevada	115 525	123 191	0	238 716
Semente de colza	94 566		0	94 566
Farinha de Soja	84 805		0	84 805
Bagaço	15 057	4 539	0	19 596
Semente de girassol		0		162
Total Geral	1 631 814	587 147	10 167	2 229 128
Unid: Toneladas				

Em termos do peso dos produtos destaca-se o seguinte:



Quanto às toneladas movimentadas por clientes, podemos concluir que da carteira existente de 25 clientes, 4 deles representam 72% das cargas movimentadas em 2025 de cerca de 1.608.592 toneladas

Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Silotagus, S.A. ascendia a € 50.000, integralmente subscrito e realizado.

O capital social encontra-se representado por ações nominativas com o valor nominal de € 5 cada.

A estrutura acionista da sociedade é a seguinte:

ACIONISTA ÚNICO	% CAPITAL	% DIREITOS DE VOTO	OBSERVAÇÕES
APL – Administração do porto de Lisboa, S.A.		100%	Empresa de capitais exclusivamente públicos

A Administração do Porto de Lisboa, S.A. é uma sociedade de capitais exclusivamente públicos, exercendo a totalidade dos direitos inerentes à titularidade do capital social da Silotagus. Não existem participações qualificadas distintas da participação detida pelo acionista único.

Em 31 de dezembro de 2025 não existiam acordos parassociais comunicados à Sociedade.

Relações de grupo: Não existem relações de grupo.

Não existem limitações à titularidade das ações para além do acordo do concedente e a sua transmissibilidade deve obedecer ao enquadramento jurídico-legal aplicável, designadamente, pelo estabelecido no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

A empresa em 31 de dezembro 2025 não detinha, direta ou indiretamente, qualquer percentagem de ações próprias representativas do seu capital.

A função de tutela financeira incumbe ao Ministério das Finanças, sendo a tutela setorial competência do Ministério das Infraestruturas e Habitação.

Durante o exercício não ocorreram alterações relevantes na estrutura do capital social.

Participações Sociais e Obrigações detidas

Em 31 de dezembro de 2025, a Silotagus, S.A. não detinha participações sociais em quaisquer sociedades comerciais, agrupamentos complementares de empresas, associações, fundações ou outras entidades sujeitas a registo.

A sociedade não detinha igualmente obrigações, instrumentos financeiros convertíveis, valores mobiliários representativos de capital ou outros instrumentos suscetíveis de conferir influência significativa sobre a gestão de entidades terceiras.

Os membros dos órgãos sociais não detinham ações representativas do capital social da Silotagus, S.A., conforme artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, nem foram comunicadas à sociedade quaisquer situações suscetíveis de configurar participações patrimoniais relevantes ou conflitos de interesses relacionados com a estrutura acionista da empresa.

Não foram identificadas situações de domínio, de grupo, de participação recíproca ou de participações cruzadas relevantes para efeitos de governo societário.

Modelo de governo e órgãos sociais

A SILOTAGUS, S.A. reveste a natureza de empresa pública sob a forma de sociedade anónima e rege-se pelo diploma que permitiu a transmissão da atividade anteriormente prosseguida pela SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, S.A., em liquidação, pelos seus estatutos, pelo regime jurídico do setor público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pelas boas práticas de governo societário aplicáveis ao setor empresarial do Estado, pelas disposições do Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos e pelas demais normas jurídicas nacionais e europeias subjacentes à sua atividade.

O modelo de governo societário adotado pela SILOTAGUS é o modelo comum previsto no Código das Sociedades Comerciais, assente na existência de uma Assembleia Geral, de um Conselho de Administração e de um Fiscal Único, permitindo a separação entre as funções de deliberação acionista, administração e fiscalização da sociedade, em conformidade com a sua dimensão, natureza jurídica e missão específica.

Este modelo visa assegurar uma gestão eficiente, transparente e responsável, orientada para a prossecução dos objetivos da empresa, do seu acionista, dos trabalhadores, dos clientes, dos operadores económicos e dos demais stakeholders, contribuindo para o grau de confiança e de estabilidade necessário ao regular funcionamento da sociedade e à continuidade da prestação do serviço público associado à exploração das infraestruturas portuárias de armazenagem de grãos alimentares.

Os órgãos sociais da SILOTAGUS são constituídos pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Fiscal Único, com as competências legal e estatutariamente definidas.

A empresa assume um modelo de governo que assegura a efetiva separação de funções da administração executiva e as funções de fiscalização.

Assim a sociedade adota o modelo latino:

Assembleia Geral (AG)

Conselho de Administração (CA)

Órgão de Fiscalização – Fiscal Único (FU)

A Assembleia Geral para eleição dos membros dos órgãos sociais não pode deliberar sem que estejam presentes ou representados acionistas cujas ações representem, pelo menos, 51% do capital social.

Mandato, composição e outros

Segundo os estatutos da empresa Silotagus, os órgãos sociais são a Assembleia Geral, Conselho de Administração e o Fiscal Único.

Os estatutos aprovados preveem que os mandatos dos órgãos sociais tenham um período de 3 anos (tríénio). Assim, o mandato atual (primeiro) cobre os anos de 2025 a 2027.

Assembleia Geral (AG)

A Assembleia Geral eleita e cujo mandato está em curso é composto por um presidente e um secretário, sendo:

MANDATO (INÍCIO-FIM)	CARGO	NOME	FORMA DE DESIGNAÇÃO	DATA
2025-2027	Presidente	Teresa Isabel Carvalho Costa	DUE	02/05/2025
2025-2027	Secretário de Mesa	Emília da Conceição Guedes Mata	DUE	02/05/2025

Mesa da Assembleia Geral

Durante o exercício de 2025, não foram registados valores pagos a título de senhas de presença aos membros da Mesa da Assembleia Geral.

A APL — Administração do Porto de Lisboa, S.A. é o acionista único da SILOTAGUS, detendo a totalidade do capital social da sociedade.

Atenta a natureza unipessoal da estrutura acionista, as deliberações acionistas são tomadas pelo acionista único, nos termos previstos na lei, nos estatutos da sociedade e no regime jurídico do setor público empresarial, sem prejuízo das matérias que, por força da lei, dos estatutos ou de orientações tutelares aplicáveis, estejam sujeitas a formalidades específicas, autorizações prévias ou comunicação às entidades competentes.

Conselho de Administração (CA)

O Conselho de Administração eleito e cujo mandato está em curso é composto por um presidente e dois vogais, sendo que no exercício de 2025 só exerceram funções dois elementos dado o terceiro ter sido nomeado em janeiro de 2026. Assim:

MANDATO (INÍCIO-FIM)	CARGO	NOME	FORMA DE DESIGNAÇÃO	DATA	REMUNERAÇÃO (EMPRESA PAGADORA)
2025-2027	Presidente	José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	DUE	02/05/2025	Silotagus
2025-2027	Vogal	Maria de Fátima Simões Évora	DUE	02/05/2025	Silotagus

Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente quando for convocado pelo presidente, por iniciativa sua ou mediante solicitação do Vogal. Todos os membros do Conselho de Administração da SILOTAGUS exercem funções executivas, não havendo lugar à existência de administradores não executivos nem, consequentemente, à identificação de membros não executivos independentes.

Assim, para efeitos do disposto no artigo 32.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não existem membros não executivos do Conselho de Administração que possam ser considerados independentes.

Apresentação de elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração

Apresentam-se de seguida os elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho de Administração da SILOTAGUS em funções no exercício de 2025.

José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco

Licenciado em Economia, na área de Métodos Quantitativos e Técnicas de Planeamento, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1984.

Curso de Alta Direção em Administração Pública, INA, em 2006, e o Curso Golden Master do ISEG, em 2011.

Desde maio de 2025, Presidente do Conselho de Administração da Silotagus, S.A.

Entre março e maio de 2025, Presidente da Comissão Liquidatária da Silopor – Empresa de Silos Portuários, S.A.

Entre 2016 e 2022 Administrador Financeiro da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. e da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. Entre 2012 e 2016, coordenou o Gabinete de Apoio ao Setor Empresarial e às Parcerias e Concessões da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Administrador Financeiro da EP – Estradas de Portugal, S.A., entre 2010 e 2012, e Administrador da PARPÚBLICA – Participações do Estado (SGPS), S.A., entre 2007 e 2010.

Diretor-Geral do Tesouro, entre 2005 e 2007, Subdiretor-Geral do Tesouro e da Tesouraria do Estado, entre 1998 e 2001 e entre 2002 e 2005, Diretor da Tesouraria Central do Estado, entre 1994 e 1998, e Chefe de Divisão do Gabinete de Gestão de Tesouraria do Estado, entre 1991 e 1994. De junho de 1985 a 1991 técnico superior do Gabinete de Gestão da Tesouraria do Estado da Direção-Geral do Tesouro.

Entre outubro de 2022 e fevereiro de 2025, Técnico Especialista em Orçamento e Finanças Públicas na Direção-Geral do Tesouro e das Finanças.

Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças do XIV Governo Constitucional, entre 2001 e 2002.

Desempenhou diversos cargos em órgãos sociais e estruturas de fiscalização, designadamente como administrador não executivo da Capitalpor, SGPS, S.A. e da Sage secur, S.A., empresas do Grupo PARPÚBLICA, Vogal do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, Presidente do Conselho Fiscal da REFER, E.P.E., Presidente do Conselho Fiscal da EP – Estradas de Portugal, Presidente do Conselho Fiscal da Carris e Presidente do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa. Exerceu ainda funções em comissões de vencimentos, nomeadamente como Presidente da Comissão de Vencimentos da REN e membro da Comissão de Vencimentos da EDP.

Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), S.A., Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da PARVALOREM, S.A., Presidente da Comissão de Acompanhamento do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde, Vogal da Comissão de Fiscalização do Fundo para as Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, membro de diversos grupos de trabalho e júris no âmbito da gestão financeira pública, sistemas de tesouraria, compensação interbancária, cobranças do Estado e processos de alienação de créditos.

Coordenou o projeto “Homebanking do Tesouro”, responsável pela integração do Tesouro nos sistemas de compensação interbancários e dos sistemas de controlo de cobranças do Estado, no âmbito da Reforma da Administração Financeira do Estado, coordenou o grupo de trabalho para a produção, armazenamento e distribuição das moedas de euro em 2001, e integrou o grupo de trabalho criado pelo Governo para proceder ao levantamento das empresas do setor empresarial do Estado consideradas estratégicas, constituído pelo Despacho n.º 14622/2024, de 11 de dezembro.

No âmbito do setor do desporto, Presidente da Liga de Clubes Profissionais de Basquetebol, membro do Conselho Superior de Desporto, entre 2002 e 2005, e Presidente do Conselho Fiscal da mesma Liga, entre 2005 e 2007.

Maria de Fátima Simões Évora

É Mestre em Gestão de Marketing e Pós-Graduada em Gestão do Transporte Marítimo e Gestão Portuária pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), sendo igualmente Licenciada em História pela Universidade Lusíada de Lisboa. Complementou a sua formação com diversos programas avançados de especialização em gestão portuária, logística, transporte marítimo e governo societário, destacando-se o Programa Corporate Governance – Atuação de Boards, da Nova SBE Executive Education, o Advanced Port Management & Development, o programa Estratégia e Gestão Portuária desenvolvido em parceria com a Copenhagen Business School e o Taller Motorways of the Sea da Escola Europeia de Short Sea Shipping.

Atualmente exerce funções de Vogal do Conselho de Administração da Silotagus, S.A., empresa concessionária dos terminais de grãos alimentares do Beato e da Trafaria e dos Silos de Vale de Figueira. Tem responsabilidade direta pelos pelouros de gestão do Terminal Portuário do Beato, Recursos Humanos, Segurança, Qualidade, Ambiente e Transformação Digital, participando na definição e execução da estratégia da empresa, na modernização das infraestruturas logísticas e na preparação do processo de privatização da sociedade. Integra igualmente o corpo docente da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal.

Possui mais de três décadas de experiência no setor marítimo-portuário. Integrou os quadros da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, desde 1991, tendo exercido funções de direção e coordenação nas áreas comercial, marketing, comunicação, logística marítimo-portuária, desenvolvimento de negócio, cruzeiros, economia do mar e relacionamento institucional. Participou em diversos projetos de desenvolvimento portuário, estudos de mercado, iniciativas de promoção comercial e programas de cooperação internacional, tendo igualmente desempenhado atividade como consultora e formadora em Portugal e nos PALOP.

Ao longo da sua carreira exerceu funções associativas e institucionais relevantes, tendo sido Vice-Presidente da Direção da MAR7 – Associação para o Desenvolvimento da Economia do Mar no Distrito de Setúbal, membro da Direção da ADFERSIT – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transportes e Diretora da Revista FER XXI. Tem participado regularmente como oradora, moderadora e membro de júris em iniciativas ligadas à logística, aos transportes, aos portos e à economia do mar. Mantém uma forte ligação à comunidade, integrando o movimento Soroptimist Internacional e colaborando em iniciativas de sustentabilidade e valorização dos ecossistemas marinhos.

Atividade do Conselho de Administração

Durante o exercício de 2025, o Conselho de Administração da SILOTAGUS, S.A. reuniu 32 vezes, tendo acompanhado de forma regular a instalação e consolidação da sociedade, a continuidade da atividade operacional anteriormente prosseguida pela SILOPOR e a definição dos instrumentos internos necessários ao funcionamento autónomo da empresa.

Os principais temas analisados nas reuniões do Conselho de Administração centraram-se, em larga medida, na aprovação, revisão e aplicação de regulamentos internos, bem como na definição de procedimentos destinados a assegurar uma gestão transparente, eficiente e conforme ao enquadramento legal aplicável às empresas públicas.

Entre as matérias apreciadas assumiram particular relevância os regulamentos e procedimentos internos relativos à organização e funcionamento da empresa, à segurança das instalações e das operações, à proteção ambiental, à aquisição de bens e serviços, à contratação de prestações de serviços e à adequada formalização documental dos atos de gestão.

O Conselho de Administração acompanhou ainda a implementação de regras internas destinadas a garantir a segregação de funções, a rastreabilidade das decisões, a adequada fundamentação das necessidades de contratação, o cumprimento dos princípios da concorrência, transparência, igualdade, imparcialidade e boa gestão financeira, bem como a observância das normas aplicáveis em matéria de contratação pública.

No domínio operacional, foram analisadas matérias relacionadas com a continuidade da exploração dos terminais e silos sob responsabilidade da SILOTAGUS, incluindo a aplicação de regulamentos de segurança, procedimentos ambientais, normas de funcionamento interno e medidas destinadas a assegurar a regularidade, segurança e eficiência das operações de receção, movimentação, armazenagem, expedição e transporte de grãos alimentares.

No domínio contratual e financeiro, o Conselho de Administração apreciou e deliberou sobre a aprovação de contratos, a aquisição de bens e serviços, a contratação de serviços especializados, a realização de despesas necessárias ao funcionamento corrente da empresa e à manutenção das infraestruturas, bem como a adoção de procedimentos adequados à fase de instalação e consolidação da sociedade.

As reuniões do Conselho de Administração constituíram, assim, um instrumento central de acompanhamento da atividade da SILOTAGUS em 2025, permitindo assegurar a regularidade da gestão corrente, a conformidade dos procedimentos internos, a continuidade operacional da empresa e a consolidação do respetivo modelo de governo societário.

REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2025 · P = PRESENTE, A = AUSENTE

REUNIÕES DO CA EM 2025

32

atas n.º 1 a 32

ASSIDUIDADE

100%

presença de todos os membros

ATA	DATA	J. CASTEL-BRANCO	F. ÉVORA
1	08/mai	P	P
2	16/mai	P	P
3	29/mai	P	P
4	05/jun	P	P
5	12/jun	P	P
6	21/jun	P	P
7	26/jun	P	P
8	30/jun	P	P
9	03/jul	P	P
10	10/jul	P	P
11	17/jul	P	P
12	24/jul	P	P
13	31/jul	P	P
14	07/ago	P	P
15	14/ago	P	P
16	21/ago	P	P

ATA	DATA	J. CASTEL-BRANCO	F. ÉVORA
17	11/set	P	P
18	18/set	P	P
19	25/set	P	P
20	02/out	P	P
21	09/out	P	P
22	16/out	P	P
23	23/out	P	P
24	30/out	P	P
25	06/nov	P	P
26	13/nov	P	P
27	20/nov	P	P
28	27/nov	P	P
29	04/dez	P	P
30	11/dez	P	P
31	23/dez	P	P
32	30/dez	P	P

Assiduidade: 100% dos membros executivos;

Sobre a acumulação de funções, os membros de administração não exercem quaisquer outros cargos executivos.

Fiscal Único (FU) – SROC

O Órgão de Fiscalização, é composto por um Fiscal Único – Sociedade de Revisores Oficiais de Conta, sendo:

MANDATO	CARGO	IDENTIFICAÇÃO SROC/ROC	N.º OROC	N.º CMVM	DESIGNAÇÃO	ANOS DE FUNÇÕES
2025-2027	Fiscal Único (Efetivo)	Vítor Almeida & Associados, SROC, LDA, representada por Vítor Manuel Batista de Almeida	191 / 691	20161491 / 20160331	Deliberação Unânime, 02/05/2025 – contrato de prestação de serviços	1
2025-2027	Suplente	João Santos Silva Batista de Almeida	1877	20180021		

Órgão de Fiscalização – Fiscal Único

O exercício de 2025 é o primeiro ano em que o Revisor Oficial de Contas exerce funções, obteve o montante de 18.984,00 euros de remuneração pelo serviço de auditoria e não prestou outros serviços.

A informação atualizada sobre os órgãos sociais está acessível em:

<https://www.silotagus.pt/empresa/orgaos-sociais/>

Declaração apresentada por cada membro do órgão de administração

Dar conhecimento de que foi apresentada declaração por cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, e em outras empresas, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (artigo 52.º do RJSPE).

Para prevenir a existência de conflitos de interesse, nos termos do artigo 52.º do RJSPE, os membros dos órgãos de administração da IP declaram todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente, na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme declaração entregue à IGF pelos membros do Conselho de Administração.

Organização interna

Estatutos, Integridade, Organizacional e Comunicação de Irregularidades

A Silotagus, S.A. rege-se pelos respetivos Estatutos, pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelo contrato de concessão celebrado com a Administração do Porto de Lisboa, S.A. e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua atividade.

As competências dos órgãos sociais da SILOTAGUS são as seguintes:

Assembleia Geral — exerce as competências previstas nos estatutos da sociedade e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais, competindo-lhe, designadamente, deliberar sobre as matérias reservadas ao acionista, incluindo a eleição e exoneração dos titulares dos órgãos sociais, a apreciação dos documentos de prestação de contas e demais matérias legal ou estatutariamente sujeitas a deliberação acionista.

Conselho de Administração — exerce as competências de gestão da sociedade, nos termos dos estatutos, do Código das Sociedades Comerciais, do regime jurídico do setor público empresarial e demais legislação aplicável, competindo-lhe assegurar a administração da empresa, a execução das orientações estratégicas, a gestão da atividade operacional, a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ou convenientes à prossecução do seu objeto social.

Presidente do Conselho de Administração — exerce as competências previstas nos estatutos e as que lhe sejam atribuídas por deliberação do Conselho de Administração, competindo-lhe coordenar a atividade do órgão de administração, assegurar a articulação institucional da sociedade e acompanhar, em especial, as matérias abrangidas pelos pelouros que lhe estejam atribuídos.

Fiscal Único — exerce as competências de fiscalização da atividade social previstas nos estatutos, no Código das Sociedades Comerciais, no regime jurídico do setor público empresarial e demais legislação aplicável, competindo-lhe fiscalizar a administração da sociedade, verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas e cumprir as demais obrigações legais inerentes ao exercício da função de fiscalização.

Pelouros do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2025

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da SILOTAGUS encontrava-se assegurada pelo Conselho de Administração em funções, composto pelo Presidente do Conselho de Administração e por uma Vogal.

A repartição funcional de competências no seio do Conselho de Administração encontrava-se organizada de forma ajustada à dimensão da sociedade, à fase de instalação e consolidação da empresa e à necessidade de assegurar a continuidade operacional da atividade anteriormente prosseguida pela SILOPOR.

A título funcional, a repartição de pelouros pode ser sintetizada nos seguintes termos:

MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CARGO	PRINCIPAIS ÁREAS DE ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL
		Coordenação geral da sociedade; articulação institucional com acionista, tutela e entidades externas; direção estratégica; acompanhamento da Direção Administrativa

MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CARGO	PRINCIPAIS ÁREAS DE ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	Presidente do Conselho de Administração	e Financeira; acompanhamento da atividade operacional, designadamente do Terminal da Trafaria; preparação da transição societária e operacional; matérias de concessão, investimento e reorganização da atividade
Maria de Fátima Simões Évora	Vogal do Conselho de Administração	Acompanhamento da gestão corrente da sociedade; apoio à consolidação da estrutura interna; acompanhamento de matérias operacionais, recursos humanos, segurança e ambiente, administrativas, organizacionais e de suporte à atividade; execução das orientações aprovadas pelo Conselho de Administração

Mapa funcional de repartição de competências

A repartição funcional de competências entre os órgãos sociais e a estrutura interna da SILOTAGUS pode ser representada da seguinte forma:

ÓRGÃO / ESTRUTURA	PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS
Assembleia Geral / Acionista Único	Delibera sobre as matérias reservadas ao acionista; elege e exonera os titulares dos órgãos sociais; aprecia os documentos de prestação de contas; delibera sobre matérias legal ou estatutariamente reservadas
Conselho de Administração	Assegura a gestão da sociedade; define e executa orientações estratégicas; aprova decisões de gestão, investimento, contratação, organização interna e representação externa; acompanha a execução operacional, financeira e administrativa da empresa
Presidente do Conselho de Administração	Coordena o Conselho de Administração; assegura a representação institucional; acompanha os pelouros atribuídos; coordena a administração quotidiana em articulação com as direções e responsáveis internos
Vogal do Conselho de Administração	Exerce funções executivas nas áreas que lhe sejam atribuídas; acompanha a execução das decisões do Conselho de Administração; participa na gestão corrente e na supervisão das áreas funcionais sob acompanhamento
Fiscal Único	Fiscaliza a atividade social; verifica a regularidade contabilística e financeira; emite parecer sobre os documentos de prestação de contas; acompanha o cumprimento das obrigações legais de fiscalização
Direção Administrativa e Financeira	Assegura a gestão financeira, contabilística, orçamental, administrativa e de reporte; acompanha a tesouraria, faturação, pagamentos, controlo de gestão e cumprimento de obrigações fiscais e legais
Direção Comercial	Acompanha a relação com clientes e operadores; assegura a gestão comercial dos serviços de receção, movimentação, armazenagem, expedição e transporte; acompanha contratos, propostas comerciais e faturação operacional em articulação com as áreas financeira e operacional
Direções dos Terminais	Asseguram a gestão operacional dos terminais e silos; coordenam as operações de descarga, armazenagem, expedição e transporte; garantem a articulação entre meios humanos, equipamentos, clientes, navios, camiões e demais entidades envolvidas
Manutenção, Segurança, Qualidade e Ambiente	Asseguram a manutenção das infraestruturas e equipamentos; acompanham as condições de segurança, qualidade, ambiente e segurança alimentar; promovem ações preventivas e corretivas necessárias ao regular funcionamento das instalações
Sistemas de Informação e Suporte Digital	Acompanham os sistemas de informação, comunicações, digitalização de processos, apoio à faturação, expedição, controlo operacional e reporte interno

Delegação e subdelegação de competências

A delegação e subdelegação de poderes na SILOTAGUS são efetuadas, quando aplicável, nos termos previstos nos estatutos da sociedade, no Código das Sociedades Comerciais, no regime jurídico do setor público empresarial, no Código do Procedimento Administrativo.

A prática de atos administrativos deve observar, quando aplicável, o disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo. Estando em regime de concorrência, a empresa tende a seguir as disposições do Código dos

Contratos Públicos, sem prejuízo das competências próprias do Conselho de Administração e das regras internas aprovadas pela sociedade.

Atenta a dimensão da SILOTAGUS e a fase de instalação e consolidação da sua atividade em 2025, a administração quotidiana da empresa foi assegurada diretamente pelo Conselho de Administração em funções, com apoio das direções e responsáveis das áreas funcionais da empresa.

A delegação de poderes, quando existente, não prejudica o poder do Conselho de Administração de avocar e decidir diretamente qualquer matéria compreendida na esfera das suas competências, nem afasta a responsabilidade do órgão de administração pela gestão global da sociedade.

Princípios aplicáveis à delegação de competências

A delegação e eventual subdelegação de poderes devem respeitar os seguintes princípios transversais:

- a) Princípio da legalidade, assegurando que todos os atos praticados têm enquadramento legal, estatutário e regulamentar adequado;
- b) Princípio da segregação de funções, procurando assegurar que quem propõe não é, em regra, quem autoriza, e que quem executa não é quem controla;
- c) Princípio da responsabilidade, mantendo-se o Conselho de Administração responsável pela orientação, acompanhamento e controlo da gestão da sociedade;
- d) Princípio da transparência, devendo os atos praticados ao abrigo de poderes delegados ou subdelegados ser devidamente documentados e rastreáveis;
- e) Princípio da proporcionalidade, ajustando o nível de decisão à natureza, valor, risco e impacto do ato a praticar;
- f) Princípio da prevenção de conflitos de interesses, devendo qualquer situação de conflito, potencial ou efetivo, ser comunicada e apreciada pelo nível hierárquico ou órgão competente;
- g) Princípio do controlo interno, assegurando a existência de mecanismos de validação, registo e fiscalização adequados à natureza dos atos praticados.

Em caso de conflito de interesses, a decisão deve ser escalada para o Conselho de Administração ou para o nível de decisão adequado, abstendo-se o interveniente em conflito de participar na preparação, apreciação ou decisão do ato em causa.

Condições para assunção de despesa

Durante o exercício de 2025, não existindo Plano de Atividades e Orçamento aprovado para a SILOTAGUS, a realização de despesa foi enquadrada pela necessidade de assegurar a continuidade da atividade transmitida, a regularidade operacional dos terminais e silos, o cumprimento das obrigações legais e contratuais da sociedade e a salvaguarda do interesse público associado à prestação do serviço.

A realização de qualquer despesa pressupõe, designadamente:

- a) A existência de fundamento económico, operacional ou legal que justifique a sua realização;
- b) O enquadramento da despesa nas necessidades de funcionamento, manutenção, segurança, investimento ou continuidade operacional da empresa;
- c) A existência de cabimento financeiro e disponibilidade de tesouraria;
- d) A adequada classificação contabilística e orçamental da despesa;
- e) O cumprimento das regras de contratação pública, quando aplicáveis;
- f) A observância das orientações específicas do Conselho de Administração;
- g) A obtenção das autorizações prévias legalmente exigíveis, designadamente quando estejam em causa matérias sujeitas a autorização do acionista, da tutela financeira ou setorial, ou de outras entidades públicas competentes.

É expressamente vedada a desagregação artificial da despesa com o objetivo de alterar o nível de competência decisória, evitar procedimentos legalmente exigíveis ou contornar limites de autorização aplicáveis.

Administração quotidiana da empresa

A administração quotidiana da SILOTAGUS compreende os atos correntes necessários ao funcionamento regular da sociedade, designadamente nas áreas operacional, comercial, administrativa, financeira, contratual, laboral, manutenção, segurança, qualidade, ambiente e sistemas de informação.

Em 2025, a administração quotidiana foi assegurada pelo Conselho de Administração, com apoio das direções e responsáveis funcionais da empresa, tendo em conta a necessidade de garantir a continuidade da exploração dos terminais da Trafaria e do Beato e dos silos associados, a integração da atividade transmitida pela SILOPOR e a estabilização dos processos internos da sociedade.

As decisões de maior relevância estratégica, financeira, contratual, organizacional ou de investimento foram submetidas ao Conselho de Administração, sem prejuízo da prática de atos correntes pelos responsáveis operacionais e funcionais, dentro dos limites definidos pelas orientações internas, pelas regras de contratação e pelas decisões do órgão de administração.

Situações de urgência ou emergência

Em situações de urgência ou emergência suscetíveis de comprometer a segurança de pessoas, bens, instalações, equipamentos, ambiente, segurança alimentar ou continuidade operacional dos terminais e silos, os responsáveis operacionais ou funcionais podem propor ou adotar as medidas imediatas indispensáveis à reposição da segurança e da normalidade operacional, sem prejuízo da comunicação ao Conselho de Administração e da posterior ratificação, quando aplicável.

Tais situações devem ser devidamente documentadas, com indicação dos fundamentos, medidas adotadas, custos associados e impactos operacionais ou financeiros relevantes.

A Silotagus reconhece que a integridade organizacional, a transparência e a responsabilização constituem elementos essenciais da sua atividade enquanto entidade concessionária de infraestruturas estratégicas para a cadeia agroalimentar nacional.

Neste contexto, a Sociedade promove uma cultura organizacional assente nos princípios da legalidade, integridade, imparcialidade, transparência, responsabilidade e prossecução do interesse público associado à atividade concessionada, em conformidade com os princípios consagrados no Código de Ética e Conduta da empresa.

A Sociedade dispõe de mecanismos destinados à identificação, comunicação, tratamento e acompanhamento de situações suscetíveis de constituir infrações legais, regulamentares, disciplinares ou éticas, incluindo situações de fraude, corrupção, conflito de interesses, discriminação, assédio ou outras irregularidades relevantes.

As participações de irregularidades podem ser apresentadas através dos canais internos definidos pela Sociedade, sendo assegurada a confidencialidade da identidade do denunciante, a proteção contra atos de retaliação e o tratamento imparcial das participações recebidas, em conformidade com a legislação aplicável em matéria de proteção de denunciantes.

No âmbito da prevenção da fraude e da corrupção, a Sociedade adota uma abordagem preventiva baseada na identificação dos riscos inerentes à sua atividade, na definição de mecanismos de controlo interno, na segregação de funções, na rastreabilidade dos processos de decisão e na monitorização contínua das operações consideradas críticas.

A política de integridade organizacional da Silotagus articula-se com os restantes instrumentos de governação, designadamente o Código de Ética e Conduta, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, os mecanismos de controlo interno e os procedimentos de reporte e supervisão existentes.

Controlo Interno e Prevenção de Riscos

A Silotagus considera o sistema de controlo interno e gestão de riscos como um instrumento fundamental para a proteção dos ativos concessionados, a continuidade das operações, a fiabilidade da informação financeira e a salvaguarda dos interesses do acionista, dos clientes, dos trabalhadores e dos demais stakeholders.

O Sistema de Controlo Interno encontra-se estruturado em torno de mecanismos de supervisão, segregação de funções, circuitos de aprovação, procedimentos de validação documental, controlo orçamental, monitorização operacional e acompanhamento permanente da atividade pelos órgãos de administração e fiscalização.

A responsabilidade pela implementação, acompanhamento e aperfeiçoamento do sistema de controlo interno compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências de fiscalização atribuídas ao Fiscal Único e do envolvimento das estruturas operacionais e funcionais da empresa.

A gestão de riscos integra os processos regulares de planeamento, decisão e acompanhamento da atividade, procurando identificar, avaliar, monitorizar e mitigar os fatores suscetíveis de comprometer a concretização dos objetivos estratégicos da Sociedade.

Atendendo à natureza da atividade desenvolvida, a Sociedade identifica como principais categorias de risco:

Riscos Operacionais, associados à exploração das infraestruturas concessionadas, disponibilidade dos equipamentos, continuidade das operações portuárias, gestão da capacidade de armazenagem, acidentes de trabalho, falhas técnicas e interrupções operacionais;

Riscos de Segurança Alimentar e Qualidade, relacionados com a preservação das condições adequadas de armazenagem e movimentação de produtos destinados às cadeias agroalimentares;

Riscos Financeiros, associados à gestão de tesouraria, liquidez, crédito, execução do plano de investimentos e sustentabilidade económico-financeira da concessão;

Riscos Jurídicos e Regulatórios, decorrentes do enquadramento legal aplicável à atividade portuária, laboral, ambiental, fiscal, societária e concessionária;

Riscos de Compliance e Integridade, incluindo corrupção, fraude, conflitos de interesses, incumprimento normativo e infrações éticas;

Riscos de Capital Humano, designadamente os associados à retenção e transmissão do conhecimento operacional crítico, renovação geracional e desenvolvimento de competências especializadas;

Riscos Tecnológicos e de Cibersegurança, relacionados com a crescente digitalização dos processos operacionais e administrativos.

A mitigação destes riscos assenta na adoção de procedimentos formais de controlo, na supervisão pelos órgãos sociais, na capacitação contínua dos colaboradores, na implementação progressiva de mecanismos de compliance e na realização de investimentos destinados a reforçar a fiabilidade, segurança e resiliência das infraestruturas exploradas.

A Sociedade promove igualmente uma abordagem preventiva ao risco através da formação contínua dos seus trabalhadores, da valorização do capital humano e da preservação do conhecimento organizacional crítico, reconhecendo que estes constituem fatores determinantes para a continuidade e sustentabilidade da atividade.

Regulamentos e Códigos

A Silotagus desenvolve a sua atividade num quadro de cumprimento rigoroso das obrigações legais, regulamentares, concessionárias, laborais, ambientais, portuárias e societárias aplicáveis à sua atividade.

O modelo de governação da Sociedade assenta num conjunto integrado de instrumentos normativos internos destinados a promover a legalidade, a transparência, a integridade organizacional, a responsabilização e a melhoria contínua dos processos de gestão.

Neste contexto, a arquitetura de compliance da Sociedade integra, designadamente, os seguintes instrumentos:

Estatutos da Sociedade;

Código de Ética e Conduta;

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)

Regulamentos internos de funcionamento;

Acordo de Empresa aplicável aos trabalhadores;

Plano de Formação e Capacitação Organizacional;

Procedimentos operacionais e de segurança;

Normas e procedimentos de qualidade, ambiente e segurança alimentar aplicáveis à atividade.

A Sociedade dispõe de um Código de Ética e Conduta que estabelece os princípios e regras de comportamento aplicáveis aos membros dos órgãos sociais, trabalhadores, prestadores de serviços e demais entidades que atuem em representação da empresa.

O Código encontra-se orientado pelos princípios da legalidade, integridade, transparência, imparcialidade, responsabilidade, prossecução do interesse público associado à atividade concessionada, igualdade de tratamento e prevenção de conflitos de interesses, constituindo um elemento central do sistema de governação e compliance da Sociedade.

O Código é divulgado internamente junto dos colaboradores e disponibilizado ao público através do sítio institucional da Sociedade.

No âmbito das relações com clientes, fornecedores, trabalhadores, entidades reguladoras e demais stakeholders, a Silotagus adota procedimentos destinados a assegurar igualdade de tratamento, objetividade, transparência, concorrência leal e respeito pelos princípios da boa-fé e da confiança legítima, em conformidade com o disposto no artigo 47.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

Em cumprimento do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, a Sociedade dispõe de Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o qual identifica os principais riscos associados às atividades desenvolvidas, define medidas preventivas e mecanismos de controlo e estabelece responsabilidades de acompanhamento e monitorização.

Deveres Especiais de Informação

A Silotagus assegura o cumprimento dos deveres de informação, reporte e transparência a que se encontra sujeita enquanto entidade integrada no Setor Empresarial do Estado, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial e demais legislação aplicável.

O reporte económico-financeiro, orçamental e operacional é efetuado através das plataformas e mecanismos definidos pela Entidade do Tesouro e Finanças, Direção-Geral do Tesouro e Finanças e demais entidades competentes, assegurando a disponibilização tempestiva da informação legalmente exigida.

No exercício de 2025, a Sociedade procedeu à elaboração e submissão dos instrumentos de gestão previsional e dos documentos de prestação de contas legalmente exigidos, incluindo:

Plano de Atividades e Orçamento;

Plano de Investimentos e respetivas fontes de financiamento;

Durante o exercício de 2025, a Sociedade não prestou garantias financeiras nem assumiu responsabilidades por dívidas ou passivos de outras entidades.

A Sociedade não possui entidades participadas sujeitas a reporte consolidado.

Sítio na Internet

A Silotagus mantém um sítio institucional na Internet destinado à divulgação de informação societária, institucional, financeira, comercial e de governação, promovendo a transparência da sua atuação e o acesso público à informação relevante.

O sítio institucional da Sociedade encontra-se disponível em:

<https://www.silotagus.pt/>

Através do referido portal encontram-se disponibilizados, designadamente:

Informação institucional sobre a Sociedade;

Estatutos;

Composição dos órgãos sociais;

Elementos curriculares dos titulares dos órgãos sociais;

Relatórios e contas;

Informação relativa à atividade concessionada;

Regulamentos, tarifários e demais informação comercial relevante;

Documentação de natureza ética, regulamentar e de compliance.

A Sociedade promove a atualização regular da informação disponibilizada, procurando assegurar a sua completude, acessibilidade e conformidade com as obrigações de transparência aplicáveis às empresas do Setor Empresarial do Estado.

Para o efeito a Silotagus disponibiliza no seu sítio institucional os documentos cuja divulgação é exigida pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, designadamente:

Código de Ética e Conduta;

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Informação relativa à igualdade remuneratória;

Informação anual prevista no artigo 45.º do RJSPE.

O seguinte link <https://www.silotagus.pt/empresa/comercial/tarifarios-e-regulamentos/> dá acesso direto ao sítio na internet da empresa tem publicitados os seguintes documentos:

a) Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada;

b) Código de Ética;

c) Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR);

d) Relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo;

e) Código de Conduta;

gf Relatório sobre remunerações por género, a que se refere o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

h) Informação anual do modo como foi prosseguida a missão da empresa, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vd. artigo 45.º do RJSPE);

Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

A Silotagus exerce a exploração dos Terminais de Granéis Alimentares da Trafaria e do Beato, bem como do Silo Interior de Vale Figueira, ao abrigo do Contrato de Concessão de serviço público, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2025, de 30 de setembro, assinado na mesma data com efeitos a 1 de julho de 2025.

A atividade concessionada é desempenhada em regime de serviço público, assumindo especial relevância para o abastecimento nacional de matérias-primas destinadas à cadeia agroalimentar, designadamente cereais, oleaginosas e outros grãos sólidos alimentares

No âmbito da concessão, a Sociedade encontra-se obrigada a assegurar a continuidade, regularidade, segurança e eficiência da exploração das infraestruturas concessionadas, observando os níveis de serviço, requisitos técnicos, obrigações legais e parâmetros de desempenho definidos contratualmente.

A prestação do serviço público constitui um elemento central da missão da Sociedade e encontra-se associada aos objetivos estratégicos de modernização das infraestruturas, reforço da eficiência operacional, valorização dos ativos concessionados e preparação da empresa para a futura abertura ao investimento privado.

Remunerações

Competência para a Determinação das Remunerações

A definição das remunerações dos titulares dos órgãos sociais da Silotagus observa o enquadramento legal aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado, os Estatutos da Sociedade e as deliberações do acionista único. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais, nos termos legalmente aplicáveis.

As remunerações dos trabalhadores e dirigentes encontram-se sujeitas ao regime laboral aplicável, ao Acordo de Empresa em vigor e às políticas internas de recursos humanos aprovadas pela Sociedade.

A Silotagus adota mecanismos destinados a prevenir situações de conflito de interesses no âmbito dos processos de decisão relacionados com remunerações, benefícios, despesas e demais matérias suscetíveis de afetar a independência de julgamento dos titulares dos órgãos sociais.

Nos termos do artigo 51.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, os membros do Conselho de Administração abstêm-se de participar em processos de decisão que envolvam interesses próprios, designadamente em matérias relativas à aprovação de despesas, benefícios ou outras situações suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

A Sociedade não teve conhecimento, durante o exercício de 2025, de quaisquer situações suscetíveis de comprometer a independência de atuação dos membros dos órgãos sociais ou de gerar conflitos de interesses relevantes para efeitos de governo societário.

ÓRGÃO	COMPETÊNCIA PARA FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO
Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral
Remuneração dos membros da Comissão Executiva	Assembleia Geral
Remuneração dos dirigentes	Acordo de empresa

Comissão de Fixação de Remunerações

A Sociedade não dispõe de uma Comissão de Fixação de Remunerações autónoma.

Atendendo à estrutura acionista da Silotagus, integralmente detida pela Administração do Porto de Lisboa, S.A., e à sua dimensão organizacional, a definição das remunerações dos titulares dos órgãos sociais é efetuada através dos mecanismos societários legalmente previstos e das deliberações adotadas pelo acionista único em Assembleia Geral.

Estrutura das Remunerações

A política remuneratória da Silotagus encontra-se orientada pelos princípios da legalidade, proporcionalidade, transparência, responsabilidade e sustentabilidade financeira.

A estrutura remuneratória dos órgãos sociais procura assegurar uma adequada correspondência entre o grau de responsabilidade inerente às funções exercidas, a complexidade da atividade desenvolvida e as exigências de gestão associadas à exploração de infraestruturas portuárias concessionadas de interesse estratégico.

No exercício de 2025, as remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais observaram o regime jurídico aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado e as deliberações do acionista único.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta exclusivamente por componente fixa, sem prejuízo dos membros do Conselho de Administração já terem submetido à tutela financeira e ao acionista único, as respetivas propostas de contratos de gestão nos termos do estatuto do gestor público, que preveem a atribuição de remunerações variáveis no presente mandato, em função dos resultados atingidos e do cumprimento das orientações do acionista. Estas propostas ainda não foram aprovadas pela tutela financeira e pelo acionista único.

A Silotagus considera que a adequada prossecução dos objetivos de longo prazo da empresa depende da manutenção de um modelo remuneratório alinhado com os princípios de estabilidade, prudência financeira, criação sustentável de valor, cumprimento regulatório e preservação do interesse público inerente à atividade concessionada.

Divulgação das Remunerações

Em cumprimento dos princípios de transparência e prestação de contas aplicáveis às entidades do Setor Empresarial do Estado, apresenta-se seguidamente a informação relativa às remunerações auferidas pelos titulares dos órgãos sociais durante o exercício de 2025.

Os valores apresentados incluem todas as componentes remuneratórias pagas ou devidas durante o período de referência.

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	EGP FIXADO	CLASSIFICAÇÃO	VENCIMENTO MENSAL BRUTO (€)	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO (€)
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	S	C	5 022,09	2 008,84
Maria de Fátima Simões Évora	S	C	4 017,67	1 607,07

Estatuto do Gestor Público — remuneração mensal bruta

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	FIXA (€)	VARIÁVEL (€)	BRUTA (€)
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	54 238,60	—	54 238,60
Maria de Fátima Simões Évora	43 390,85	—	43 390,85
Total			97 629,45

Remuneração anual 2025

MEMBRO DO OA	SUBSÍDIO REFEIÇÃO DIÁRIO (€)	ENCARGO ANUAL (€)	REGIME PROTEÇÃO SOCIAL	ENCARGO ANUAL (€)	SEGURO DE VIDA (€)	SEGURO DE SAÚDE (€)	OUTROS (€)
José Emílio C. G. Castel-Branco	10,2	1 530,00	CGA	12 987,71	871,08	1 111,55	445,90
Maria de Fátima Simões Évora	10,2	1 734,00	CGA	10 411,20	816,59	1 111,55	1 396,25
Total		3 264,00		23 398,91	1 687,67	2 223,10	1 842,15

Benefícios sociais. Outros (OS*): despesas de comunicação, subsídio de poluição e apoios sociais (subsídio de estudo e seguros).

A remuneração do órgão de fiscalização já está detalhada no ponto 5.1, onde se menciona a remuneração do Fiscal Único.

Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral.

MANDATO	CARGO	NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL 2025 (€)	VALOR DA SENHA (€)
02/05/2025	Presidente	Teresa Isabel Carvalho Costa		500
02/05/2025	Secretário de Mesa	Emília da Conceição Guedes Mata		350

Mesa da Assembleia Geral — senhas de presença

Transações com Partes Relacionadas e Outras

Mecanismos implementados pela empresa para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações sujeitas a controlo

Sendo a SILOTAGUS, S.A. uma empresa pública sob a forma de sociedade anónima, integralmente detida pela APL — Administração do Porto de Lisboa, S.A., podem ocorrer transações com o seu acionista único, com entidades públicas relacionadas, bem como com outras entidades integradas no setor público empresarial ou sujeitas a influência pública relevante.

Atenta a natureza da sociedade, constituída em 2025 para assegurar a continuidade da atividade anteriormente prosseguida pela SILOPOR — Empresa de Silos Portuários, S.A., em liquidação, assumem particular relevância, no exercício de 2025, as operações associadas à transmissão de estabelecimento, à sucessão contratual, à utilização das infraestruturas concessionadas, às relações com o acionista único e às relações com entidades públicas ou equiparadas.

As transações com partes relacionadas são objeto de acompanhamento pelo Conselho de Administração, pela Direção Administrativa e Financeira e pelo Fiscal Único, no quadro das respetivas competências legais, estatutárias e funcionais, devendo ser assegurado que tais operações são devidamente identificadas, documentadas, contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras, nos termos das normas contabilísticas aplicáveis.

Em particular, são objeto de controlo:

As operações realizadas com o acionista único, a APL, S.A., incluindo relações decorrentes da constituição da sociedade, da realização do capital social, da transmissão de estabelecimento, da concessão, da utilização de infraestruturas e de eventuais prestações de serviços, débitos, créditos, reembolsos ou compensações;

As operações realizadas com a SILOPOR, S.A., em liquidação, designadamente as associadas à transmissão da atividade, ativos, posições contratuais, trabalhadores, direitos, obrigações e demais elementos patrimoniais afetos à exploração transmitida;

As operações com entidades públicas ou empresas públicas que possam configurar partes relacionadas, sempre que exista relação de domínio, influência significativa, controlo comum ou especial proximidade institucional;

As operações com titulares dos órgãos sociais, dirigentes, responsáveis de unidades orgânicas ou entidades com eles relacionadas, sempre que possam originar conflito de interesses ou exigir divulgação nos termos legais e contabilísticos aplicáveis;

As operações que, pela sua natureza, valor, recorrência ou condições contratuais, devam ser objeto de apreciação específica quanto ao cumprimento das condições de mercado, da legalidade procedimental e da adequada segregação de funções.

A identificação e controlo destas transações assentam nos seguintes mecanismos:

Registo contabilístico individualizado das operações relevantes com entidades relacionadas;

Validação interna pela Direção Administrativa e Financeira das operações com entidades públicas, acionista, entidades participadas ou entidades com relação institucional relevante;

Acompanhamento pelo Conselho de Administração das operações materialmente relevantes, designadamente as que envolvam o acionista, a SILOPOR, a concessão, a transmissão de estabelecimento, financiamentos, garantias, suprimentos, compensações ou assunção de responsabilidades;

Verificação pelo Fiscal Único, no âmbito das suas competências de fiscalização e revisão da informação financeira;

Aplicação das normas relativas à prevenção de conflitos de interesses, impedimentos e incompatibilidades, designadamente quando estejam em causa titulares de órgãos sociais, dirigentes ou responsáveis internos;

Cumprimento das regras legais aplicáveis em matéria de contratação pública, autorização de despesa, unidade de tesouraria do Estado, prestação de informação financeira e reporte às entidades competentes.

No exercício de 2025, foram sujeitas a acompanhamento e controlo as operações relacionadas com a constituição da SILOTAGUS, a realização do respetivo capital social, a transmissão da atividade anteriormente prosseguida pela SILOPOR, a sucessão nos contratos de concessão e demais contratos transmitidos, bem como as relações financeiras e operacionais estabelecidas com a APL, S.A., na qualidade de acionista único e entidade concedente.

A SILOTAGUS encontra-se ainda sujeita ao cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, nos termos legalmente aplicáveis às empresas públicas, sem prejuízo das exceções que possam ser autorizadas nos termos da lei para assegurar a gestão operacional corrente, a prestação de garantias, a movimentação de contas necessárias à atividade ou outros fins devidamente justificados.

Durante o exercício de 2025, a gestão de tesouraria foi orientada pelo cumprimento das regras aplicáveis às empresas públicas, pela salvaguarda da continuidade operacional da empresa e pela necessidade de assegurar os meios financeiros indispensáveis ao funcionamento dos terminais e silos sob responsabilidade da SILOTAGUS.

Transações com partes relacionadas e outras

No que respeita às transações com o acionista único, importa referir que a APL, S.A. detém a totalidade do capital social da SILOTAGUS. As relações entre a sociedade e o seu acionista decorrem, designadamente, da constituição da sociedade, da titularidade do capital social, da transmissão da atividade anteriormente desenvolvida pela SILOPOR e do enquadramento concessionário da exploração dos terminais e silos afetos à atividade.

No exercício de 2025, assumiram particular relevância as operações e relações jurídicas decorrentes do contrato de transmissão de estabelecimento celebrado entre a APL, S.A., a SILOPOR, S.A., em liquidação, e a SILOTAGUS, S.A., através do qual foi transmitida para a SILOTAGUS a atividade de exploração anteriormente prosseguida pela SILOPOR, com integração dos ativos, contratos, trabalhadores, direitos e obrigações associados à atividade transmitida, nos termos contratualmente definidos.

As operações com o acionista único e com a SILOPOR foram acompanhadas pelo Conselho de Administração e pela Direção Administrativa e Financeira, tendo em vista assegurar a respetiva conformidade legal, contabilística e financeira, bem como a adequada identificação nas demonstrações financeiras.

Durante o exercício de 2025, não foram identificadas transações com partes relacionadas que não tenham ocorrido em condições compatíveis com o enquadramento legal, contratual e económico aplicável, sem prejuízo da natureza específica das operações de transmissão de estabelecimento, sucessão contratual e reorganização da atividade pública de silos portuários.

Sempre que aplicável, as operações com partes relacionadas são refletidas nas notas às demonstrações financeiras, em cumprimento das normas contabilísticas aplicáveis, designadamente quanto à identificação das entidades relacionadas, natureza das relações, montantes envolvidos, saldos existentes no final do exercício e demais informação materialmente relevante.

Informação sobre outras transações

a) Identificação dos procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A SILOTAGUS adota procedimentos de aquisição de bens e serviços orientados por princípios de transparência, concorrência, igualdade, imparcialidade, boa gestão financeira, segregação de funções e adequada formalização documental e respeitaram todos os procedimentos e princípios definidos no Regulamento para a aquisição de bens e serviços, locação de bens e contratação de empreitadas, o qual reflete todas as boas práticas estabelecidas para esta matéria.

Enquanto empresa pública, a SILOTAGUS encontra-se sujeita ao regime jurídico da contratação pública, nos termos aplicáveis, designadamente ao Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar, sem prejuízo das especificidades decorrentes da sua natureza empresarial e da atividade desenvolvida em concorrência.

As aquisições de bens e serviços devem ser precedidas da adequada fundamentação da necessidade, da verificação de disponibilidade financeira, da escolha do procedimento aplicável, da consulta ao mercado quando exigível ou adequado, da análise das propostas recebidas e da decisão de adjudicação pelo órgão ou responsável competente.

No exercício de 2025, atendendo à fase de instalação da sociedade e à necessidade de assegurar a continuidade da atividade transmitida pela SILOPOR, as aquisições de bens e serviços tiveram como prioridade a manutenção da operacionalidade dos terminais e silos, a segurança das instalações, a continuidade dos serviços essenciais, a regularização administrativa e contratual da atividade e a criação das condições necessárias ao funcionamento autónomo da SILOTAGUS.

As propostas recebidas são objeto de análise quanto à sua conformidade técnica, económica e procedimental, sendo a decisão de contratar e adjudicar tomada de acordo com os critérios definidos no procedimento aplicável e com respeito pelos limites de competência e regras internas de autorização de despesa.

b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

No exercício de 2025, não foram identificadas transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, sem prejuízo das operações específicas decorrentes da transmissão da atividade da SILOPOR para a SILOTAGUS, as quais tiveram enquadramento legal, contratual e institucional próprio.

Sempre que a natureza da operação, a existência de parte relacionada ou o enquadramento institucional da contraparte o justifique, a SILOTAGUS procede à respetiva análise e documentação, de modo a assegurar a sua conformidade com as regras aplicáveis e a respetiva divulgação contabilística, quando materialmente relevante.

c) Fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos

No quadro infra apresenta-se a lista dos fornecedores que representaram mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos da SILOTAGUS no exercício de 2025:

FORNECEDOR	NATUREZA DOS FORNECIMENTOS/SERVIÇOS	%
APL — Administração do Porto de Lisboa, SA	Concessão e Taxas Portuárias	37%
Endesa Energia, SA	Energia (Eletricidade)	22%
Etermar — Engenharia, SA	Reabilitação de Infraestruturas Portuárias	13%
Terminal Multiusos do Beato, SA	Manuseamento de carga	12%
Maçarico & Oliveira, Lda	Manutenção de Equipamentos	6%
The Bridge — Empresa de Trabalho Temporário, Lda	Trabalho Temporário	5%

Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

A Silotagus desenvolve a sua atividade segundo princípios de sustentabilidade económica, responsabilidade social, proteção ambiental e criação de valor de longo prazo, procurando assegurar uma gestão equilibrada dos recursos que lhe foram confiados e a prossecução eficiente da missão de serviço público que lhe está cometida.

Enquanto concessionária de infraestruturas estratégicas para a cadeia logística agroalimentar nacional, a Sociedade reconhece que a sustentabilidade deve ser entendida numa perspetiva integrada, abrangendo simultaneamente a resiliência económica da concessão, a valorização do capital humano, a segurança das operações e a minimização dos impactes ambientais associados à atividade.

Sustentabilidade Económica e Criação de Valor

No exercício de 2025, correspondente ao primeiro ano de atividade da Sociedade, foi dada prioridade à estabilização operacional da concessão, à continuidade do serviço prestado aos clientes, à implementação dos modelos de gestão da nova empresa e à preparação do programa de investimento previsto para o período concessionado.

A estratégia empresarial encontra-se orientada para a valorização sustentável dos ativos concessionados, o reforço da eficiência operacional, a modernização tecnológica das infraestruturas, a melhoria contínua dos níveis de serviço e a criação de condições para o aumento da competitividade da empresa no médio e longo prazo.

A Sociedade considera a inovação, a digitalização dos processos, a qualificação dos recursos humanos e a otimização da utilização dos ativos como fatores essenciais para a criação de valor para o acionista e para a sustentabilidade futura da concessão.

Sustentabilidade Social e Capital Humano

A Silotagus reconhece os seus trabalhadores como um dos principais fatores de sucesso da organização, promovendo políticas de valorização profissional, desenvolvimento de competências, transmissão do conhecimento organizacional e melhoria contínua das condições de trabalho.

A política de recursos humanos assenta nos princípios da igualdade de oportunidades, não discriminação, valorização do mérito, formação contínua, segurança e saúde no trabalho e conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.

Durante o exercício de 2025 foi dada especial relevância à preservação do conhecimento técnico e operacional associado à exploração das infraestruturas concessionadas, assegurando a continuidade das competências críticas necessárias à atividade.

A Sociedade promove igualmente a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, observando os princípios consagrados na legislação aplicável e desenvolvendo as medidas necessárias à prevenção de quaisquer formas de discriminação.

Sustentabilidade Ambiental

A Silotagus desenvolve a sua atividade procurando minimizar os impactes ambientais inerentes à exploração das infraestruturas concessionadas, em conformidade com a legislação ambiental aplicável e com as obrigações decorrentes do contrato de concessão.

A gestão operacional da Sociedade incorpora preocupações relacionadas com a eficiência na utilização dos recursos, a prevenção da poluição, a gestão adequada dos resíduos produzidos, a proteção do meio envolvente e a mitigação dos riscos ambientais associados à atividade portuária e de armazenagem.

A Sociedade procura igualmente integrar critérios ambientais nos processos de investimento e modernização das infraestruturas, promovendo soluções que contribuam para a melhoria da eficiência energética, da segurança operacional e do desempenho ambiental da concessão.

Ética, Integridade e Desenvolvimento Sustentável

A sustentabilidade da Silotagus assenta igualmente na adoção de elevados padrões de ética empresarial, integridade, transparência e cumprimento normativo.

Através do Código de Ética e Conduta, dos mecanismos de controlo interno e dos instrumentos de gestão de risco implementados, a Sociedade promove uma cultura organizacional orientada para a responsabilidade, a prestação de contas e a proteção dos interesses dos seus stakeholders.

A prossecução destes objetivos constitui um elemento essencial da estratégia empresarial definida para o período de desenvolvimento da concessão e para a preparação da futura abertura da empresa ao investimento privado.

Avaliação do Governo Societário

O exercício de 2025 corresponde ao primeiro exercício de atividade da Silotagus, S.A., constituindo simultaneamente o primeiro ano de implementação do modelo de governação da Sociedade enquanto entidade concessionária integrada no Setor Empresarial do Estado.

Durante o exercício foram implementados os principais instrumentos de governação, supervisão, controlo e prestação de contas considerados adequados à dimensão, natureza e perfil de risco da atividade desenvolvida.

O modelo de governo adotado assenta na clara separação entre funções de administração, fiscalização e exercício da função acionista, assegurando mecanismos de supervisão e controlo compatíveis com as exigências legais aplicáveis às empresas do Setor Empresarial do Estado.

A Sociedade considera que o modelo de governação implementado contribui para:

O reforço da transparência e da prestação de contas;

A adequada gestão dos riscos associados à atividade concessionada;

A proteção dos ativos concessionados e dos recursos públicos envolvidos;

O cumprimento das obrigações legais, regulatórias e contratuais aplicáveis;

A promoção de uma cultura de integridade, responsabilidade e ética empresarial;

A criação de condições favoráveis à valorização sustentável da empresa e ao desenvolvimento da concessão.

Atendendo ao facto de 2025 corresponder ao primeiro exercício da Sociedade, a avaliação do governo societário deverá ser entendida num contexto de implementação progressiva dos mecanismos de governação e controlo, os quais continuarão a ser desenvolvidos e aperfeiçoados ao longo da execução da concessão.

A Sociedade considera que o modelo atualmente adotado constitui uma base adequada para assegurar uma gestão profissionalizada, transparente, responsável e orientada para a criação sustentável de valor, em linha com os objetivos definidos pelo acionista e com a estratégia de desenvolvimento da empresa.

Lisboa, 8 de julho de 2026

Pelo Conselho de Administração,

José Emílio Castel-Branco

Presidente

Fátima Évora

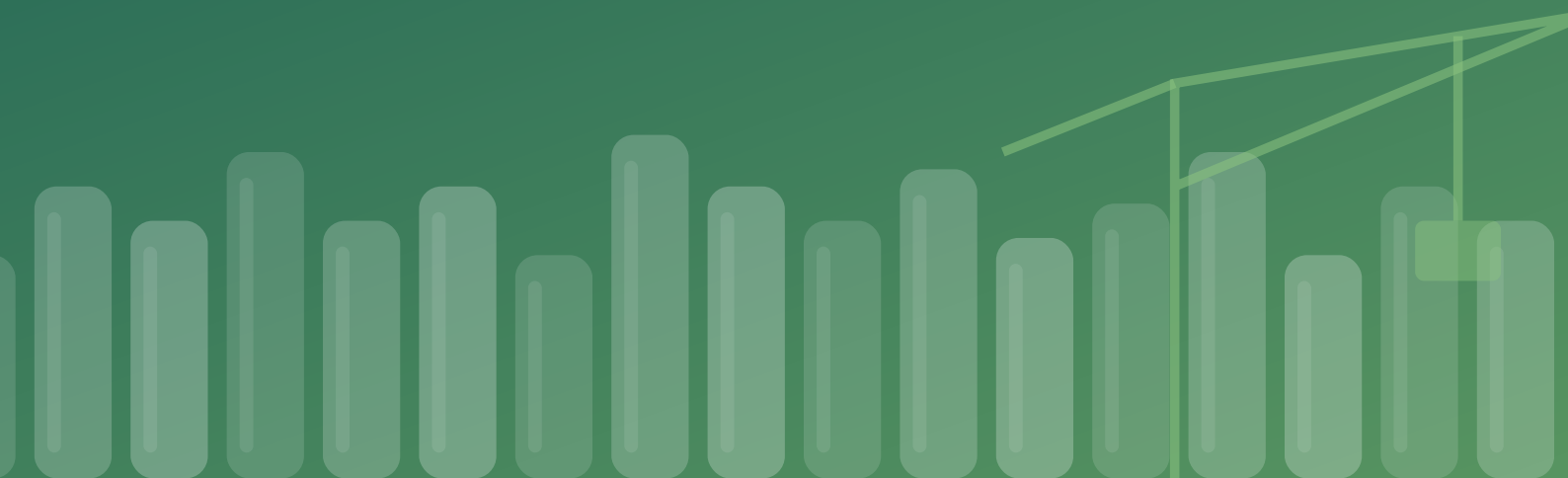
Vogal

Samuel Cruz

Vogal

IV

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SILOTAGUS, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 19.200.074 euros e um total de capital próprio de 3.354.840 euros, incluindo um resultado líquido de 1.237.555 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SILOTAGUS, S.A.**, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ENFASE

Conforme descrito na nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, a sociedade iniciou a sua atividade operacional a 16 de maio de 2025, na sequência da transferência da atividade anteriormente desenvolvida pela SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, S.A. Por esta razão as demonstrações financeiras refletem a atividade desenvolvida entre 16 de maio e 31 de dezembro de 2025, não englobando comparativos relativos ao período anterior.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

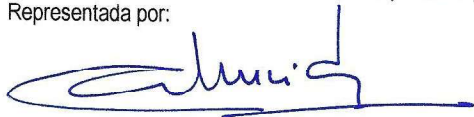
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 9 de julho de 2026

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por:



Vítor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

A fim de dar cumprimento aos Estatutos e à legislação vigente, na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da **SILOTAGUS, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Analisámos o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo às Demonstrações Financeiras.

No seu conjunto, os referidos documentos traduzem de forma adequada a evolução dos negócios da Sociedade, cumprindo com as exigências decorrentes da legislação aplicável.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com o exigido nos n.ºs. 2 e 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, que inclui uma opinião sem reservas, mas com uma ênfase relacionada com a inexistência de comparativos atendendo a que a Entidade foi constituída em 4 de maio de 2025 e iniciou a atividade em 16/05/2025.

Analisámos, ainda, a proposta de aplicação do Resultado Líquido de 1.237.555,26 euros, apurado no exercício de 2025, apresentada pelo Conselho de Administração, contemplando a aplicação de 10.000,00 euros na constituição da reserva legal, a distribuição de dividendos no montante de 371.266,58 euros e a transferência do montante remanescente de 856.288,68 euros para resultados transitados, entendendo que a mesma está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, designadamente, o disposto no artigo 54.º do Regime jurídico do sector público empresarial, procedemos à análise do Relatório de Governo Societário referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo nosso entendimento que o mesmo foi elaborado em conformidade com as Instruções emitidas pela Entidade do Tesouro e Finanças, através da UTAM, incluindo informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas na Secção II do Capítulo II do referido Regime jurídico do sector público empresarial, estando no entanto ainda pendente a elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações conexas, e consequentemente, o respetivo relatório de avaliação, o que se compreende, atendendo à criação recente da Entidade.



Atento o exposto, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **SILOTAGUS, S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, satisfazendo as disposições legais e estatutárias aplicáveis. Como nos compete, damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, os quais se encontram descritos nas Notas anexas às demonstrações financeiras.

Com referência ao período de 2025, não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas, quer por acionistas, colaboradores ou outros, nem emitimos parecer relativamente a qualquer negócio realizado entre a sociedade e os membros do seu Conselho de Administração. Esta divulgação visa dar cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

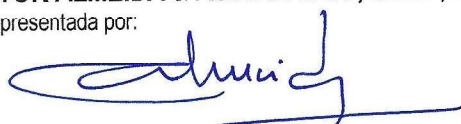
Face ao trabalho desenvolvido, e de acordo com o exposto, somos de parecer que os Senhores Acionistas da **SILOTAGUS, S.A.**:

- (a) Aproveem o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo a estas demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Apreciem a Proposta de aplicação do Resultado Líquido de 1.237.555,26 euros, apurado no exercício de 2025, apresentada pelo Conselho de Administração, contemplando a aplicação de 10.000,00 euros na constituição da reserva legal, a distribuição de dividendos no montante de 371.266,58 euros e a transferência do montante remanescente de 856.288,68 euros para resultados transitados, entendendo que a mesma está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
- (b) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.
- (c) Aproveem o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2025 apresentado pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 9 de julho de 2026

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vítor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)